

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

LARISSA ARAÚJO DOS SANTOS

**A CONSTRUÇÃO DO RELATO INTEGRADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALFENAS COM BASE NO VALOR PÚBLICO**

Varginha/MG

2022

LARISSA ARAÚJO DOS SANTOS

**A CONSTRUÇÃO DO RELATO INTEGRADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALFENAS COM BASE NO VALOR PÚBLICO**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha. Área de concentração: Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues de Souza

Varginha/MG

2022

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Campus Varginha

Santos, Larissa Araújo dos.

A construção do relato integrado da Universidade Federal de Alfenas com base no valor público / Larissa Araújo dos Santos. - Varginha, MG, 2022.

245 f. : il. -

Orientador(a): Paulo Roberto Rodrigues de Souza.
Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2022.
Bibliografia.

1. Universidade pública. 2. Accountability. 3. Compliance. 4. Valor público. 5. Relato integrado. I. Souza, Paulo Roberto Rodrigues de, orient. II. Título.

**A CONSTRUÇÃO DO RELATO INTEGRADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS COM
BASE NO VALOR PÚBLICO**

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Administração Pública.

Aprovada em: 11 de fevereiro de 2022

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues de Souza
Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

Prof. Dr. Leandro Rivelli Teixeira Nogueira
Instituição: Universidade Federal de Viçosa - UFV

Profa. Dra. Paulo Henrique de Lima Siqueira
Instituição: Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Rodrigues de Souza, Professor do Magistério Superior**, em 11/02/2022, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique de Lima Siqueira, Usuário Externo**, em 11/02/2022, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Rivelli Teixeira Nogueira, Usuário Externo**, em 11/02/2022, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0675966** e o código CRC **F8578091**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, sabedoria e proteção.

A Universidade Federal de Alfenas, por me proporcionar longos anos de aprendizado e por hoje me acolher tão bem como servidora – motivo de muito orgulho e gratidão para mim.

Ao meu orientador Paulo Roberto Rodrigues de Souza, pela confiança, pelo compartilhamento, pelos ensinamentos e por todo apoio como professor e, agora, como colega de trabalho.

Ao professor Cláudio Vilela Rodrigues, pelas ricas aulas e discussões e, em especial, por me apresentar a Teoria do Valor Público.

Aos demais professores do Mestrado Profissional em Administração Pública, por todo conhecimento compartilhado.

A minha mãe, pelo incentivo, motivação, apoio, amor, colo, paciência, segurança e compreensão de sempre.

Ao meu pai, pelo carinho, disponibilidade, amor e torcida vibrante.

As minhas irmãs, minhas melhores e para sempre amigas, pelo afeto, consolo, companheirismo, amor e cuidado.

A turma 2019.2 do Mestrado Profissional em Administração Pública, pela parceria, engrandecimento e torcida.

Aos colegas de trabalho da UNIFAL-MG, em especial o Pró-Reitor Lucas Cezar Mendonça e o Coordenador Magno Ferreira dos Santos, pelas oportunidades, confiança e motivação.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho e na minha formação como pessoa, discente e como servidora pública, o meu muito obrigada!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Sem um senso de propósito, nenhuma empresa, pública ou privada, pode atingir todo o seu potencial.”

Larry Fink (2018)

RESUMO

A educação superior ocupa posição de destaque no processo de modernização e desenvolvimento de um país. No âmbito das universidades públicas brasileiras, a apresentação dos resultados alcançados por suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir do uso dos recursos confiados à sua responsabilidade, demonstra o compromisso com igual processo e com a conformidade com as obrigações legais (*compliance*). Nesse sentido, o dever de prestar contas (*accountability*), visando atender às necessidades de informação da sociedade para fins de transparência, responsabilização e tomada de decisão, tem sofrido transformações na forma e formato de sua apresentação. Diante disso, esta dissertação possuiu como objetivo descrever, por meio de uma pesquisa-ação, o processo de construção do Relato Integrado – peça central da prestação de contas – da Universidade Federal de Alfenas do ano de 2020, diante da necessidade de conformidade e o dever de prestar contas, em especial ao controle social, considerando, para tanto, o novo formato exigido pelo Tribunal de Contas da União. Com isso, acredita-se que esse novo modelo mais objetivo, criativo e iterativo torna a prestação de contas mais acessível à sociedade, contribuindo com a efetivação do controle social. Ao mesmo tempo, sua elaboração é um convite aos gestores públicos responsáveis para ir além do cumprimento das exigências legais, atendendo, também, as expectativas daqueles que precisam fazer o uso da informação. Nesse contexto, depreende-se que essas melhorias na forma e formato de apresentação da prestação de contas, aproximam-se dos fundamentos da perspectiva do valor público.

Palavras-chave: universidade pública; prestação de contas; *accountability*; valor público; relato Integrado; *compliance*.

ABSTRACT

Higher education occupies a prime position when it comes to the process of modernization and development of a country. Within the scope of Brazilian public universities, the presentation of results and performance through teaching, research and extension activities demonstrate the commitment to the process and the compliance with legal obligations. With that, the approach to accountability, which is used to keep the society informed of its transparency, responsibility and decision-making, has undergone changes in the format of its presentation. This dissertation aimed to describe, through an action research, the process of construction of the Integrated Report – the central part of accountability - of the Federal University of Alfenas in the year 2020, given the need for duty and compliance, particularly to the social control, taking into consideration the new format required by the Federal Audit Court. It is believed that the new model of accountability with a more objective, creative and interactive nature makes accountability more accessible to society, contributing to effectiveness of social control. Furthermore its elaboration is an invitation to public managers go beyond compliance and also answer the expectations of those who need to make use of the information. In this context, it appears that these improvements in the form and format of presentation of accountability comes closer to the fundamentals of the public value perspective.

Key-words: public university; accountability; public value; integrated report; compliance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapeamento da Metodologia.....	37
Figura 2 -	Procedimentos e ações para elaboração do Relato Integrado 2020.....	42
Figura 3 -	Modelo de negócios aprovado pelo CGRCI	45
Figura 4 -	Imagem do Painel de execução orçamentária 2020	47
Figura 5 -	Demonstração da revisão de redação e português	48
Figura 6 -	Demonstração antes e depois do trabalho de design	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Posicionamento acerca do conceito de valor público	24
Quadro 2 -	Aspectos relacionados ao conceito de valor público	25
Quadro 3 -	Princípios para elaboração do Relato Integrado.....	32
Quadro 4 -	Antiga forma de prestação de contas	39
Quadro 5 -	Nova forma de prestação de contas	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDI	Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional
CGRCI	Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade
DN-TCU	Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União
IIRC	International Integrated Reporting Council
IN-TCU	Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PROAF	Pró-reitoria de Administração e Finanças
PROPLAN	Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional
RI	Relato Integrado
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SWOT	Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)
TCU	Tribunal de Contas da União
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
UPC	Unidade Prestadora de Contas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	13
1.2	OBJETIVOS.....	13
1.2.1	Objetivo Geral	13
1.2.2	Objetivos Específicos	13
1.3	JUSTIFICATIVA	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL	15
2.1.1	Administração Pública Patrimonialista	15
2.1.2	Administração Pública Burocrática	16
2.1.3	Administração Pública Gerencial	18
2.1.4	Administração Pública Societal	21
2.2	VALOR PÚBLICO	23
2.3	PRESTAÇÃO DE CONTAS (<i>ACCOUNTABILITY</i>) NO BRASIL: BREVE PANORAMA	27
2.3.1	Relato Integrado	30
3	METODOLOGIA	33
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	54
	ANEXO	60

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Martins *et al.* (2020), a educação superior ocupa posição estratégica e de destaque no processo de modernização e desenvolvimento de um país, pois visa a formação de profissionais capacitados e qualificados para atender as mais diversas e complexas demandas da sociedade. Nesse contexto, a Constituição Federal garante às universidades (instituições de ensino superior) a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e exige obediência ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988).

Segundo Kirlin (1996), o que os governos devem fazer melhor é “criar valor para a sociedade”. Embora seja bastante complexo atribuir um único significado a esse valor, o art. 2º, II, do Decreto 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, o define como sendo:

Os produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos. (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, as universidades públicas enquanto instituições públicas de ensino superior, devem apresentar os resultados alcançados perante os objetivos de interesse coletivo das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de um preceito constitucional àqueles que gerenciam bens e valores públicos, com vistas a estar em conformidade com as leis e regulamentos externos e internos (*compliance*) e, principalmente, prestar contas dos recursos confiados à sua responsabilidade (*accountability*) (BRASIL, 1988).

Diante disso, o Tribunal de Contas da União (TCU), instituição responsável para auxiliar no exercício do controle externo no país, tem buscado melhorias na forma e formato da prestação de contas exigida. Para tanto, o atual posicionamento do tribunal é de que a prestação de contas deve demonstrar a boa e regular aplicação dos recursos públicos, visando atender às necessidades de informação dos cidadãos, dos usuários de serviços públicos, dos provedores de recursos e dos órgãos de controle para fins de transparência, responsabilização e tomada de decisão (BRASIL, 2020).

Posto isso, o presente trabalho possuiu como objetivo descrever o processo de construção do Relato Integrado do ano de 2020 – peça central da prestação de contas – da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), diante da necessidade de conformidade legal e o dever de prestar contas, em especial, ao controle social, considerando o novo formato exigido pelo Tribunal de Contas da União.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Frente ao exposto, tem-se o seguinte questionamento de pesquisa: “As melhorias na forma e formato da prestação de contas propostas pelo Tribunal de Contas da União aproximam-se dos fundamentos da perspectiva do valor público?”.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

A presente pesquisa objetiva apresentar como se deu o processo de construção do Relato Integrado – peça central da prestação de contas que os responsáveis pela gestão de recursos públicos devem realizar a cada exercício – da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) referente ao ano de 2020, diante da necessidade de conformidade legal (*compliance*) e o dever de prestar contas (*accountability*), em especial, ao controle social, considerando o novo formato exigido pelo Tribunal de Contas da União.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para consecução do objetivo geral deste trabalho buscou-se, especificamente:

- a) descrever o processo de construção do Relato Integrado, referente a prestação de contas do ano de 2020 da UNIFAL-MG;
- b) propor uma reflexão quanto ao novo modo de apresentação da prestação de contas aos gestores públicos responsáveis por sua elaboração; e

- c) sugerir a recepção da perspectiva do valor público como uma alternativa de modelo de Administração Pública no Brasil.

1.3 JUSTIFICATIVA

As recentes e profundas transformações na forma e formato de apresentação da prestação de contas anualmente exigida pelos órgãos de controle aos responsáveis pela gestão de bens e valores públicos, tem feito com que as organizações públicas passem a enxergar a prestação de contas com um novo olhar. Medidas como a substituição do antigo Relatório de Gestão pela forma de Relato Integrado, tornando-o mais objetivo, criativo e iterativo, fortalecem essa mudança paradigmática e contribuem com a efetivação do controle social.

A partir dessa nova visão, os gestores das organizações públicas são convidados a se inteirar e ampliar seus conhecimentos e habilidades, de modo a cumprir com as exigências legais e, ao mesmo tempo, com as expectativas daqueles que precisam fazer uso da informação, seja para o próprio conhecimento, responsabilização ou para dar suporte à tomada de decisão.

Nesse sentido, o tema do presente trabalho possui relevância ao passo que objetiva facilitar o entendimento do novo formato da prestação de contas, a partir da experiência de construção do Relato Integrado do ano de 2020 da UNIFAL-MG, uma instituição centenária, transformada em universidade há mais de 10 anos, com sede e unidade educacional localizadas em Alfenas e mais dois *campi* avançados, um em Poços de Caldas e outro em Varginha, no estado de Minas Gerais.

Por fim, o presente trabalho possui importâncias: (1) institucional, diante da necessidade de conformidade legal; (2) acadêmica, por se tratar de um trabalho descritivo podendo vir a ser usado como modelo para auxiliar outras instituições na elaboração de seus Relatos Integrados; e (3) importância econômico social, tendo em vista a demonstração dos impactos gerados pelas atividades da universidade na região onde está inserida, e pela relevância do fortalecimento do controle social efetivo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Na tentativa de compreender as recentes transformações do Estado, da organização governamental e da administração pública brasileira, segundo Costa (2008), é indispensável que se realize uma reconstrução dos processos de formação e diferenciação histórica do aparato estatal desde o período colonial. Nessa perspectiva, verifica-se a evolução da administração pública no Brasil em quatro modelos, os quais serão separadamente tratados a seguir.

2.1.1 Administração Pública Patrimonialista

O primeiro modelo de administração pública a ser tratado é o patrimonialismo, um modelo herdado da cultura colonialista que, no Brasil, se arquitetou sob as raízes do império colonial português (FAORO, 1977).

Segundo Costa (2008), até 1808 havia, no país, uma administração colonial relativamente aparelhada e organizada, e, o território brasileiro encontrava-se dividido nas capitanias hereditárias. Todavia, de acordo com Paula (2005), verificava-se um caos legislativo, uma confusão de encargos, competências, hierarquias, e, em consequência disso, havia um embaraço de atribuições e poderes nos órgãos da administração geral e civil. No mesmo ano, a vinda da família real portuguesa ao país trouxe consigo as condições necessárias para a emersão do espaço público e a formação da burguesia nacional, sendo, portanto, o marco para a construção do Estado brasileiro.

Assim, com a coroa assumindo diretamente o controle interno, instituiu-se uma organização central e criou-se diversos organismos e instituições que, somados a posterior elevação do Brasil à reino, forneceram ao país a soberania – elemento que restava para a constituição do Estado nacional (COSTA, 2008). Nesse sentido, de acordo com Paula (2005), o Estado brasileiro passou a se caracterizar como uma unidade política centralizada na figura do rei e de seus conselheiros.

Isso denota, portanto, para Bresser-Pereira (1995), que o aparelho do Estado funcionava puramente como uma extensão do poder do soberano, isto é, a “*res pública*” e a “*res principis*” não eram separadas. Desse modo, a coisa pública era frequentemente utilizada para realização do interesse pessoal, conforme disserta Bendix (1986).

No patrimonialismo, o governante trata toda a administração política como seu assunto pessoal, ao mesmo modo como explora a posse do poder político como um predado útil de sua propriedade privada. Ele confere poderes a seus funcionários, caso a caso, selecionando-os e atribuindo-lhes tarefas específicas com base na confiança pessoal que neles deposita e sem estabelecer nenhuma divisão de trabalho entre eles. [...] Os funcionários, por sua vez tratam o trabalho administrativo, que executam para o governante como um serviço pessoal, baseado em seu dever de obediência e respeito. [...] Em outras palavras, a administração patrimonial consiste em administrar e proferir sentenças caso por caso, combinado o exercício discricionário da autoridade pessoal com a consideração devida pela tradição sagrada ou por certos direitos individuais estabelecidos. (BENDIX, 1986, p. 270).

Assim, um legado patrimonialista estabeleceu-se, se apresentando recorrente até o final da República Velha (1889 – 1930), momento marcado pelo rompimento do pacto das oligarquias mineiro-paulista que culminou na Revolução de 1930. Segundo Costa (2008), o fim da República do “Café com Leite”, como aquela ficou conhecida, representou a passagem do Brasil agrário para o Brasil industrial, sendo considerada, portanto, o ponto de inflexão e da aceleração da burocratização do Estado nacional.

Posto isso, embora resquícios das características do patrimonialismo permaneçam enraizados na administração pública até os dias de hoje, o modelo burocrático, que será tratado a seguir, vinha timidamente avançando em oposição e superação ao modelo patrimonial vigente desde a época colonial (COSTA, 2008; FAORO, 1977).

2.1.2 Administração Pública Burocrática

O segundo modelo de administração pública a ser tratado é o burocrático, um modelo organizacional que possuiu como precursor o sociólogo alemão Max Weber, pautado na busca pela eficiência por meio do controle (SECCHI, 2009).

De acordo com Costa (2008), acontecimentos como a introdução da indústria no país e a conseqüente urbanização; a crise de 29 e o abalo na exportação cafeeira; a insatisfação das elites oligárquicas, a nova burguesia industrial e o tenentismo, que

levaram Getúlio Vargas ao poder; e o consecutivo golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, foram fatores que desmantelaram as velhas estruturas e forçaram a reforma do Estado e da administração pública no país. Nesse contexto, conforme Bresser-Pereira e Spink (2006), o modelo burocrático passou a ser empregado em substituição ao modelo patrimonial até então dominante.

Em vista disso, Vargas (1930-1945) iniciou uma série de mudanças que previam, principalmente, controlar os efeitos da crise econômica e promover a burocratização do Estado por meio da padronização, normatização, racionalização dos procedimentos e implantação de mecanismos de controle em diversas áreas (COSTA, 2008). Segundo Carvalho *et al.* (2009), esse período foi marcado por uma administração pública mais revolucionada, na qual havia uma maior atenção à profissionalização do funcionalismo, abrindo caminho para a consolidação dos primeiros cargos e carreiras alicerçados na meritocracia. Assim, consoante Bresser-Pereira e Spink (2006) e Costa (2008), a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão outrora responsável pela política de pessoal do país que introduziu os concursos públicos e a capacitação técnica dos servidores, foi a medida mais emblemática com vistas a melhorar o funcionamento da administração pública e a superar os traços patrimonialistas do empreguismo, nepotismo e da corrupção.

Em face do exposto, observa-se que, segundo Secchi (2009), no modelo burocrático existem alguns valores implícitos, como a busca pela eficiência, e a decorrência de três características fundamentais, tais quais: a formalidade, a impessoalidade e o profissionalismo. A formalidade serve para conferir obrigações e encargos aos indivíduos que compõem a organização, bem como estabelecer a hierarquia, impor regras e normas de execução. A impessoalidade, oriunda da desconfiança geral em relação à conduta humana, indica que a relação entre os indivíduos da organização, assim como a relação da organização com o ambiente externo, deve estar baseada em funções e hierarquia de autoridade bem definidas. Por fim, o profissionalismo implica que o mérito deve ser a medida justa de diferenciação entre os indivíduos.

Além disso, Medeiros (2006) e Secchi (2009) citam um ponto fundamental dentro da burocracia, que é o afastamento entre planejamento e execução, ou seja, a distinção entre política e administração pública, conferindo à primeira a incumbência de delinear os objetivos e tomar decisões, e à segunda a responsabilidade de pôr em prática, ou seja, executar. Portanto, para Costa (2008), a reforma administrativa do Estado Novo,

materializada no projeto desenvolvimentista lançado por Vargas, simbolizou o esforço sistemático da burocratização do Estado brasileiro em busca de uma administração mais racional e eficiente.

Todavia, de acordo com Oliveira (1970) “os mesmos requisitos promotores da eficiência podem transformar-se em requisitos disfuncionais”, os quais, de fato, foram observados e denominados de “disfunções da burocracia”, tais como: resistência a mudanças, rigidez e falta de inovação, apeço extremo as regras e não com resultado, excessiva formalização, e lentidão no processo de decisão. Nesse sentido, restou evidente que o modelo burocrático era insuficiente para atender as necessidades inerentes a um Estado e sociedade cada vez mais complexos. Diante disso, justas preocupações com as consequências de um Estado extremamente enrijecido e ineficiente, em especial seu elevado custo, iniciou-se uma série de reformas administrativas na busca pelo aumento da eficiência estatal (BRESSER-PEREIRA, 1995).

Nesse contexto, pode-se dizer que de 1964 a 1978, com a tentativa de modernizar o aparelho do Estado, houve grande expansão da administração pública indireta – introduzida pelo Decreto-lei nº 200 de 1967 – sob a justificativa da austeridade da administração direta e a maior eficiência, agilidade e flexibilidade da administração descentralizada. Não obstante, essa estratégia acabou criando uma dicotomia entre o Estado tecnocrático e moderno da administração pública indireta e o Estado burocrático, formal e defasado da administração pública direta. Sendo assim, a incompleta institucionalização da burocracia levou ao colapso do modelo e, conseqüentemente, ao surgimento de ideias e proposições de programas com vistas a desburocratização do Estado (BRESSER-PEREIRA; SPINK, 2006; COSTA, 2008), tal como o gerencialismo, próximo modelo a ser explorado.

2.1.3 Administração Pública Gerencial

O terceiro modelo de administração pública a ser tratado é o gerencial, um modelo alicerçado no uso de ferramentas de gestão da administração privada aplicadas ao setor público, com vistas a um Estado mais eficiente, flexível e descentralizado (BRESSER-PEREIRA, 1995).

Segundo Bresser-Pereira (2006), o modelo gerencial de administração pública surgiu da necessidade de reformulação do papel do Estado em vários lugares do mundo, devido à crise resultante do pós segunda guerra mundial e consequente expansão das funções sociais e econômicas do *Welfare State*. Além disso, o desenvolvimento tecnológico e a forte globalização da economia mundial evidenciaram a necessidade de uma administração pública que atendesse as demandas da sociedade de forma mais eficiente e eficaz. Nesse sentido, um dos maiores precursores do modelo foi a Inglaterra, dirigida pela então primeira-ministra Margaret Thatcher, que adotou o modelo gerencial puro, conhecido como *New Public Management* (NPM), o qual pautava-se na redução de custos, aumento da eficiência e foco nos resultados, características essas do setor privado (ABRUCIO, 2007).

Nesse sentido, para Paula (2005) o modelo gerencial baseou-se essencialmente nas recomendações de duas correntes: a do ajuste estrutural e a do movimento gerencialista. A primeira trata-se do conjunto de condicionalidades econômicas, financeiras, políticas e ideológicas, propostas pelas agências financeiras multilaterais, produzidas e ancoradas nas proposições dos países centrais do capitalismo mundial no Consenso de Washington. E, a segunda, trata-se da reorganização e reestruturação do aparelho do Estado com maior ênfase e foco na eficiência administrativa, a partir de técnicas gerenciais utilizadas no setor privado.

Em se tratando do contexto brasileiro que antecedeu a reforma gerencial no país, o mesmo advinha da redemocratização do Estado em 1985, seguido da promulgação da Constituição de 1988, do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello em 1992, e da vitória presidencial de Fernando Henrique Cardoso em 1995. Todavia, ressalta-se que, no Brasil, é possível observar que a primeira manifestação do modelo gerencial se deu com o anteriormente citado Decreto-lei nº 200 de 1967, pelo qual, na tentativa de superar a rigidez do modelo burocrático, criou-se a administração pública indireta (BRESSER-PEREIRA; SPINK, 2006; COSTA, 2008).

Sendo assim, o recém-empossado governo iniciou a estruturação da nova reforma administrativa do Estado por meio de um plano liderado por Luiz Carlos Bresser Pereira que, a convite do então presidente Fernando Henrique, assumiu o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) e conduziu o Plano Diretor da Reforma do Estado (Pdrae). Em vista disso, embora sejam verificados indícios anteriores acerca do gerencialismo, somente em 1995, com a instituição do Pdrae, é que a reforma gerencial

se viu eminente no contexto brasileiro, o qual encontrava-se num momento de expansão e transformação em Estado Social (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Segundo Costa (2008), a reforma gerencial junto ao Pdrae, devem ser interpretados considerando-se cinco diretrizes principais: 1) institucionalização por meio de alterações na base legal; 2) racionalização para aumentar a eficiência; 3) flexibilização para permitir maior autonomia aos gestores públicos; 4) publicização por meio de organizações públicas não-estatais; 5) desestatização, compreendendo privatização, terceirização e desregulamentação. Nesse sentido, o Pdrae basicamente previa o ajustamento fiscal duradouro, reformas econômicas voltadas para o mercado, reforma da previdência, inovação dos instrumentos de política social e ampliação das práticas de governança.

A ideia, de acordo com Bresser-Pereira e Spink (2006), era que o Estado passasse a ter um papel menos executor, ou prestador do direito, para tornar-se seu promotor e regulador, promovendo a substituição de uma administração pública burocrática, rígida e ineficiente, para uma administração pública gerencial, flexível e eficiente. Além disso, o Pdrae previa a redefinição dos objetivos da administração pública, o aperfeiçoamento do ciclo de políticas públicas, a flexibilização de normas, o redesenho estrutural mais descentralizado, e a profissionalização e permanente capacitação dos servidores públicos. Portanto, a reforma gerencial pretendia aumentar a capacidade administrativa do Estado modernizando a administração pública e com vistas à eficiência e qualidade no atendimento aos cidadãos, que passaram a ser vistos como clientes.

Nesse sentido, entre os importantes objetivos estruturais da reforma gerencial está a divisão das atividades em exclusivas e não exclusivas do Estado nos três níveis de governo. Por atividades exclusivas do Estado entende-se a legislação, a regulação, a fiscalização, o fomento e a formulação de políticas públicas a cargo do núcleo estratégico do Estado (presidência da república e os ministérios). Para isso, foram criadas as agências executivas e delegadas aos entes da administração pública indireta (autarquias e fundações públicas), as atividades de implementação das políticas públicas. Já a regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos prestados pelos concessionários, ficaria a cargo das agências reguladoras (empresas públicas). E, compreendem as atividades não exclusivas do Estado a terceirização das atividades auxiliares ou de apoio, com base nas regras de licitação, e as organizações sociais (OSs)

e organizações das sociedades civis de interesse público (OSCIPs), entidades públicas não-estatais destinadas a absorver atividades públicas de interesse coletivos (publicizáveis), por meio de contratos de gestão (BRESSER-PEREIRA, 2009; PAULA, 2005).

Posto isso, percebe-se que o foco do Pdrae era o de uma reforma administrativa voltada para a descentralização dos serviços sociais; para a autonomia administrativa; para o aumento da responsabilização (*accountability*) e da transparência; e para a gestão por resultados. A promulgação da Emenda Constitucional nº 19/1998 legitimou e efetivou a reforma gerencial que, apesar de representar, ainda, um paradigma em construção, promoveu mudanças substanciais na administração pública brasileira, representando, em partes, uma reação às fraquezas percebidas no modelo burocrático tradicional. Todavia, o gerencialismo também se mostrou incapaz de compreender e abarcar as especificidades do setor público, originando novas teorias e modelos, dos quais dois serão estudados a seguir (BRESSER-PEREIRA; SPINK, 2006; COSTA 2006; PAULA, 2005).

2.1.4 Administração Pública Societal

O quarto modelo de administração pública a ser estudado é o modelo societal, o qual se apresenta como uma alternativa de gestão para a administração pública brasileira, pautando-se nas relações existentes entre administração e política no plano normativo e da experiência (PAULA, 2005).

Assim como os demais modelos, o gerencialismo resultou em muitos avanços, mas também encontrou muitas dificuldades e resistência em sua implementação. Para Paula (2005), o modelo gerencial tentou, basicamente, fazer da administração pública uma imitação da administração do setor privado, sem se atentar as demandas sociais pela participação, um preceito democrático. Desse modo, abriu-se espaço para um novo modelo, cuja Ana Paula Paes de Paula é a principal precursora.

Ligado a tradição mobilizatória brasileira, a origem da vertente da qual deriva a administração pública societal teve suas raízes nas mobilizações populares que ocorreram contra a ditadura militar e pela redemocratização do país na década de 1960. Posteriormente, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) consolidaram um espaço

alternativo para mobilização política e articulação de alguns grupos em torno de questões que afetavam a qualidade de vida individual e coletiva, o que originou reivindicações populares junto ao poder público. Nesse cenário, consolidou-se o campo no qual transitavam os movimentos populares e sociais, o movimento sindical, as pastorais sociais, os partidos políticos de esquerda e centro-esquerda e as ONGs. Além disso, foi nesse período que surgiram as primeiras experiências que buscavam romper com a forma centralizada e autoritária do exercício do poder público, bem como o fortalecimento do papel da sociedade civil na condução da vida política do país (PAULA, 2005).

A vertente societal proposta por Paula (2005), muito se assemelha a gestão social, compreendida como um processo de gestão dialógica no qual a autoridade de tomada de decisão é compartilhada entre todos os participantes envolvidos, seja na formulação de políticas públicas ou nas relações produtivas, sendo a cidadania deliberativa o elemento intermediário nas relações entre sociedade-Estado e capital de trabalho. Essa percepção sugere, ainda, uma perspectiva sustentada pelo referencial teórico do sociólogo alemão Habermas, o qual defende que a legitimidade das decisões se apoia em processos de discussão guiados pelos princípios de inclusão, pluralidade, igualdade participação, autonomia e bem comum. Nesse sentido, o conceito da esfera pública Habermasiana – um espaço genuíno (público não estatal) destinado à cidadania deliberativa, no qual os atores políticos se reúnem com um fim comum – também é considerado um dos elementos teóricos fundamentais da gestão social (PERSON; MORETTO NETO, 2018).

Frente ao exposto, o modelo societal propõe um novo modelo de gestão pública, que se opõe aos modelos anteriormente apresentados, a partir de um projeto político que ampliasse a participação social na administração pública. O modelo, portanto, tem por objetivo rearticular a relação entre Estado e sociedade, combinando a democracia representativa e a participativa, buscando o fortalecimento do papel da sociedade na condução do país. Assim sendo, em 2003, a vitória presidencial de Luís Inácio Lula da Silva suscitou grande expectativa no fortalecimento da implementação do modelo societal no governo, no entanto, o que se observou foi uma continuidade das práticas gerencialistas, especialmente no que tange as políticas sociais (CAPOBIANGO, 2013; PAULA, 2005).

Como relatado por Costa (2008), a administração pública brasileira passou por muitas transformações. Algumas horas empenhando muito esforço em busca de um

modelo de administração pública ideal, outras horas nem tanto. A verdade é que todo processo de reforma está estreitamente ligado ao contexto político, social e cultural do país. Assim, nas palavras de Paula (2005) “a administração pública está sempre sendo reinventada, e, enquanto houver vitalidade democrática, permanecerá como um projeto inacabado”.

A próxima seção dedica-se a tratar de um novo e importante paradigma da administração pública: o valor público. Esta abordagem encontra-se em separado por não fazer parte dos modelos de administração pública brasileira anteriormente apresentados. Em vista disso, objetiva-se apresentar uma tendência de modelo de gestão, e, possivelmente, um novo caminho para a administração pública no Brasil.

2.2 VALOR PÚBLICO

Segundo Kirilin (1996), o que os governos devem fazer melhor é criar valor para a sociedade. Conforme Moore (1994, p. 296) “a tarefa do gestor público é criar valor público”. E, de acordo com Jorgensen e Bozeman (2007, p. 355) “não existe tópico mais importante na administração pública e política do que valor público”.

No contexto mundial, as fraquezas e insuficiências do NPM, ou modelo gerencial, conferiram espaço para emergência de um novo discurso como base para uma possível mudança paradigmática: o da criação de valor público. Enquanto eficiência foi a principal preocupação da administração pública tradicional, ou burocrática, e, eficiência e eficácia do NPM, na abordagem do valor, preceitos que vão além desse pragmatismo são perseguidos, debatidos, contestados e avaliados (MOORE, 1995; O’FLYNN, 2007).

Originário dos programas de educação executiva da *Kennedy School of Government* da Universidade de Harvard, o paradigma do valor público, cujo principal propulsor foi o professor Mark Moore, não possui, ainda, um consenso conceitual nem um posicionamento metodológico, sendo, uma hora tratado como teoria, outra hora como abordagem, ou como paradigma, ou como uma perspectiva, ou como simplesmente um *framework* de avaliação (O’FLYNN, 2007; LOPES, 2016). Em seu livro “Criando valor público – gestão estratégica no governo” Moore (1995), considera que a administração pública, diferentemente do setor privado, diante das mais variadas particularidades e

complexidades, cumpre uma função social. Nesse sentido, o valor público surge como um contraponto ao modelo gerencial que, baseado na gestão privada, negligencia o interesse público ao tratar os cidadãos como clientes, frustrando valores democráticos como a igualdade e a imparcialidade (CORDELLA, 2007; VAN VENSTRA, 2012).

Para um melhor entendimento acerca do que é valor público, Lopes (2016) sistematizou em seu trabalho, o posicionamento de diversos autores quanto ao conceito de valor público e aos aspectos inerentes ao tema, respectivamente apresentados nos quadros 1 e 2 a seguir.

Quadro 1 – Posicionamento acerca do conceito de valor público

Posicionamento quanto ao conceito de valor público	Autor (ano)
“O conceito parece tão aberto – tão amplo, como um convite para os gestores públicos usarem a sua imaginação”	Moore (1995)
“Talvez a sua natureza ambígua e as suas várias aplicações abastecem sua popularidade – é todas as coisas para todas as pessoas”	Rhodes e Wanna (2007)
“Valor público não pode ser definido universalmente e em termos absolutos”	Alford e Hunges (2008)
“Há várias posições em relação ao conceito de valor público”	Alford e O’Flynn (2009)
“As ideias de valor público têm tido diferentes entendimentos”	Cordella e Bonina (2012)
“... continua alguma falta de clareza sobre o que é valor público...”	Willians e Shearer (2011)
“O valor público pode ser definido de várias formas”	Karunasena e Deng (2012)
“Como é uma teoria que ainda está emergindo e se desenvolvendo, ainda não há consenso sobre o conceito de valor público”	PANG <i>et al.</i> (2014)
“Como conceito e conceituação teórica, valor público é relativamente novo na administração pública. E ainda, por não ser uma tarefa fácil, parece ser a razão pela pouca profundidade e amplitude de conhecimento acumulado sobre valor público”	Karkin e Jensen (2014)

Fonte: LOPES (2016).

Quadro 2 – Aspectos relacionados ao conceito de valor público.

Posicionamento quanto aos aspectos do valor público	Ideia	Autor (ano)
“Produção de valor público é destinado aos <i>stakeholders</i> e cidadãos”	Equivalente ao setor privado, os gestores públicos estão comprometidos em usar sua criatividade e capacidades para produzir valor para os cidadãos a partir dos ativos públicos.	Moore (2014)
“Valor público não é uma entrega somente feita por órgãos governamentais”	O valor público não é público por ser entregue pelo setor público. Não se trata de quem o produz e sim de quem o consome, ou seja, os cidadãos – quem julgam os entregáveis do governo.	Alford e Hudges (2008) Cordella e Willcocks (2012)
“Cidadãos não são e não se comportam como clientes”	Cidadãos têm visões, objetivos e aspirações para a sociedade como um todo, isto é, possuem princípios de valores coletivos, tais como: justiça e igualdade. Cidadãos valorizam não apenas o que recebem como benefícios diretos, mas também o que vai além do seu interesse individual.	Alford e Hudges (2008)
“Cidadão não valoriza somente os benefícios diretos e seu auto interesse”	Preferências individuais não podem ser agregadas para refletir o que a sociedade quer do governo. Valor público envolve preferências coletivas.	Alford e Hudges (2008) Cordella e Bonina (2012)
“Valor público deve guiar a prestação de serviços públicos”	Colocar a criação de valor público no centro dos objetivos do governo, significa que as ações governamentais devem buscar as expectativas coletivas dos cidadãos. Nesse sentido, o valor público propõe que as qualidades dos órgãos públicos sejam avaliadas com base na habilidade de entregar o valor esperado pelos cidadãos.	Al-hujran <i>et al.</i> (2015) Cordella e Bonina (2012)
“Valores públicos não são constantes: mudam ao longo do tempo”	As necessidades, objetivos e expectativas em relação ao governo não são constantes. Com isso, valoriza-se o papel mais pró-ativo dos gestores públicos, no sentido de responder as novas necessidades dos cidadãos, de modo a legitimar as intervenções governamentais e os serviços públicos, criando valor público.	Pang <i>et al.</i> (2014)

Fonte: Autora com base em LOPES (2016).

Apesar da dificuldade em conceituar precisamente o valor público, é pacífico para muitos autores que o modelo deve capturar, tanto no título como na definição, os três

grandes focos do movimento: conteúdo inovador; espírito democrático; e governança (BRYSON *et al.*, 2014; O'FLYNN, 2007). Sendo assim, o art. 2º, II, do Decreto 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, define valor público como:

Os produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos. (BRASIL, 2017).

Para Moore (1995), é evidente que os objetivos do setor público são menos claros que os objetivos do setor privado, dadas suas peculiaridades e ambiguidades, além da diversidade de *stakeholders*. Segundo Rossetti e Andrade (2011), nas organizações privadas, a governança corporativa busca o equilíbrio de interesses entre os proprietários e as partes interessadas (acionistas), contribuindo, assim, para a geração de valor dentro da instituição. Já na esfera pública, de acordo com Teixeira (2012), a adoção de boas práticas de governança voltadas à geração de valor devem ter como base a perspectiva do valor público, traduzida em melhores resultados para a sociedade. Nesse sentido, depreende Moore (1995) que os gestores públicos possuem várias finalidades e responsabilidades que vão além de atingir metas, devendo, portanto, estar amplamente preocupados em orientar, criar, manter a confiança e responder as preferências coletivas dos cidadãos.

Na abordagem do valor, gestores públicos não são simples balconistas, em vez disso, são exploradores contratados pela sociedade para entregar valor público. Os funcionários públicos devem envolver as autoridades políticas; colaborar entre si dentro e fora das fronteiras institucionais; gerenciar recursos de maneira efetiva; envolver-se com comunidades e usuários dos serviços; e desenvolver, de forma reflexiva, seu próprio senso de vocação e dever público. Por isso, é exigido que os gestores públicos trabalhem além das fronteiras e desenvolvam novas habilidades de liderança de modo a perseguir o valor público (O'FLYNN, 2007). Sendo assim, diferentemente do modelo gerencial, no paradigma do valor público o foco dominante dos gestores públicos muda dos resultados para o relacionamento e atendimento de expectativas, ou seja, no setor público o objetivo do trabalho gerencial é criar valor público (BRYSON *et al.*, 2014; KIRLIN, 1996; LOPES *et al.* 2018; MOORE, 1995).

Um clássico exemplo da aplicação da abordagem do valor seriam os serviços de coleta de lixo, uma vez que esses oferecem benefícios estéticos e de conveniência para os usuários, entretanto, além disso, oferecem resultados mais amplos de saúde pública para os cidadãos. Isso reflete a diferença entre o valor privado, materializado na simples coleta de lixo, e o valor público, na medida em que a saúde pública é protegida. Ademais, no modelo do valor os gestores públicos são vistos como exploradores contratados pela sociedade para buscar e entregar valor público. Os funcionários públicos devem colaborar entre si, dentro e além das fronteiras institucionais, gerenciar de maneira eficiente, eficaz e efetiva, envolver-se com comunidades e usuários de serviços, e desenvolver de forma reflexiva seu próprio senso de vocação e dever público. Logo, mais uma vez, o valor público deve ser o guia dos órgãos públicos na prestação de serviços, pois esse traz para o centro das ações governamentais a busca por soluções mais alinhadas às expectativas dos cidadãos (AL-HUJRAN *et al.*, 2015; MOORE, 1995; O'FLYNN, 2007).

Ainda que discussões sobre o valor público sejam remotas, somente há pouco essa abordagem tem atraído mais atenção, especialmente no Brasil a partir de estudos acadêmicos nacionais relacionados com o tema (ex.: BASTOS; ALMEIDA, 2006; GURGEL, 2014; INAMINE *et al.*, 2012; KANUFRE; REZENDE, 2012; LOPES, 2016; MATOS *et al.*, 2018; PORPINO; STEFANI, 2014; RODRIGUES; TOLEDO, 2017; SAAD, 2015; TEIXEIRA, 2012) e, também, na legislatura (ex.: Decreto 9.203/2017; Instrução Normativa TCU nº 84/2020). Com isso, a abordagem do valor tem se mostrado uma tendência, posto que o conceito vem ocupando espaço nas agendas políticas e da comunidade científica, o que, por conseguinte, coloca o cidadão no centro de todo processo (LOPES *et al.*, 2018).

Posto isso, de modo a compor a revisão da literatura sobre o tema objeto deste trabalho, a próxima seção se propõe a apresentar um breve panorama da prestação de contas (*accountability*) no Brasil.

2.3 PRESTAÇÃO DE CONTAS (*ACCOUNTABILITY*) NO BRASIL: BREVE PANORAMA

Segundo Bobbio (2007), o regime democrático assenta-se no exercício do poder soberano pelo povo e na extensão dos direitos de cidadania a todos os indivíduos, logo,

ao representante eleito é dado tão somente a obrigação de exercer o poder em nome e benefício do povo. Nesse sentido, o art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988 estabelece que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente” (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, para Marra (2006), o Estado encontra na Administração Pública a ferramenta indispensável à consecução de suas atividades, considerando que ao desempenhar a função de gestora dos interesses públicos, a mesma deve obediência a uma série de normas e princípios que visam o bem-estar da coletividade. Assim, com o intuito de assegurar que a administração pública atue em conformidade com os princípios que lhe são impostos, é necessário o estabelecimento de formas de controle (CASTRO, 2007).

Carvalho Filho (2016) define controle como sendo “o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e de revisão da atividade administrativa em qualquer das esferas de Poder”. Assim, a Constituição Federal estabelece um sistema de controle baseado na separação dos poderes: (1) pelo sistema de controle de cada poder (controle interno); (2) pelo controle do Poder Legislativo, no exercício da sua função típica, com o auxílio do Tribunal de Contas (controle externo); e (3) pelo controle social, por meio de mecanismos de atuação da sociedade.

Nessa lógica, a Constituição Federal dispõe em seu art. 70.

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumas obrigações de natureza pecuniária. (BRASIL, 1988).

O dever constitucional de fiscalização, portanto, é um importante mecanismo de controle, cujo objetivo é examinar a aplicação dos recursos públicos, de modo a avaliar e responsabilizar os agentes públicos pelo uso do poder que lhes é concedido para gerir esses recursos. Nesse efeito, a prestação de contas é um dos meios democráticos de monitorar e controlar a conduta dos gestores, bem como aumentar a capacidade de

aprendizado e a efetividade da administração pública na produção de resultados para a sociedade (BRASIL, 2020).

A prestação de contas, por sua vez, é comumente associada ao termo *accountability* que, apesar de não apresentar tradução literal na língua portuguesa, é utilizado frequentemente como sinônimo de “responsabilização”. Adicionalmente, o termo *accountability* está intimamente relacionado à democracia, tendo em vista que não há como se exigir a prestação de contas e a responsabilização de gestores e governantes em regimes ditatoriais (CAMPOS, 1990).

Nesse sentido, de acordo com Bresser-Pereira (1995), “um objetivo intermediário fundamental em qualquer regime democrático é aumentar a “responsabilização” (*accountability*) dos governantes”. E complementa que a governabilidade na democracia depende da (1) existência de instituições políticas que promovam a comunicação entre Estado e sociedade civil; de (2) mecanismos de *accountability* de políticos e burocratas; do (3) equilíbrio entre demandas da sociedade e atendimento pelo governo; e da (4) manutenção de um contrato social básico.

Outra concepção do termo é feita por Diamond *et al.* (1999), que identifica três questões necessárias para a eficácia da *accountability*: informação, justificação e punição. A informação e a justificação estão relacionadas com a obrigação dos representantes públicos informarem, explicarem e responderem pelos atos de sua responsabilidade, e a punição trata-se da capacidade das agências estatais de impor penalidades e até a perda do poder para os que violarem os deveres públicos.

De acordo com O’Donnell (1998), os sistemas de governo, altamente desenvolvidos, levam a três dimensões da *accountability*: (1) de um indivíduo para o outro; (2) de um indivíduo para o Estado; e (3) do Estado para a sociedade. Dimensões conhecidas, na atualidade, como *accountability* horizontal e vertical, em que a primeira está atrelada ao sistema de freios e contrapesos, na qual os poderes, independentes e harmônicos entre si, prestam contas uns aos outros; e a segunda está associada ao controle social (SIU, 2011).

Gao (2003) ressalta sobre a importância da *accountability* no processo de governo de um País, pois, todos têm interesse em saber se os recursos públicos estão sendo administrados e utilizados adequadamente, de modo que os programas de governo

alcancem os objetivos e resultados previstos. Assim, diante dessa informação, é possível buscar a responsabilização dos envolvidos no programa perante os órgãos de controle a sociedade, em especial.

No contexto brasileiro, segundo Mota (2006), a Constituição Federal de 1988 consolidou a democracia e introduziu importantes instrumentos para o exercício da *accountability*. Nesse sentido, ao tratar sobre os conselhos municipais, o orçamento participativo, o plebiscito e a ação popular, o texto constitucional reforça o papel da sociedade civil como ator importante no processo das prestações de conta dos agentes públicos exercendo, assim, a *accountability* vertical. Em se tratando da *accountability* horizontal, a Constituição fortaleceu a atuação do Ministério Público e dos Tribunais de Contas, dispondo, sobre esse último, em seu art. 71, incisos I e II.

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público. (BRASIL, 1988).

Segundo Motta (2005) os esforços conduzidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), como importante instituição no âmbito do controle externo, representam um avanço em relação à postura tradicional da *accountability*, por meio de modernização e inclusão de novas metodologias de trabalho que buscam atender as expectativas da coletividade. Nessa perspectiva, Cruz (2010) perfaz que a *accountability* governamental se materializa, de fato, a partir da divulgação de informações claras e tempestivas acerca dos resultados da atuação da gestão pública, bem como seus impactos para a sociedade. Essa divulgação deve abranger informações quantitativas e qualitativas, disponibilizadas de forma ampla e acessível a todos os atores sociais.

2.3.1 Relato Integrado

O Relato Integrado (RI) é uma abordagem criada pelo *International Integrate Reporting Council* (IIRC) para preparação de relatórios, que surgiu da necessidade de integração entre as informações de divulgação voluntária e obrigatória das organizações.

A primeira versão da nova estrutura proposta pelo IIRC foi lançada em 2013 e contou com a adesão de inúmeras organizações públicas e privadas em todo o mundo, e, desde então, representa uma evolução e tendência nos processos de gestão organizacional e comunicação corporativa. No Brasil, organizações como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), Petrobras, Itaú Unibanco, Natura, Votorantim, etc., foram pioneiras na adesão do novo formato (FREITAS; FREIRE, 2017; TCU, 2018).

Segundo o IIRC (2013), o RI é um “documento conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor em curto, médio e longo prazos” voltado, principalmente, para o setor privado, mas podendo ser aplicado e adequado, conforme necessário, para o setor público. Desse modo, o RI ajuda a organização a ter uma visão clara e a focar nos fatores que afetam o alcance dos seus resultados. Para tanto, a organização deve adotar o pensamento integrado, ou seja, considerar a conexão entre todas as suas atividades e os recursos financeiros e não financeiros alocados para o alcance dos objetivos institucionais.

Assim, com o propósito de aumentar a eficiência do processo de relatar, o RI possui as qualidades necessárias para tornar os relatórios corporativos mais transparentes e de fácil compreensão para as partes interessadas. No setor público, o principal objetivo do RI é que a alta administração apresente para a sociedade como as estruturas de governança mobilizam os recursos por aquela financiados, visando alcançar os resultados que atendam de forma efetiva e útil as demandas da sociedade, isto é, criam valor público (BRASIL, 2020; IIRC, 2013; TCU, 2018).

A partir de 2018, com a Decisão Normativa TCU 170, a prestação de contas anual dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, que tem como peça central o Relatório de Gestão, passou a adotar o modelo de RI. Nesse contexto, baseado nos princípios básicos da IIRC (2013), a saber, foco estratégico e orientação para o futuro; conectividade de informação; relações com as partes interessadas; materialidade; concisão; confiabilidade e completude; e coerência e comparabilidade, o Quadro 3 apresenta os princípios que sustentam a construção do RI na administração pública.

Quadro 3 – Princípios para elaboração do Relato Integrado

Princípio	Definição
Foco estratégico	Os responsáveis devem apresentar a direção estratégica da organização na busca de resultados para a sociedade, proporcionando uma visão de como a estratégia se relaciona com a capacidade de gerar valor público no curto, médio e longo prazos e demonstrar o uso dos recursos, bem como os produtos, os resultados e os impactos produzidos.
Conectividade da informação	O relatório deve mostrar uma visão integrada da combinação, da inter-relação entre os resultados alcançados, a estratégia de alocação dos recursos e os objetivos estratégicos definidos para o exercício.
Relações com partes interessadas	As informações devem prover uma visão da natureza e da qualidade das relações com as principais partes interessadas, considerando, inclusive, a articulação interinstitucional e a coordenação de processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público.
Materialidade	Devem ser divulgadas informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de alcance dos objetivos de geração de valor público e com conteúdo relevante para a sociedade, em especial para os cidadãos e usuários de bens e serviços públicos, provedores de recursos, e seus representantes.
Concisão	O texto do relatório não deve ser mais extenso do que o necessário para transmitir a mensagem e fundamentar as conclusões.
Confiabilidade e completude	O relatório deve abranger todos os temas materiais, positivos e negativos, de maneira equilibrada e isenta de erros significativos.
Coerência e comparabilidade	O relatório deve apresentar informações em bases coerentes ao longo do tempo, de maneira a permitir acompanhamento das séries históricas da UPC e comparação com outras unidades de natureza similar.
Clareza	O relatório deve fazer uso de linguagem simples e imagens visuais eficazes para transformar informações complexas em informações facilmente compreensíveis.
Tempestividade	As informações devem estar disponíveis em tempo hábil para suportar os processos de transparência, responsabilização e tomada de decisão por parte dos cidadãos e seus representantes, dos usuários de serviços públicos e dos provedores de recursos, e dos órgãos do Poder Legislativo e de controle.
Transparência	Deve ser realizada a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização e a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral, independente de requerimento.

Fonte: IN-TCU 84/2020.

Posto isso, encerra-se a parte dedicada ao referencial teórico do presente trabalho, passando-se, a partir deste momento, a exposição da metodologia utilizada, seguida dos resultados e discussões, e, por fim, as considerações finais.

3 METODOLOGIA

Para elaboração e sequente alcance dos objetivos propostos, o presente trabalho utilizou a pesquisa-ação como estratégia de pesquisa em razão da natureza participativa do método, pois, permite o envolvimento do autor na promoção de processos de mudanças acerca das questões de pesquisa. Segundo Macke (2006), a pesquisa-ação pode ser definida como “uma estratégia de condução de pesquisa qualitativa voltada para a busca de solução coletiva a determinada situação-problema, dentro de um processo de mudança planejada”.

Thiollent (2007), define pesquisa-ação como sendo:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Para Coughlan e Coughlan (2002), a pesquisa-ação tem como ideia central o uso da abordagem científica para estudar a resolução de importantes questões sociais ou organizacionais junto aqueles que com elas convivem, ou seja, de modo participativo. Em vista disso, os autores partem do ponto de que a pesquisa-ação é um pesquisa em ação e não sobre uma ação, posto que o estudo ocorre simultaneamente a ação, tendo por objetivo implementar ações e, ao mesmo tempo, construir um corpo de conhecimento científico.

Mello *et al.* (2012), propõem a estruturação para a condução da pesquisa-ação no âmbito da engenharia de produção, com base nos trabalhos de Westbrook (1995) e dos autores supracitados. Valendo-se da proposta dos autores, quanto ao conteúdo e sequência de organização do método, o ciclo do processo da pesquisa-ação ocorre em cinco fases: planejar; coletar dados; analisar dados e planejar ações; implementar ações; avaliar resultados e gerar relatório. Cada fase possui etapas, as quais serão explicadas a seguir, de modo vinculado ao que ocorrerá no presente trabalho.

1. A primeira fase trata-se do planejamento da pesquisa-ação e possui três etapas. Segundo Mello *et al.* (2012), esta fase possui dois modos de iniciação: a) por meio da identificação de um problema na literatura pelo pesquisador, e, posterior busca de um objeto de estudo no qual esse problema se aplica – iniciação dirigida pela pesquisa; ou b) por meio da

definição de um problema pela organização, sobre o qual o pesquisador buscará a solução utilizando a pesquisa-ação – iniciação dirigida pelo problema. O presente trabalho, caracteriza-se pelo modo de iniciação “a)”, pois, ao tempo da pesquisa, o problema já era percebido e a construção do Relato Integrado 2020, foi considerado o cenário ideal para aplicação dos fundamentos do valor. A primeira etapa da fase constitui-se da definição da estrutura conceitual-teórica e, também, da determinação da questão e dos objetivos da pesquisa. Na presente pesquisa, a fundamentação teórica foi baseada na literatura que englobasse, de modo geral, os caminhos da Administração Pública brasileira e a *accountability*. Para tanto, discorreu-se acerca dos modelos de Administração Pública no Brasil, apresentou-se o paradigma do valor público e, por fim, abordou-se um panorama geral sobre a prestação de contas no país. A segunda etapa refere-se à seleção da unidade de análise e, também, das técnicas de coleta de dados. Para Macke (2006), a unidade de análise representa as fronteiras de interesse do pesquisador, cabendo a esse decidir: onde, quando, quem, o que, e como observar. A unidade de análise da presente pesquisa é a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Acerca das técnicas de coleta de dados, Macke (2006) reuniu-as em três grupos principais: observação, entrevista e documentos. No presente trabalho, utilizou-se as técnicas de observação participante e de exame de documentos. A terceira e última etapa trata-se da definição de contexto e propósito, ou seja, é o momento no qual, basicamente, determina-se o tema e delimita-se o problema. Na presente pesquisa, o tema e o problema foram propostos à equipe de trabalho da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN) pela pesquisadora, considerando-se a necessidade de conformidade e *accountability*.

2. A segunda fase aborda a coleta de dados e possui uma única etapa. Para Mello *et al.* (2012), na pesquisa-ação os dados podem ser coletados de diferentes formas, tampouco somente por meio de observações e intervenções formais, como também nos processos, tarefas e atividades do dia a dia da organização, relacionadas ao projeto da pesquisa, como sugerem Coughlan e Coughlan (2002). Para construção do Relato realizou-se a coleta de dados a partir da base legal (decretos, instruções normativas,

decisões normativas, acórdãos, regimentos, etc.) e das informações solicitadas às Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas, órgãos suplementares e apoio, por meio de processo, para subsidiar a elaboração do Relato Integrado 2020. Outro meio utilizado para a coleta dados foi a observação participante, que, de acordo com Marconi e Lakatos (2006), baseia-se na participação/interação do pesquisador com o grupo/comunidade e no estabelecimento da confiança e influência daquele sobre esse, sem esconder seus verdadeiros objetivos. Nota-se a utilização dessa técnica quando da apresentação do tema pela pesquisadora à equipe da PROPLAN e na condução de reuniões, como a do Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade (CGRCI).

3. A terceira fase versa sobre a análise dos dados e do planejamento das ações. Nesse momento, Mello *et al.* (2012) recomendam que essa análise seja coordenada pelo pesquisador por se tratar diretamente do problema de pesquisa, que aponta uma lacuna teórica ou empírica. No presente trabalho, a análise dos dados coletados gerou *insights* sobre o que deveria compor a prestação de contas. Desse modo, planejou-se a elaboração do Relato Integrado 2020 com base na seleção de informações sobre as ações e atividades que gerassem valor público para a sociedade.
4. A quarta fase refere-se à implementação das ações que, segundo Mello *et al.* (2012), com base em Thiollent (2007) e Coughlan e Coughlan (2002), condiz com o que precisa ser feito para a solução do problema, de forma a fortalecer a teoria pesquisada, sendo, preferencialmente implantadas de modo colaborativo com os membros-chave da organização. No presente trabalho, observa-se esse momento quando da escolha das informações a serem apresentadas no Relato Integrado 2020 e, também, na apresentação e deliberação da Estrutura de Governança e do Modelo de Negócios, componentes do Relato Integrado 2020, na reunião do CGRCI, cujos membros são a alta administração da instituição.
5. A quinta e última fase trata-se da avaliação e geração de relatório. Mello *et al.* (2012) sugerem várias formas de avaliação dos resultados da pesquisa-ação, entre elas a apresentação para direção e grupos interessados, com base em Miguel (2009). Na presente pesquisa, visualiza-se essa fase no momento da apresentação do Relato Integrado 2020 para

deliberação, primeiramente pelo Conselho de Curadores, que emite parecer conclusivo acerca da prestação de contas, seguida da apreciação pelo Conselho Universitário, sendo, o Relato Integrado 2020, o próprio relatório de pesquisa e a base para elaboração da presente dissertação.

Desse modo, a produção do Relato Integrado do ano de 2020 reuniu uma série de ações que trouxeram para o cerne da pesquisa, as decisões tomadas pela pesquisadora, enquanto coordenadora da elaboração do referido documento, sob a hipótese de uma possível aproximação do novo modo de apresentação da prestação de contas proposto pelo TCU, com os fundamentos do paradigma do valor público.

No tocante aos tipos de pesquisa, esta caracteriza-se, quanto aos objetivos, como descritiva e exploratória. Para Rampazzo (2005), a pesquisa descritiva visa descrever fatos e/ou fenômenos extraídos da realidade em si. Para tanto, segundo Vieira (2002) a pesquisa descritiva compreende importantes instrumentos de coleta de dados como a observação, entrevista, questionários, formulários, etc. Essa classificação refere-se ao próprio processo de descrição da construção do Relato Integrado do ano de 2020 da UNIFAL-MG 2020, objetivo do presente trabalho. Já a pesquisa exploratória, para Gil (2008), é aquela que proporciona uma maior familiaridade com o problema em questão, uma vez que objetiva o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Essa classificação refere-se ao intuito de melhor compreender sobre as mudanças no formato da prestação de contas da Administração Pública Federal, e a tendência do uso da teoria do valor público.

Quanto à abordagem de pesquisa, esta assume a forma qualitativa. Para Creswell (2010), na pesquisa qualitativa os pesquisadores usam a teoria como uma explicação ampla em busca de um esclarecimento para comportamentos e atitudes por meio de lentes ou perspectivas teóricas para guiar seus estudos e levantar questões que desejam estudar. A abordagem qualitativa (aqui) se justifica, de acordo com Oliveira (2008), pelo fato dos dados coletados serem predominantemente descritivos, considerando-se a potencialidade do material obtido em descrever os fatos, pessoas, acontecimentos, documentos, entre outras variedades.

Quanto à natureza de pesquisa, esta classifica-se como aplicada. De acordo com Gil (2008), a pesquisa aplicada engloba estudos que objetivam solucionar, de modo prático, problemas identificados na realidade do pesquisador. Sendo assim, segundo o

mesmo autor, a pesquisa aplicada possui interesse na aplicação, utilização e consequências práticas do conhecimento científico, podendo, inclusive, contribuir com seu desenvolvimento. À vista disso, a confecção do Relato Integrado 2020 é a aplicação prática do conhecimento teórico adquirido.

Em suma, o presente estudo possui, basicamente, três métodos de obtenção e análise dos dados acerca do problema, gravitando em torno da estratégia/procedimento técnico de pesquisa, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1 - Mapeamento da Metodologia



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Consoante ao apresentado anteriormente, a prestação de contas é uma exigência constitucional a toda e qualquer pessoa que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos. Assim, todos os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, de todos os poderes e esferas, são obrigados a apresentar e divulgar informações e análises quantitativas e qualitativas dos resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial da instituição.

A Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) é uma instituição federal de ensino superior localizada no sul do estado de Minas Gerais. Fundada inicialmente como Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (Efoa)¹ em 1914, tornando-se Centro Universitário Federal (Efoa/Ceufe)² em 2001, e, em 2005 transformada em universidade federal³, a UNIFAL-MG possui, atualmente, um complexo universitário composto por 3 campi e uma unidade educacional, e, um corpo de pessoal formado por docentes, técnicos administrativos e colaboradores (ANEXO A, pág. 8 e 9).

No que tange as principais atividades da UNIFAL-MG, essas são: o ensino, a pesquisa e extensão, considerados indissociáveis pela Constituição Federal. Ademais, a UNIFAL-MG, por ocupar uma posição estratégica e de destaque no processo de modernização e desenvolvimento do país, possui um compromisso social que vai além da atividade fim, oferecendo vários serviços que integram a formação do aluno e beneficiam a sociedade (ANEXO A, p. 18-22 e 58-125).

Em face do exposto, a UNIFAL-MG, enquanto autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), é pessoa jurídica de direito público com autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, tendo, portanto o dever de apresentar seus resultados por meio dos Relatórios de Gestão. O Relatório de Gestão é um documento oficial elaborado pelo gestor de órgão, entidade ou fundo da Administração Pública Federal, para comprovar os resultados alcançados frente aos objetivos estabelecidos em um determinado exercício. A elaboração do relatório deve

¹ Lei Estadual nº 657, de 11 de setembro de 1915.

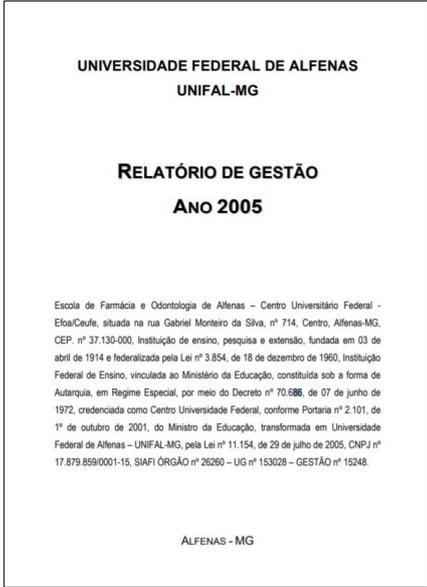
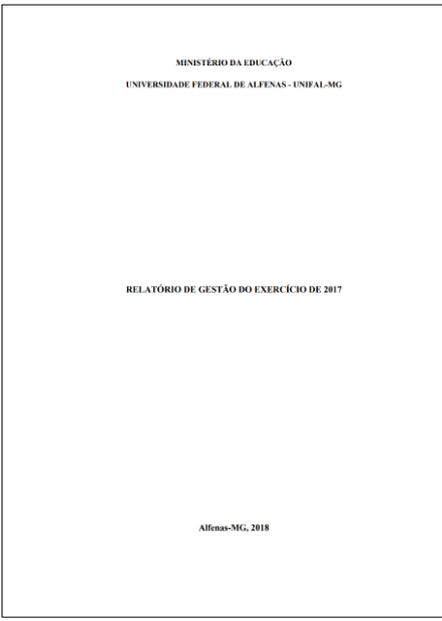
² Portaria MEC nº 2.101/2001.

³ Lei Federal nº 11.154, de 29 de julho de 2005.

ter como como princípios norteadores a transparência, a clareza e o amplo alcance, todavia, observa-se que nem sempre esses foram as características da prestação de contas.

Os quadros 3 e 4 trazem uma breve evolução dos Relatórios de Gestão exigidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) à UNIFAL-MG⁴, a partir da sua transformação em universidade, com as respectivas normas.

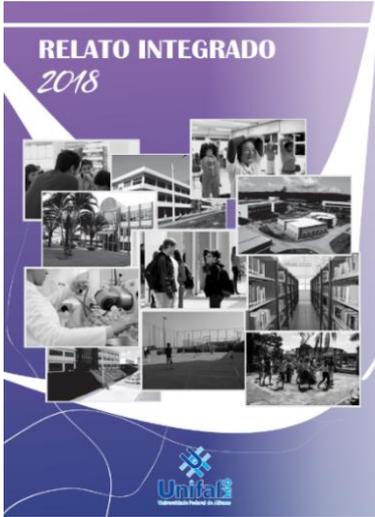
Quadro 4 – Antiga forma de prestação de contas

	<p>Relatório de gestão referente ao exercício de 2005.</p> <p>Em obediência:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instrução Normativa (IN) TCU nº 47/2004; - Decisão Normativa (DN) TCU nº 71/2005. <p>Necessário:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Demonstrativos contábeis inserido no documento; - Relatório e certificado de auditoria e parecer do dirigente de controle interno; - Acórdão de aprovação das contas; - Pronunciamento ministro da educação. <p>Quantidade de páginas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 132.
	<p>Relatório de gestão referente ao exercício de 2017.</p> <p>Em obediência:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instrução Normativa TCU nº 63/2010; - Instrução Normativa TCU nº 72/2013; - Decisão Normativa TCU nº 161/2017. <p>Necessário:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relatório e Certificado de Auditoria; e Parecer do Dirigente do Controle Interno; - Inserir o relatório no sistema e-Contas; <p>Quantidade de páginas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 510.

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

⁴ Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/relatorios-de-gestao/>. Acesso em: nov. 2021.

Quadro 5 – Nova forma de prestação de contas

	<p>Relatório de gestão referente ao exercício de 2018.</p> <p>Em obediência:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instrução Normativa TCU nº 63/2010; - Decisão Normativa TCU nº 170/2018. - Guia de Elaboração 1ª ed. <p>Necessário:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relatório na forma de Relato Integrado; - Relatório e parecer da Auditoria Interna; - Valor público; - Sistema e-Contas <p>Quantidade de páginas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 93.
	<p>Relatório de gestão referente ao exercício de 2018.</p> <p>Normas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instrução Normativa TCU nº 63/2010; - Decisão Normativa TCU nº 178/2019. - Guia de Elaboração 2ª ed. <p>Necessário:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relatório na forma de Relato Integrado; - Relatório e parecer da Auditoria Interna; - Valor público; - Sistema e-Contas. <p>Quantidade de páginas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 142.
	<p>Relatório de gestão referente ao exercício de 2020.</p> <p>Normas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instrução Normativa TCU nº 84/2020; - Decisão Normativa TCU nº 187/2020. - Guia de Elaboração 3ª ed. <p>Necessário:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relatório na forma de Relato Integrado; - Relatório e parecer da Auditoria Interna; - Valor público; - Página “Transparência e Prestação de Contas”. <p>Quantidade de páginas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 185.

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Conforme apresentado nos quadros 2 e 3, observa-se uma mudança significativa no modelo de apresentação da prestação de contas no decorrer dos anos. De maneira geral, de 2005 a 2017, percebe-se que houveram algumas alterações no conteúdo e na forma de avaliação da prestação de contas, haja vista a não necessidade do julgamento das contas pelo TCU (a partir de 2008) e a diferença na quantidade de páginas entre os relatórios, revelando que a quantidade de informações a serem apresentadas aumentaram substancialmente. Todavia, não é possível perceber uma ruptura no modelo, pois, a prestação de contas, desde sempre e até aquele momento, permanecia, na realidade, voltada para públicos específicos, como os órgãos de controle externo, isto é, profissionais da área, tendo em vista que a linguagem técnica desses relatórios não oportunizavam amplo entendimento.

A partir de 2018, já é possível observar uma ruptura profunda na forma de apresentação da prestação de contas, inaugurada pela DN-TCU 170/2018 que trouxe, pela primeira vez, a apresentação do Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado. Isso significou o primeiro passo rumo a um avanço na transparência, clareza e alcance, de fato, das informações, aos verdadeiros destinatários dos resultados: a sociedade. No contexto da UNIFAL-MG, a bruta mudança na apresentação da prestação de contas, obrigou uma reorganização da própria elaboração do relatório de gestão, que, até então, era competência da Coordenadoria de Orçamento (COR), junto a Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PROAF), passando a pertencer à Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional (CDI), em razão dos aspectos do novo formato.

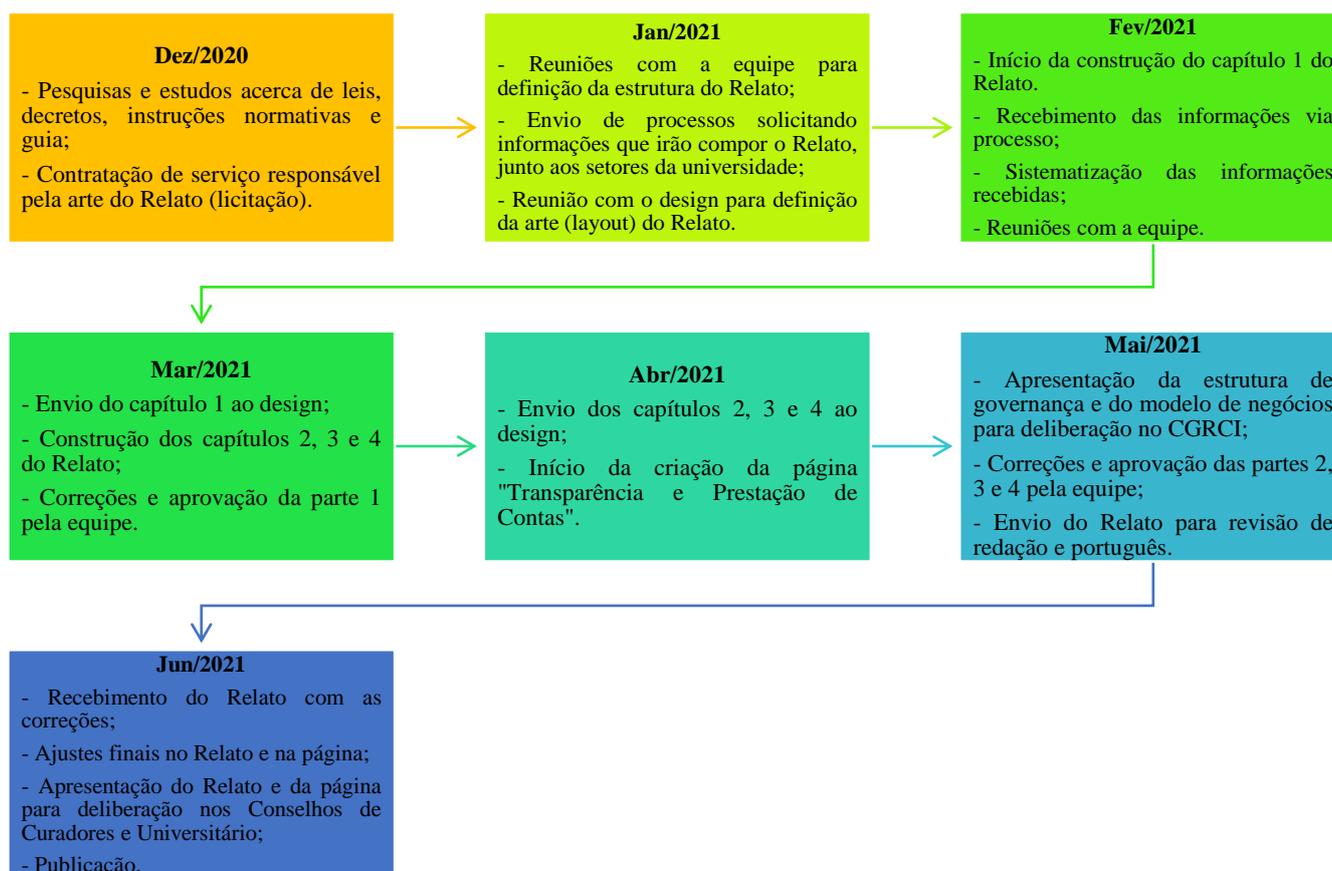
Nesse sentido, os relatórios de gestão, na forma de Relato Integrado, dos anos 2018 e 2019 foram elaborados de forma similar, com exceção do design que, em 2019 foi feito por pessoal contratado exclusivamente para os serviços de produção de arte e layout. Nota-se que, em 2019, o valor público, em termos de produtos e resultados gerados, preservados ou entregues no exercício, e a capacidade de continuidade em exercícios futuros, aparece pela primeira vez como parte integrante da prestação de contas, conforme DN-TCU 178/2019.

Em se tratando da prestação de contas do ano de 2020, a IN-TCU 84/2020, trouxe modificações ainda mais significativas para os procedimentos referentes a prestação de contas, mantendo a forma de Relato Integrado. Nesse sentido, a IN-TCU 84/2020, junto a DN-TCU 187/2020 que manteve o propósito de estabelecer procedimentos claros e

eficientes de apresentação de contas, contribuindo para a desburocratização da Administração Pública Federal, dispôs sobre a obrigatoriedade da apresentação da prestação de contas se fazer, também, por meio dos sítios oficiais dos órgãos e entidades, em página específica sob o título “Transparência e Prestação de Contas”⁵, retirando o dever de inserção do Relato Integrado no sistema e-Contas. Com isso, percebe-se que a ideia central da IN-TCU 84/2020 é, de fato, mudar o destinatário da prestação de contas, tirando o foco do TCU (*accountability* horizontal) e o passando para a sociedade (*accountability* vertical), ampliando seu alcance e assemelhando-se a perspectiva do valor público que, por sua vez, prima pelo atendimento das expectativas dos cidadãos.

Posto isso, a produção do Relatório de Gestão do ano de 2020, na forma de Relato Integrado, da Universidade Federal de Alfenas reuniu uma série de procedimentos e ações que, para um melhor entendimento, foram sistematizados na figura a seguir.

Figura 2 – Procedimentos e ações para elaboração do Relato Integrado 2020



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

⁵ Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/transparencia/>. Acesso em: 10 out. 2021.

Como é possível observar na Figura 2, a construção da prestação de contas da UNIFAL-MG levou cerca de 7 meses e envolveu várias ações e procedimentos. A princípio, o prazo máximo para publicação do Relato na página “Transparência e Prestação de Contas” seria dia 31/03/2021, no entanto a DN-TCU 194/2021 o prorrogou para até 30/06/2021.

Os meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021, compõem a fase preparatória do Relato Integrado, na qual coube a equipe estudar acerca das normas que direcionariam a elaboração do documento. Entre as normas, além das já mencionadas, está o Guia do TCU para elaboração do Relatório de Gestão, na forma de Relato Integrado, 3ª edição⁶ que, visando orientar e, ao mesmo tempo, estimular a criatividade do gestor na elaboração da prestação de contas da respectiva unidade prestadora de contas (UPC), apresenta o modelo estrutural de um Relato Integrado. Ademais, o guia aborda os princípios que sustentam a preparação do Relato, tais como: foco estratégico no cidadão, concisão, coerência, clareza, tempestividade, transparência, entre outros, tratando da importância da geração de valor público em curto, médio e longo prazos. Além das normas, a equipe ocupou-se, também, em explorar modelos e exemplos de RI de outras instituições públicas e privadas. Para tanto, foi feita uma pesquisa acerca dos melhores RI e descobriu-se um prêmio chamada Prêmio Abrasca, instituído pela Abrasca⁷ em 1999, com o objetivo de incentivar a elaboração de relatórios com maior clareza, transparência, qualidade, quantidade de informações e caráter inovador, tanto na apresentação expositiva quanto no projeto gráfico. Com os exemplos dos RI premiados, foi possível extrair ideias e inspiração para elaboração do RI 2020 da UNIFAL-MG.

Outro procedimento realizado durante o período de preparação foi o início dos trâmites para contratação do responsável pelos serviços de design do Relato, por meio de licitação, que, nos termos da lei 8.666/93, ocorreu na modalidade de dispensa de licitação. Nessa mesma fase, ocorreram reuniões com a equipe da CDI/PROPLAN para definição da estrutura e conteúdo do Relato, tendo como base o disposto na DN-TCU 187/2020. Importante destacar que toda a elaboração do Relato Integrado 2020 ocorreu de forma

⁶ Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/wp-content/uploads/sites/53/2021/05/Relatorio_gestao_guiã_elaboracao_forma_relatorio_integrado_3_edicao.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

⁷ Associação Brasileira das Companhias Abertas é uma organização civil sem fins lucrativos criada em 1971 para defender a ampliação e o aprimoramento do mercado de capitais como fonte de financiamento para as empresas brasileiras.

remota em razão da pandemia da Covid-19, utilizando-se, para tanto, ferramentas online de comunicação para as reuniões e *brainstorms* (tempestade de ideias) com a equipe e com o designer contratado, e de edições de texto.

A ideia central do conteúdo do Relato teve como norte a geração de valor público para a sociedade, não somente por constar nas normas de elaboração instituídas pelo TCU, mas, sobretudo, pela possibilidade de aplicação do conhecimento acerca da abordagem do valor, obtido durante o curso de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) pela pesquisadora. Nesse sentido, buscou-se, principalmente, utilizar uma linguagem clara e acessível, e optou-se pelo abundante uso de imagens que demonstrassem todo o trabalho e dedicação da comunidade interna para com a sociedade. Sendo assim, após a definição do conteúdo do Relato, foram solicitadas informações aos setores responsáveis pelo exercício das atividades de interesse, tais como: pró-reitorias, órgãos suplementares e apoio, e os órgãos complementares prestadores de serviços, sendo, ao todo, enviados cerca de 20 processos via Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

O mês de fevereiro inaugura a fase de execução do Relato, onde dá-se início a construção física do documento no programa Microsoft Word. O capítulo 1 do Relato, qual seja, “Governança da Universidade” é a porta de entrada do Relato, pois, apresenta a UNIFAL-MG e suas ações por meio da mensagem do dirigente máximo, da história da Instituição, das estruturas organizacional e de governança, do modelo de negócios e da cadeia de valor.

No referido capítulo os principais aspectos de governança⁸ são abordados, entre os quais a missão, a visão e os valores da UNIFAL-MG, representados de forma lúdica em um balão, cujo cesto representa o ambiente interno da Instituição, com suas forças e fraquezas, e, do lado de fora representa o ambiente externo, com suas ameaças e oportunidades, em alusão à análise de SWOT, melhor detalhada nas páginas 52 e 53 do Relato em anexo. As cordas do balão representam o Plano de Desenvolvimento

⁸ O art. 2º, I, do Decreto 9.203/2017 define governança pública como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Institucional (PDI), documento que contém o planejamento estratégico da Instituição, isto é, os indicadores, objetivos e metas que permitem e levam ao alcance da missão.

Em se tratando, especialmente, da elaboração do Modelo de Negócios (páginas 14 e 15), que basicamente evidencia a forma como a organização faz seu negócio, pretendeu-se, por meio da ferramenta Canva, apresentar o segmento de “clientes”, a proposta de valor, os canais, o relacionamento com clientes, as fontes de receitas, os recursos principais, as atividades-chave, as parcerias principais e a estrutura de custo da UNIFAL-MG. Para tanto, primeiramente foi criada uma sugestão de modelo de negócios que, posteriormente foi apresentada e deliberada pelo Comitê de Governança, Riscos e Integridade (CGRCI), nos moldes da Figura 3, oferecendo como proposta de valor da Instituição, o valor público, que deve ser o guia das instituições públicas.

Figura 3 – Modelo de Negócios aprovado pelo CGRCI



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Sobre o tópico UNIFAL-MG em números (p. 17-22), é importante destacar que o mesmo foi pensado para mostrar os impactos da Instituição de forma quantitativa, reunindo os números das principais atividades (ensino, pesquisa e extensão), o apoio aos estudantes e o quadro de pessoal. E, sobre o planejamento, ressalta-se o mapeamento e combinação entre os objetivos estratégicos de cada um dos eixos temáticos e os valores públicos a serem entregues, proposto no PDI 2021-2025 (p. 29 -31).

A partir do recebimento dos processos solicitados aos setores da Instituição, as informações foram reunidas, tratadas e sistematizadas para adequação ao padrão

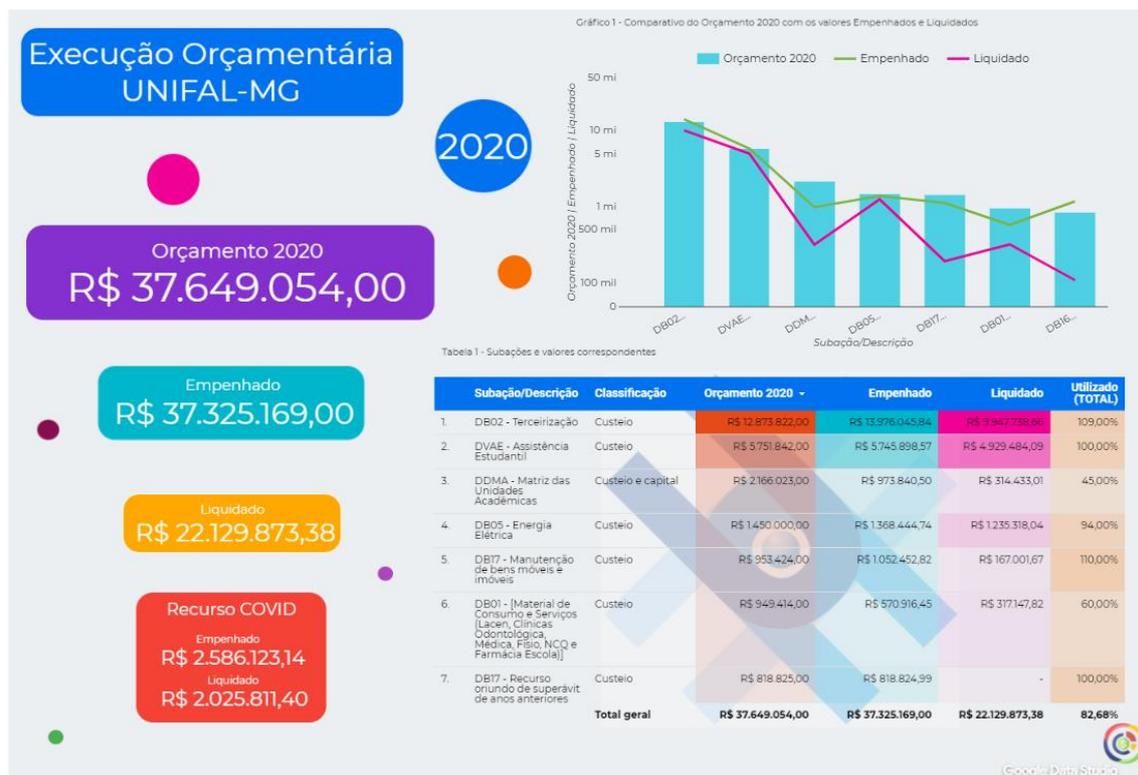
estabelecido para o Relato Integrado. Assim, em março de 2021, deu-se início a construção dos capítulos 2, 3 e 4 do documento. O capítulo 2, qual seja, “Resultados da Gestão” foi pensado com ênfase nos resultados alcançados pela UNIFAL-MG em meio a toda atipicidade de 2020, ano marcado pela pandemia da Covid-19. Nesse sentido, buscou-se evidenciar a capacidade de resiliência da Instituição frente aos desafios que a pandemia proporcionou e focar a prestação de serviço como valor público.

O capítulo 3, qual seja “Conformidade e Eficiência da Gestão”, trata-se de um capítulo cuja finalidade principal é demonstrar o cumprimento e obediência (*compliance*) às normas e legislações aplicáveis a cada atividade em especial. Nesse capítulo, não foi possível esquivar-se completamente dos textos longos e cansativos em razão da própria natureza das informações em mostrar a conformidade das atividades e ações. Já o capítulo 4, qual seja “Demonstrações Contábeis”, conforme sugestão do guia, optou-se por disponibilizar apenas o link das demonstrações contábeis ao invés de incorporá-las ao documento por motivos dois motivos: muita informação técnica e aumento considerável do tamanho do documento.

Em abril de 2021, iniciou-se a construção da página “Transparência e Prestação de Contas”⁹. A ideia da página foi manter o foco do Relato, reproduzindo o conteúdo do documento de forma adaptada ao meio digital. Assim, a página apresenta, além das informações obrigatórias dispostas na IN-TCU 84/2020, um resumo dos principais resultados alcançados pela Instituição, em especial, a execução orçamentária apresentada na forma de painel BI (*Business Intelligence*) Google Data Studio, conforme ilustra a Figura 4.

⁹ Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/transparencia/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

Figura 4 – Imagem do painel de execução orçamentária 2020



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Outro aspecto que merece destaque é a enquete ao final da página, na qual é solicitada opinião acerca da página, sendo relevante perguntar se a página atendeu as expectativas de quem a acessou. Caso a resposta fosse não, aproveitamos o ensejo para perguntar como poderíamos melhorar e quais outras informações o cidadão gostaria de ver disponível na página.

O mês de maio de 2021 foi marcado pela apresentação da estrutura de governança (ANEXO A, p. 13) e do modelo de negócios discutido anteriormente, quando da sua elaboração, ao Comitê de Governança, Riscos, Controle e Integridade (CGRCI). O CGRCI é um colegiado estratégico permanente e de natureza deliberativa, responsável por tratar de assuntos relacionados à governança e gestão de riscos. O comitê é composto pela alta administração da universidade, sendo o reitor seu presidente, e o coordenador de desenvolvimento institucional seu secretário. A reunião ordinária ocorreu no dia 29/05/2021, e, entre os itens de pauta estavam as apresentações que foram precedidas por uma introdução acerca dos temas envolvidos, quais sejam, governança e valor público. Após as explicações, a estrutura de governança e o modelo de negócios foram colocados em deliberação, restando aprovados pelo comitê.

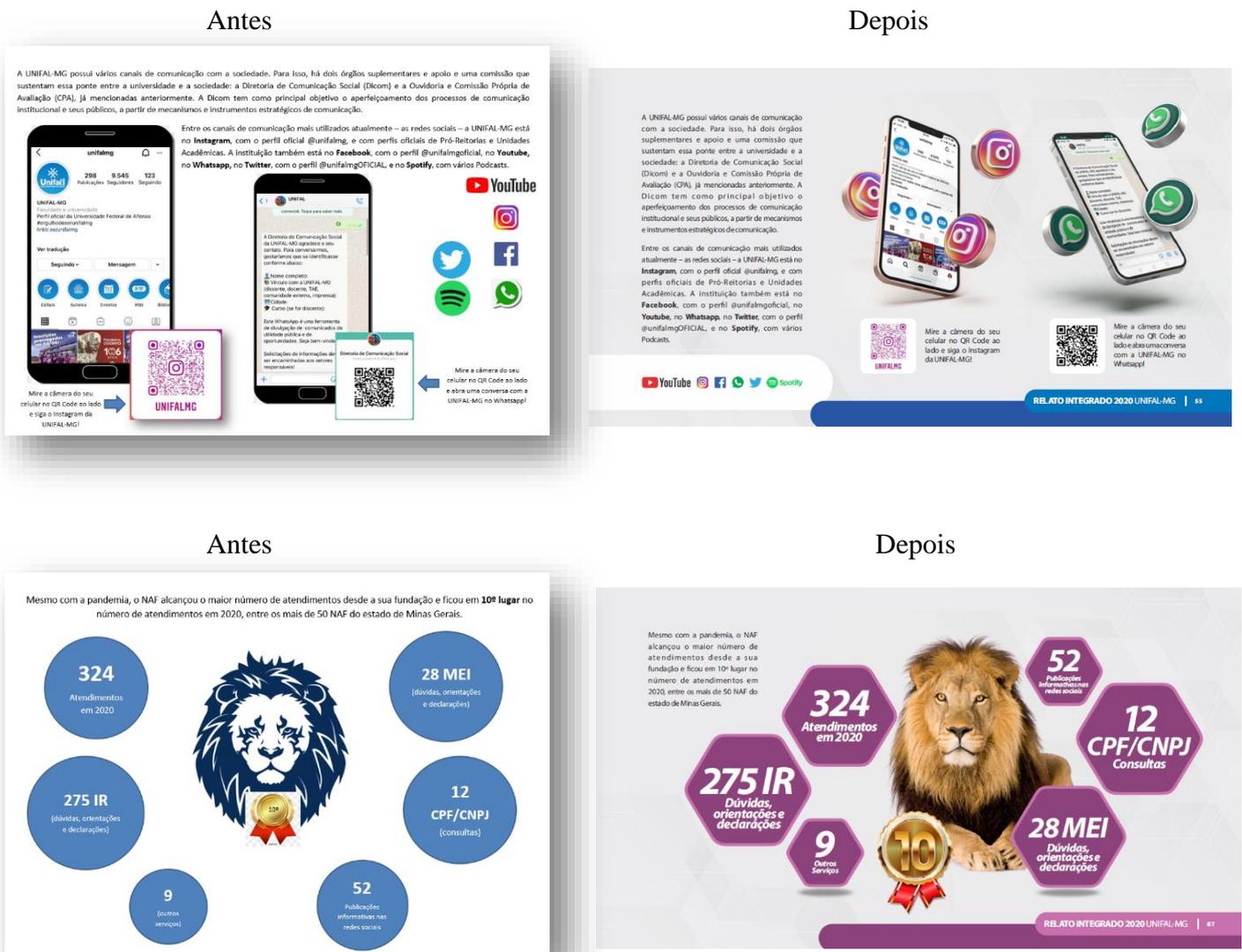
Após as devidas correções, o Relato foi enviado para revisão de redação e português, realizada de forma voluntária por uma servidora da Instituição e sua equipe. Com a devolução do Relato, já em junho, o documento foi enviado para o design para os últimos ajustes. Como forma de ilustrar esses dois momentos, apresenta-se a seguir uma imagem das considerações realizadas durante a revisão, e outra ilustrando o antes e depois do trabalho do design.

Figura 5 – Demonstração da revisão de redação e português



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Figura 6 – Demonstrações antes e depois do trabalho do design



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Junho de 2021, portanto, foi o mês de finalização e apresentação do trabalho de construção do Relato Integrado 2020, haja vista o prazo final estipulado pela DN-TCU 194/2021. Nesse sentido, após a conclusão dos trabalhos do design, o Relato foi submetido ao crivo de dois conselhos. Primeiramente ao Conselho de Curadores, que é o órgão colegiado de fiscalização para assuntos de cunho econômico-financeiros e de execução orçamentária e patrimonial, cuja composição encontra-se detalhada na página 33 do Relato em anexo. Dentre as competências do Conselho de Curadores está a emissão de parecer conclusivo sobre a prestação de contas da universidade.

Desse modo, no dia 22/06/2021 ocorreu a apresentação do Relato Integrado 2020 na 49ª reunião do Conselho de Curadores. Para tanto, foi preparada uma apresentação

contendo as normativas que regularam a elaboração do Relato e feito um breve resumo de cada capítulo, tendo em vista que os conselheiros estavam de posse do Relato desde a convocação para a reunião. Houveram poucas manifestações acerca do Relato, apenas alguns cumprimentos pelo trabalho realizado. Por fim, o conselho emitiu, por unanimidade, parecer favorável ao Relato, encerrando-se a reunião.

O mesmo ocorreu com o Conselho Universitário (Consuni), que é o órgão máximo de deliberação da Instituição, cuja composição também se encontra na página 33 do Relato (ANEXO A). A apresentação do trabalho na 285ª reunião ordinária do Consuni, realizada no dia 25/06/2021, seguiu a mesma ideia daquela apresentada na reunião do Conselho de Curadores. No Consuni houveram mais manifestações e discussões, entre críticas e elogios, acerca do documento. Ao final, o conselho deliberou favoravelmente à prestação de contas do ano da universidade, materializando a decisão por meio da Resolução CONSUNI nº 25, de 25 de junho de 2021, que aprova o Relatório de Gestão – Exercício 2020, da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG.

Após as devidas aprovações, o Relatório de Gestão, na forma de Relato Integrado, referente ao ano de 2020 foi publicado na página “Transparência e Prestação de Contas”¹⁰ no site oficial da universidade, findando os trabalhos de construção da prestação de contas da UNIFAL-MG.

Conforme já mencionado, a construção do Relato Integrado 2020 teve como norte a criação de valor público para a sociedade e, por isso, a ideia central era torná-lo o mais acessível e inclusivo possível. Para tanto, pensou-se na possibilidade de tradução de parte do RI para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), no entanto, em razão do prazo e de questões internas do setor responsável, foi possível traduzir apenas a mensagem do dirigente máximo¹¹ que, resumidamente, fala sobre importantes ações presentes no RI.

Como forma de oportunidade de expor o Relato Integrado 2020 da UNIFAL-MG, a equipe o inscreveu no 23º Prêmio Abrasca¹², na categoria “organizações não empresariais”. Embora não tenha sido premiado, a participação no evento de premiação

¹⁰ Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/relatorios-de-gestao/>. Acesso em 10 nov. 2021.

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mJu3gzUNzNw&t=6s>. Acesso em 10 nov. 2021.

¹² Disponível em: <https://premioabrasca.com.br/conheca-os-vencedores-do-23o-premio-abrasca-de-relatorio-anual/>. Acesso em 4 dez. 2021.

foi bastante relevante para o aprendizado e a extração de inovadoras fontes de ideias para a elaboração dos próximos Relatos.

Em se tratando dos desafios que permearam a construção do Relato Integrado 2020, os principais deles estão ambos relacionados a aspectos da cultura organizacional, como a resistência a mudanças e a dificuldade de visibilidade do documento dentro da própria instituição. Apesar do enaltecimento do documento, a mudança tão significativa no formato da peça central da prestação de contas levantou alguns questionamentos de membros da comunidade interna da UNIFAL-MG, evidenciando uma certa resistência a mudanças. Percebeu-se isso durante a apresentação do Relato Integrado em uma das reuniões de deliberação na qual houve manifestação por parte de um dos conselheiros que demonstrou sua dificuldade e insegurança em avaliar o Relato Integrado no seu novo formato. Nesse sentido, notou-se algumas abstenções quando da deliberação do documento na reunião. Além disso, observou-se uma dificuldade de visibilidade do documento dentro da própria universidade, não por falta de divulgação, tendo em vista a publicação de matéria sobre o RI no sítio oficial¹³ da universidade, no youtube, nas redes sociais institucionais, em reuniões colegiadas, etc. Isso demonstra a existência de uma linha tênue entre divulgação/transparência e interesse pela informação, o que se aplica, também, em relação à sociedade.

É pacífico o entendimento de que uma informação transparente é toda e qualquer informação amplamente publicada e disponível, no entanto, a falta de tratamento dessa informação a torna inacessível e inútil aos destinatários. Diante disso, questiona-se sobre a efetividade das melhorias na forma de apresentação da prestação de contas, pois, todo o trabalho empenhado para dar mais acessibilidade e entendimento às informações pela sociedade, precisa estar alinhado à visibilidade e ao interesse por essas informações. Nesse sentido, embora o objetivo de todo o trabalho empenhado seja o de mudar o enfoque do eixo da *accountability* horizontal para a vertical, talvez a primeira ainda seja a maior interessada nas informações e, com isso, melhorias na forma e formato da apresentação de contas são sempre positivas.

¹³Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/2021/07/01/unifal-mg-apresenta-aco-es-e-resultados-das-atividades-academicas-e-da-administracao-universitaria-em-relato-integrado-documento-reforca-o-compromisso-da-universidade-com-a-transparencia-e-com-a-efic/>. Acesso em 5 dez. 2021.

Para os próximos Relatos sugere-se seguir explorando novas formas de melhor apresentar as informações, em especial aquelas referentes ao tópico “Conformidade e Eficiência da Gestão”, de modo a evitar a tecnicidade e prolixidade e, também, de divulgação como a mídia televisa nos lugares de atendimento ao público. Sugere-se, ainda, buscar meios de envolver os usuários dos serviços na escolha das informações que irão compor o documento, muito embora essa seja uma atribuição do gestor dentro dos parâmetros da discricionariedade, é importante saber o que se gostaria de ver no Relato. Para tanto, o próprio governo disponibiliza ferramentas de participação como a Plataforma Participa + Brasil para consultas públicas.

Por fim, diante dos resultados apresentados e das discussões realizadas foi possível demonstrar com a elaboração do Relato Integrado 2020 da UNIFAL-MG, que o novo formato da peça central da prestação de contas, além de responder aos requisitos de conformidade com as normas, buscou atender as expectativas da diversidade de *stakeholders* que a universidade possui, exigindo dos gestores públicos responsáveis, ação, habilidade e envolvimento na escolha e na apresentação dos resultados alcançados para a sociedade – aspectos fundamentais da perspectiva do valor público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou apresentar como se deu a construção do Relato Integrado, referente ao ano de 2020, da Universidade Federal de Alfenas, considerando o dever e a responsabilidade da administração pública estar em conformidade com as exigências legais e de prestar contas para os órgãos de controle externo, e, em especial, ao controle social.

Ao observar os caminhos que a administração pública brasileira percorreu até o momento percebe-se que, embora tenham ocorrido grandes mudanças, não houve, de fato, uma superação entre seus modelos, permanecendo enraizados resquícios de cada um deles na estrutura do país. Apesar disso, muito esforço tem sido empenhado no sentido de dar continuidade as transformações na administração pública, em especial na prestação de contas: incompatível com o modelo patrimonial, indispensável no modelo burocrático e essencial no modelo gerencial.

Nesse sentido, nota-se que a prestação de contas até recentemente exigida pelos órgãos de controle guardava estrita consonância com a obrigação legal, isto é, com a dimensão horizontal da *accountability*, pois a forma de apresentação não alcançava o domínio a quem de fato se deve prestar contas. Com isso, na descrição da construção do RI buscou-se inspirar e, eventualmente, orientar os gestores públicos responsáveis pela elaboração do documento, frisando sobre a importância da utilização de uma linguagem clara e acessível, assim como da abundância de figuras e imagens que facilitassem o entendimento e demonstrassem todo o trabalho e dedicação para com os usuários dos serviços e a sociedade.

Nessa perspectiva, percebe-se que com o novo modelo exigido pelo TCU, baseado na estrutura proposta pelo IIRC, o controle tem deixado de ter apenas um aspecto verificador da legalidade passando a realizar o controle dos resultados, assumindo-se, assim, como um importante instrumento de gerenciamento para a administração pública e de busca pela garantia de uma prestação de serviços efetiva, sem desvios ou desperdícios, para a população que anseia por isso.

Assim, observa-se que as transformações na forma da prestação de contas têm o objetivo de mudar o enfoque da *accountability* horizontal, realizado pelo Tribunal de

Contas da União enquanto órgão de controle externo, para a *accountability* vertical, isto é, realizado pela sociedade, principal financiadora e, por isso, maior interessada pela prestação de contas dos órgãos e entidades da administração pública. Contudo, é sabido que esse é um passo em estágio embrionário e que ainda há muito que se fazer até que a prestação de contas se torne verdadeiramente acessível e de interesse à toda sociedade.

Por fim, a partir dos resultados apresentados foi possível concluir a existência de uma aproximação das melhorias na forma e formato da prestação de contas com os fundamentos da perspectiva do valor público. Diante disso, para estudos futuros, sugere-se uma análise mais aprofundada acerca de uma possível mudança paradigmática para além da prestação de contas, ou seja, dentro da própria Administração Pública brasileira, como uma alternativa de modelo.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, L. F. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, São Paulo: FGV, ed. esp, 2007.

AL-HUJRAN, O. *et al.* The imperative of influencing citizen attitude toward e-government adoption and use. **Computers in Human Behavior**, v. 53, p. 189-203, 2015.

BASTOS, P. S. S.; ALMEIDA, W. A. A adoção do Sistema de Custeio Padrão e do Custo-Meta em órgãos públicos: subsidiando a criação de valor público. **Pensar Contábil**, v. 8, n. 31, p. 1-12, 2006.

BENDIX, Reinhard. **Max Weber**: um perfil intelectual. Brasília, DF: Unb, 1986.

BOBBIO, N. **Da estrutura à função**: novos estudos de teoria do direito. Barueri: Manole, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de janeiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, DF, 25 jan. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/Del0200compilado.htm>. Acesso em: 06 de out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF, 22 nov. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de gestão**: guia para elaboração na forma de relato integrado: evolução da prestação de contas. 3. ed. Brasília, DF: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec), 2020. Disponível em:

https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/wp-content/uploads/sites/53/2021/05/Relatorio_gestao_guia_elaboracao_forma_relatorio_integrado_3_edicao.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Decisão normativa nº 187, de 9 de setembro de 2020. **BTCU Especial**, ano 39, n. 24, set. 2020. Disponível em:

<https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/wp-content/uploads/sites/53/2021/05/DN-TCU-187-2020.pdf>. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Instrução normativa nº 84, de 22 de abril de 2020**. Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992, e revoga as Instruções Normativas TCU 63 e 72, de 1º de setembro de 2010 e de 15 de maio de 2013, respectivamente. Brasília, DF, 2020. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-84-de-22-de-abril-de-2020-254756795>. Acesso em: 14 out. 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do aparelho do Estado e a Constituição brasileira**. Brasília, DF: ENAP, 1995.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Os primeiros passos da Reforma Gerencial do Estado de 1995. *In*: MEDEIROS, P. C.; LEVY, E. (org.). **Novos Caminhos da Gestão Pública: olhares e dilemas**. Rio de Janeiro: Qualitymark; Brasília, DF: Consad, 2009. p. 3-44.

BRYSON, John M.; CROSBY, Barbara C.; BLOOMBERG, Laura. Public value governance: moving beyond traditional public administration and the new public management. **Public administration review**, v. 74, n. 4, p. 445-456, 2014.

CAMPOS, A. M. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 24, n. 2, p. 30-50, 1990.

CAPOBIANGO, Ronan Pereira *et al.* Reformas administrativas no Brasil: uma abordagem teórica e crítica. **REGE-Revista de Gestão**, v. 20, n. 1, p. 61-78, 2013.

CARVALHO, A. I. *et al.* **Escolas de Governo e Gestão por Competências**. Brasília, DF: ENAP, 2009.

CARVALHO FILHO, J. S. **Manual de direito administrativo**. 30. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

CASTRO, R. P. A. **Sistema de controle interno: uma perspectiva do modelo de gestão Pública Gerencial**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

CORDELLA, Antonio. E-government: towards the e-bureaucratic form. **Journal of information technology**, v. 22, n. 3, p. 265-274, 2007.

COSTA, F. L. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 829-74, set./out. 2008.

COUGHLAN, P.; COUGHLAN, D. Action research for operations management. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 22, n. 2, p. 220-240, 2002.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2010.

CRUZ, C. F. **Transparência da gestão pública municipal: referenciais teóricos e a situação dos grandes municípios brasileiros**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

DIAMOND, L.; PLATTNER, M. F.; SCHEDLER, A. **The self-restraining state: power and accountability in new democracies**. Boulder: Lynne Rienner, 1999.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1977. 2 v.

FREITAS, B. F. G.; FREIRE, F. S. Relato Integrado: um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no relatório socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 1, p. 77-92, 2017.

GAO. United States General Accounting Office. **Government Auditing Standards 2003 Revision**. Disponível em: <http://www.gao.gov/govaud/yb2003.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GURGEL, C. Braverman, State, and "consensual administration". **Cadernos EBAPE**. Brasília, DF, v. 12, n. 4, p. 803-828, 2014.

INAMINE, R.; ERDMANN, R. H.; MARCHI, J. J. Análise do sistema eletrônico de compras do governo federal brasileiro sob a perspectiva da criação de valor público. **Revista de Administração**, v. 47, n. 1, p. 124-139, 2012.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC). Disponível em: <https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portugese-final-1.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2022.

JORGENSEN, Torben Beck; BOZEMAN, Barry. Public values an inventory. **Administration & Society**, v. 39, n. 3, p. 354-381, 2007.

KANUFRE, R. A. M.; REZENDE, D. A. Princípios da gestão orientada para resultados na esfera municipal: o caso da prefeitura de Curitiba. **RAUSP Management Journal**, v. 47, n. 4, p. 638-652, 2012.

KIRLIN, J. J. The big questions of public administration in a Democracy. **Public Administration Review**, v. 56, n. 5, p. 416 – 423, set./out. 1996.

LOPES, K. M. G. **Fatores direcionadores para a criação de valor público na adoção de serviços eletrônicos pelo cidadão**. 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/9976>. Acesso em: 26 nov. 2021.

LOPES, K. M. G.; LUCIANO, E. M.; MACADAR, M. A. Criando valor público em serviços digitais: uma proposta de conceito. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 16, ed. esp., p. 207-221, 2018.

MACKE, J. A pesquisa-ação como estratégia de pesquisa participativa. In: GODOI, C. K. et al (Eds.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 206-239.

MATOS, G. A. S.; AMARAL, H. F.; IQUIAPAZA, R. A. governance intensity and incidence: assessing state-level financial governance in Brazil. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 10, n. 4, p. 316-327, 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARRA, L. C. A. Mitigação do princípio da publicidade no processo licitatório na modalidade convite. **Revista Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, v. 34, p. 193-200, 2006.

MARTINS, K. W. C.; SILVA, F. F. M.; FIGUEIREDO J. C.; SILVA, M. A. C.; ARRUDA, A. G. S. Relação entre governança e o valor público gerado pelas universidades federais brasileiras. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO*, 4., 2020. **Anais eletrônicos [...]**. [S. l.], 2020.

MEDEIROS, P. H. R. Do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático: reflexões sobre a burocracia estatal. **Organizações e Sociedade**, p. 143-160, 2006.

MELLO, C.; TURRIONI, J.; XAVIER, A.; CAMPOS, D. Pesquisa-ação na engenharia de produção: proposta de estruturação para sua condução. **Revista Produção**, v. 22, n. 1, p. 1- 13, jan./fev. 2012.

MIGUEL, P. A. C. QFD no desenvolvimento de novos produtos: um estudo sobre a sua introdução em uma empresa adotando a pesquisa-ação como abordagem metodológica. **Revista Produção**, v. 19, n. 1, p. 105-128, 2009.

MOORE, Mark H. Public value as the focus of strategy. **Australian Journal of Public Administration**, v. 53, n. 3, p. 296-303, 1994.

MOORE, M. H. **Creating public value: strategic management in government**. Cambridge. Harvard University Press, 1995.

MOTA, A. C. Y. H. A. **Accountability no Brasil: os cidadãos e os meios institucionais de controle dos seus representantes**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MOTTA, A. A necessidade de mudança do paradigma de prestação de contas. **Revista do TCU**, p. 1-12, jan./mar. 2005.

O'DONNELL, G. Accountability Horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**, n. 44, p. 27-54, 1998.

O'FLYNN, J. From new public management to public value: paradigmatic change and managerial implications. **Australian Journal of Public Administration**, v. 66, n. 3, p. 353-366, 2007.

OLIVEIRA, G. A. A burocracia weberiana e a administração federal brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 47-74, 1970.

OLIVEIRA, M. F. **Balanced Scorecard**: uma análise da produção acadêmica brasileira na área de administração. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2008.

PAULA, A. P. P. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 37-49, 2005.

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PERSSON, E.; MORETTO NETO, L. Discutindo a natureza ideológica dos delineamentos teóricos habermasianos e sua apropriação pela gestão social no campo da administração. **Caderno EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 578- 593, dez. 2018.

PORPINO, G.; STEFANI, E. de. O caso do PAC Embrapa: requisitos de uma gestão orientada para resultados no setor público. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 2, p. 343-366, 2014.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

RODRIGUES, C. V.; TOLEDO, J. C. Um método para medição de desempenho do serviço público de Perícia Criminal com base no valor. **Gestão Produção**, São Carlos, v. 24, n. 3, p. 538-556.

ROSSETTI, J. P.; ANDRADE, A. **Governança corporativa**: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SAAD, M. L. M. **Governos eficientes e serviços públicos efetivos**: contribuições a partir da Teoria do Valor Público. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2015.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 347-369, 2009.

SIU, M. C. K. *Accountability* no Setor Público: uma reflexão sobre transparência governamental no combate à corrupção. **Revista do TCU**, p. 78-87, set./dez. 2011.

TEIXEIRA, V. A. **Criando valor público**: gestão estratégica no TCU. Brasília, DF, 2012. Disponível em:

<https://portal.tcu.gov.br/bibliotecadigital/criando-valor-publico-gestao-estrategica-no-tcu.htm>. Acesso em: 8 ago. 2021.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Relato Integrado 2020**. Alfenas: UNIFAL-MG, 2021. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/wp-content/uploads/sites/53/2021/12/Relato_Integrado-2020_Unifal-MG.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

VAN VEENSTRA, A. F. E. **IT-induced public sector transformation**. TU Delft: Delft University of Technology, 2012.

VIEIRA, V. A. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n.1, p. 61-70, jan./abr. 2002.

WESTBROOK, R. Action research: a new paradigm for research in production and operations management. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 15, n. 12, p. 6-20, 1995.



RELATO INTEGRADO 2020



Sumário

1. Governança da Universidade

Mensagem do Dirigente Máximo	04
Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	10
UNIFAL-MG em Números	17
Planejamento Estratégico e Governança	23
Gestão de Riscos	45
Canais de Comunicação com a Sociedade	54

2. Resultados da Gestão

Ensino, Pesquisa e Extensão	58
Inovação e Internacionalização	68
Prestação de Serviços como Valor Público	75
Principais Investimentos	89
Sustentabilidade Socioambiental	107
Direitos Humanos e Inclusão	117
Monitoramento do Plano de Ações	120

3. Conformidade e Eficiência da Gestão

Gestão de Tecnologia da Informação	127
Gestão Orçamentária e Financeira	137
Gestão de Pessoas	157
Gestão de Custos	169
Gestão de Licitações e Contratos	173
Gestão Patrimonial e de Infraestrutura	177

4. Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis	181
Notas explicativas das Demonstrações Contábeis	181

Créditos

184



Imagem aérea do Campus de Poços de Caldas

Governança da Universidade

1

Mensagem do Dirigente Máximo

As universidades públicas foram, assim como as demais instituições, duramente impactadas pela pandemia de Covid-19, necessitando rever planejamentos, reorganizar orçamentos e, principalmente, criar novas soluções e estratégias para seguirem cumprindo sua missão. Assim foi na UNIFAL-MG em 2020.

A decisão de suspender as atividades presenciais, tomada no mês de março de 2020, em sintonia com as recomendações científicas e as determinações dos poderes públicos, mostrou-se acertada e fundamental para preservar a vida e a saúde das pessoas, mas os desafios estavam apenas começando.

O primeiro, e talvez o mais visível dos desafios decorrentes da necessária suspensão das atividades presenciais, foi certamente o ensino, em especial o de graduação. Uma situação totalmente nova exigiu grandes esforços técnicos e intensos debates até chegarmos a uma solução possível no dramático cenário: o Ensino Remoto Emergencial (ERE). O trabalho dedicado e criativo dos servidores e servidoras, gestores e gestoras de diferentes setores, desde a área técnica, que garantiu que pudéssemos trabalhar e estudar de casa, até a formação e assessoria em educação a distância, que nos formou e ajudou na migração do que fazíamos no presencial para o virtual, em regime de urgência, foi fundamental. Com o reconhecimento e a expressiva adesão dos estudantes, chegamos a um resultado impressionante: concluímos o ano de 2020 com um número de formandos (855) muito próximo ao de 2019 (898).

Na pós-graduação, as aulas também foram garantidas por meio do ensino remoto, e as pesquisas em andamento foram mantidas mediante observância de rígidos protocolos de segurança. Com todas as dificuldades, a instituição avançou nessa área e aprovou novos programas de pós-graduação. Os processos de internacionalização não presenciais também foram mantidos, com algumas ampliações.

Para garantir a permanência dos estudantes, sobretudo os mais carentes, não houve dúvida sobre a importância de manter todos os auxílios já oferecidos. Rapidamente, implantamos um programa de inclusão tecnológica. Oferecemos, pioneiramente, bolsas para que estudantes pudessem adquirir equipamentos e pacotes de dados, bem como viabilizamos o empréstimo de notebooks a discentes que, embora carentes de recursos, não se enquadravam nos requisitos da Assistência Prioritária.

Implantamos também um trabalho de Busca Ativa, a fim de identificar estudantes que apresentassem baixo rendimento já no começo do curso, para entrar em contato e prestar apoio antes que a graduação destes ficasse ameaçada.

As atividades de pesquisa na instituição, em sua maioria, foram mantidas com o fortalecimento dos protocolos de segurança dos laboratórios. Além da continuidade dos projetos existentes, a UNIFAL-MG também deu passos à frente. Investimos, com recursos disponibilizados pelo MEC, em 7 novos projetos de pesquisa com foco no enfrentamento à Covid-19.

Em sua maioria, os projetos de cunho multidisciplinar e de diferentes áreas vão desde o desenvolvimento de técnicas de análises preditivas para monitoramento, controle e prevenção de endemias e epidemias em zonas de risco, a partir da modelagem de dados georreferenciados, até o desenvolvimento de produtos imunológicos, passando por métodos de detecção e, até mesmo, uso de inteligência artificial para processamento de imagens.

Foram mantidos, também, diversos serviços laboratoriais, os quais permitiram a oferta de testes sorológicos gratuitamente às comunidades interna e externa. Serviços de saúde e estágios, por sua vez, foram mantidos sempre que autorizados pelas autoridades sanitárias. Em Varginha, a universidade cedeu, mediante parceria, dois prédios de seu campus para a montagem, pela prefeitura municipal, de um hospital de campanha que se mostrou essencial para salvar vidas não apenas no município, mas em toda a região.

Na extensão universitária, a UNIFAL-MG também manteve suas atividades e promoveu inovações: programas e projetos em andamento passaram por adaptações para o formato remoto, ao passo que se criaram novas ações com foco no

enfrentamento à pandemia. A universidade se fez presente, por intermédio da extensão, em práticas como o apoio remoto aos idosos, a produção de álcool gel e máscaras para doação e outras iniciativas que objetivaram contribuir para a vida e a saúde de todos.

*Novos desafios se avizinham, mas nossa comunidade saberá enfrentá-los com **criatividade, força e dedicação**, para que possamos construir, cada vez mais, uma UNIFAL-MG de **excelência, pública, gratuita, e inclusiva.***

Em meio às novas demandas, em sua maioria urgentes, a universidade não se descuidou do planejamento de médio e longo prazo e do cuidado com os desafios administrativos necessários para o funcionamento da instituição. O trabalho, muitas vezes invisível, dos que operacionalizam compras, editais e tudo que chamamos de burocracia, foi multiplicado e complexificado, mas fechamos o ano com o orçamento devidamente executado e bem gerido.

A gestão de pessoal, servidores e terceirizados exigiu soluções rápidas, normativas novas e adaptações até então não imaginadas. Neste campo, tivemos avanços e inovações que provavelmente levaremos para além da pandemia.

Construímos e aprovamos, com a participação de toda a comunidade universitária, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com perspectivas para os próximos 5 anos de consolidação da universidade.

Com o apoio do MEC, conseguimos licitar a fase I da construção do novo prédio da Odontologia (um antigo sonho da instituição), que proporcionará melhores condições para a realização dos trabalhos de acordo com as normas sanitárias. Além disso, foram também alocados recursos institucionais para os projetos institucionais em andamento, como a construção da Fase II do Biotério de Criação e as ações de infraestrutura - o sistema de combate a incêndio, a sinalização do campus, a finalização do auditório na Unidade Santa Clara, a instalação de usinas fotovoltaicas e a finalização do auditório do campus Poços de Caldas.

Houve, também, aporte de recursos para diversas ações importantes para a universidade, como a continuidade do Programa de Preceptoria Médica, Residência Multiprofissional e Apoio às Instituições sem Hospitais.

Diante do cenário de ensino remoto, houve avanços após a contratação de bibliotecas virtuais, de modo a ampliar as condições de acesso ao acervo com a contratação de duas plataformas de livros e uma plataforma de busca de periódicos.

Emendas parlamentares também contribuíram para ações importantes, como a licitação do Elevador de acessibilidade do campus Varginha, com perspectiva de início em março de 2021, e a compra do sistema CAD CAM para a Faculdade de Odontologia, atualizando academicamente as condições de ensino e preparando ainda mais os estudantes com as tecnologias utilizadas no mercado.

Com esse breve panorama, certamente não exaustivo, convidamos todos e todas a que se detenham sobre nosso relatório lembrando que as vitórias alcançadas são fruto da dedicação e do esforço extraordinário de cada servidor e servidora, dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados que as constroem diária e, muitas vezes, anonimamente. É importante, também, lembrar que, sem o compromisso daqueles e daquelas que aceitaram o desafio de participar da gestão da universidade em todos os níveis não teríamos chegado até aqui. Novos desafios se avizinham, mas nossa comunidade saberá enfrentá-los com criatividade, força e dedicação, para que possamos construir, cada vez mais, uma UNIFAL-MG de excelência, pública, gratuita e inclusiva.



Quem somos



A Universidade Federal de Alfenas

A Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) é uma Instituição Federal de Ensino Superior do Sul de Minas Gerais que possui duas unidades acadêmicas em Alfenas, a Sede e a Unidade Santa Clara, e dois campi avançados, um em Poços de Caldas e outro em Varginha. A UNIFAL-MG, que oferece cursos de graduação voltados às diversas áreas do conhecimento, incluindo Saúde, Ciências da Natureza, Ciências Exatas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Letras, possui um complexo universitário formado por docentes, técnicos administrativos e colaboradores que, juntos, trabalham em busca de um mesmo objetivo: alcançar a excelência no ensino, pesquisa, extensão, inovação e internacionalização.

Para acompanhar o progresso científico e tecnológico coerente com a área da Pesquisa, a instituição mantém programas de bolsas que abrangem a graduação, pós-graduação e ensino médio das escolas locais – neste caso, com a realização de programas de Iniciação Científica Júnior.

Além das atividades de ensino e pesquisa, os programas de extensão universitária são destaque na UNIFAL-MG, uma vez que, ao integrá-los, discentes agregam experiências e conhecimentos a projetos desenvolvidos com a comunidade externa. Isso permite, portanto, um intercâmbio permanente entre a sociedade e a universidade.



Com mais de 100 anos de existência, a UNIFAL-MG acredita responder efetivamente às demandas educacionais da sociedade e participar dos problemas e desafios impostos pelo desenvolvimento local, regional e nacional. Reconhecida como instituição de ensino superior de destacada qualidade, a universidade apresenta expressivos resultados na prestação de serviços e nos cursos de graduação e pós-graduação, por meio dos quais se buscam, constantemente, oportunidades de crescimento e melhorias nas atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Internacionalização, criando e entregando valor público.

Início das atividades da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (Efoa)



1914

Transformação da Efoa em Centro Universitário Federal



2001

Criação da Unidade Santa Clara e dos campi de Poços de Caldas e Varginha



A partir de 2007

Figura 1 - Linha do tempo da UNIFAL-MG



Nova sede da Efoa



Transformação em Universidade Federal de Alfenas



Linha do tempo da UNIFAL-MG

Para conhecer a história da UNIFAL-MG acesse:
<https://www.unifal-mg.edu.br/portal/a-unifal-mg>

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo





Figura 2 - Visão geral organizacional e ambiente externo da UNIFAL-MG

Estrutura Organizacional

Basicamente a universidade se estrutura conforme o organograma simplificado apresentado a seguir.



Figura 3 - Organograma da UNIFAL-MG

No site da UNIFAL-MG, está disponível o organograma completo da instituição.
Acesse: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/organograma> e navegue pela estrutura.

Estrutura de Governança

A governança pública organizacional visa à aplicação de práticas de liderança, estratégia e controle na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da gestão, em busca de melhores resultados para a sociedade. Desse modo, o modelo de governança da UNIFAL-MG, elaborado com base no Referencial Básico de Governança Pública Organizacional, 3ª edição, do Tribunal de Contas da União (TCU), e ilustrado na figura a seguir, apresenta a relação dos diversos atores que atuam na governança e na gestão da universidade, com vistas à realização da missão Institucional.

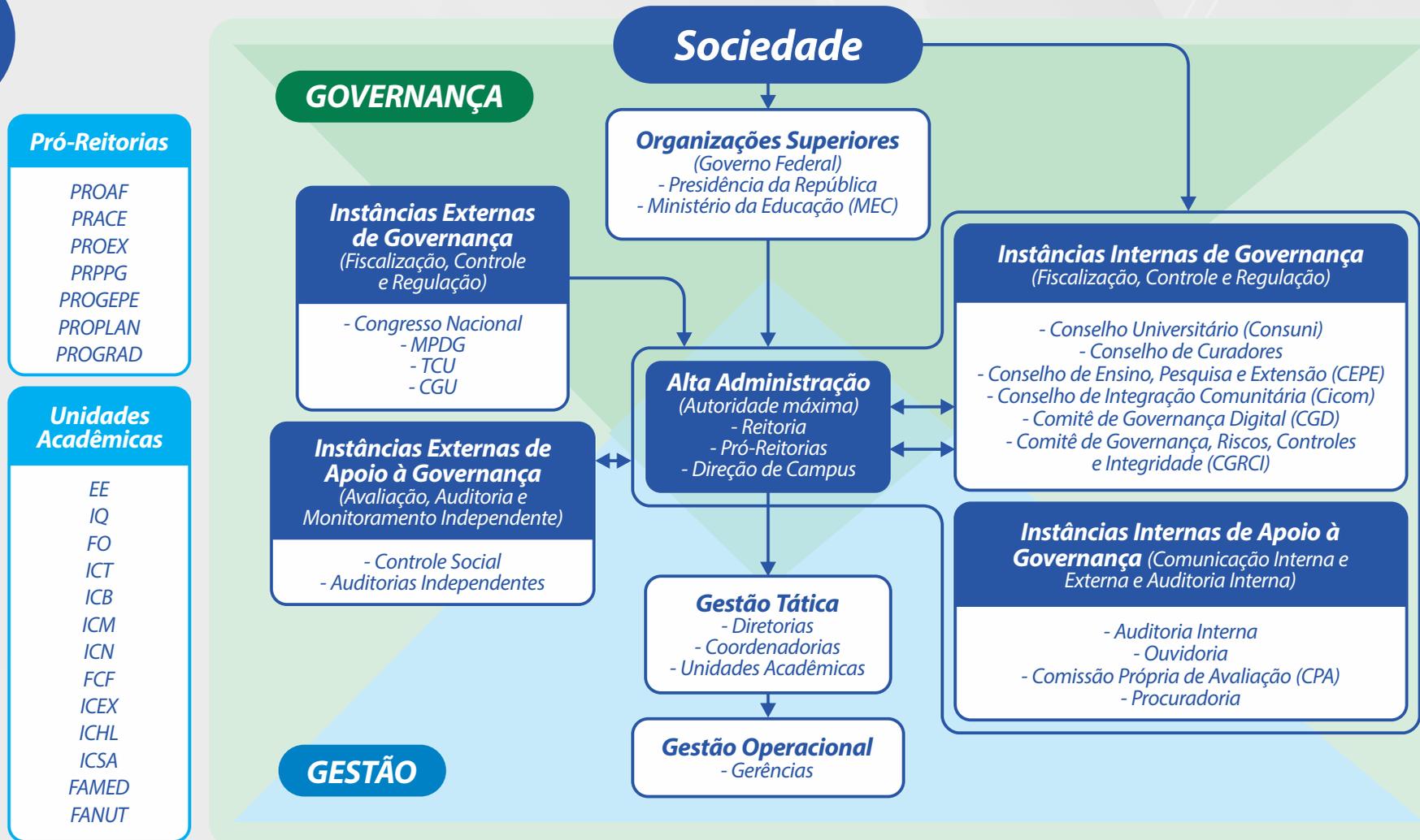


Figura 4 - Estrutura de governança da UNIFAL-MG aprovada pelo Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade (CGRCI)

¹<https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-de-governanca>

Modelo de Negócios:

Gerando Valor Público

O livro *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino*² traz, a partir de várias referências, a definição de modelo de negócios como sendo “a forma como a organização faz seu negócio”, ou seja, é a “tradução das questões e objetivos estratégicos de uma organização em um modelo conceitual que explicita como o negócio funciona”. Para tanto, há vários instrumentos de modelo de negócios disponíveis na literatura, a exemplo do Canvas, como o próprio livro sugere, tendo em vista os benefícios deste instrumento ao “facilitar conceituações de novos espaços de projeto, mapear relações complexas com os stakeholders, identificar estruturas de agregação de valor complexas e abordar os serviços pela abordagem dos clientes e do prestador dos serviços”. O Canvas é uma “ferramenta estratégica de gestão e empreendedorismo, que auxilia o gestor a descrever, desenhar, desafiar, inventar e articular seu modelo de negócio”, pois “evidencia como a empresa gera valor para o cliente, baseando-se em nove componentes: segmento de clientes, proposta de valor, canais, relacionamento com clientes, fontes de receitas, recursos principais, atividades-chave, parcerias principais e estrutura de custo”.

Segundo Kirlin (1996), o que os governos devem fazer melhor é criar valor para a sociedade. Embora seja bastante complexo atribuir um único significado a valor público, o art. 2º, II, do Decreto 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, define-o como sendo “os produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos”. Desse modo, o valor público deve ser o guia das instituições públicas, pois traz para o centro das ações institucionais a busca por soluções mais alinhadas às expectativas dos cidadãos (MOORE, 1995; CORDELLA; BONINA, 2012).

Diante disso, e com fundamento nos conceitos introduzidos, apresenta-se a seguir o modelo de negócios da UNIFAL-MG.

²<https://www.unifal-mg.edu.br/plataformafor/forpdi/index.php>

Modelo de Negócios - Canvas

- Como? ● Pra quem?
● O que? ● Quanto?



Figura 5 - Modelo de negócios da UNIFAL-MG aprovado pelo Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade (CGRCI)

Cadeia de Valor

O conceito de cadeia de valor representa um conjunto de atividades desempenhadas por uma instituição, desde as relações com os fornecedores, passando pelo desenvolvimento, até a fase da distribuição final de um serviço ou produto para os clientes (PORTER, 1986).

A Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan) da UNIFAL-MG, junto à Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional (CDI), tem orientado as unidades da instituição sobre a elaboração dos mapeamentos dos seus processos. O mapeamento de processos permite compreender cada atividade realizada por cada setor, que, em conjunto, origina a cadeia de valor da UNIFAL-MG. O objetivo de se entender e documentar a cadeia de valor é descrever os processos de maneira ampla, na forma de um fluxo de atividades que culminam na entrega de um produto ou serviço final.

A UNIFAL-MG utiliza a notação Business Process Modeling Notation (BPMN) para modelagem de seus processos (WEILKIENS, et al. 2016). O resultado desta orientação pode ser encontrado no endereço eletrônico abaixo:

A Figura 6 ilustra o conjunto de atividades mapeadas em um processo de manifestação geral à Ouvidoria da universidade.

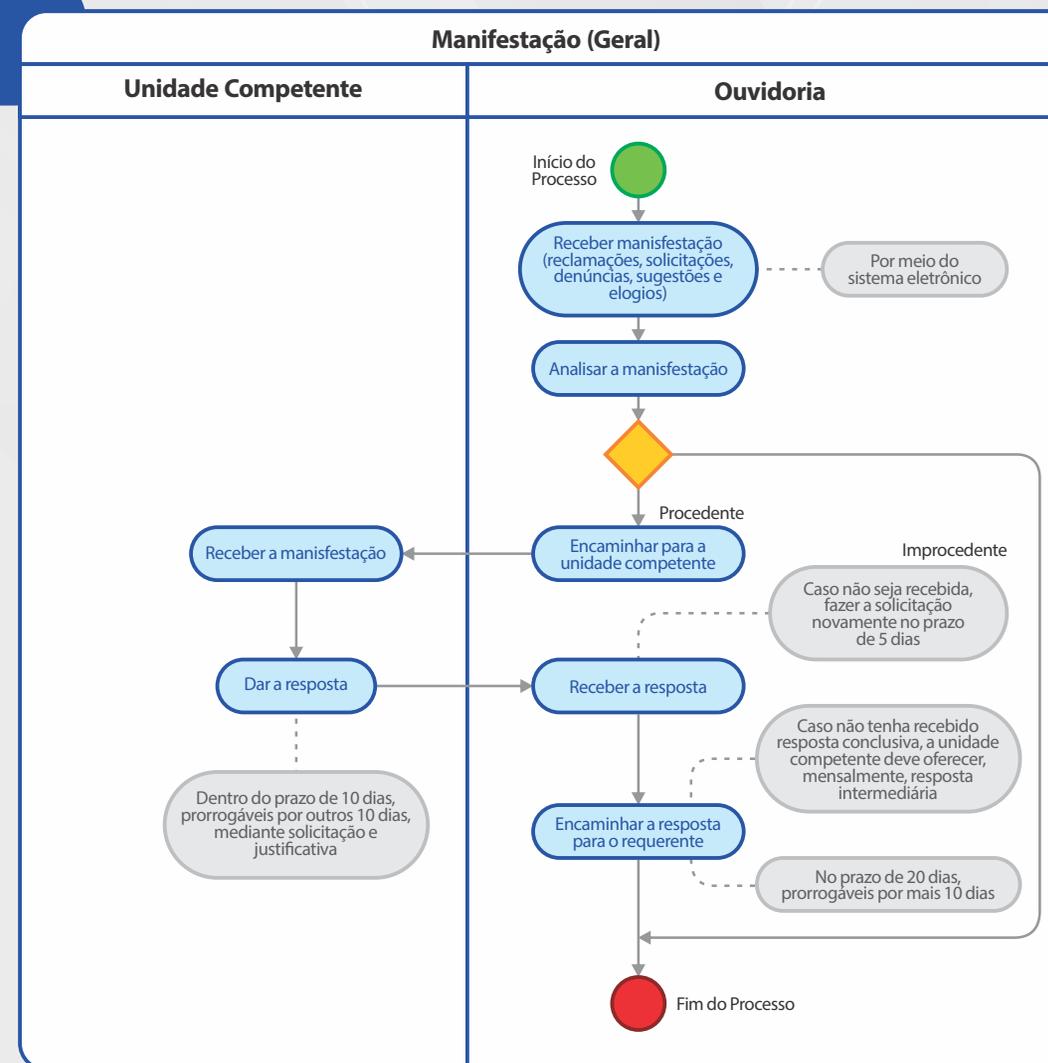


Figura 6 - Mapeamento do processo de para manifestação geral à Ouvidoria da UNIFAL-MG

<https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/mapeamento-de-processos/>

UNIFAL-MG em
Números
no ano de **2020**



Ensino

Graduação

Número de cursos de graduação **38**

Alunos matriculados em cursos de graduação **6.210**

Pós-graduação

Número de cursos de pós-graduação **30**

Alunos matriculados em cursos de pós-graduação **738**

Doutorado **131** Mestrado **607**

Número de Cursos de Especialização **4**



Conheça os cursos e programas oferecidos pela UNIFAL-MG em um clique!

<https://www.unifal-mg.edu.br/graduacao/cursos>

<https://www.unifal-mg.edu.br/prppg/programas>

Pesquisa

Iniciação Científica

Total de bolsas de iniciação científica oferecidas

121

Pós-graduação

Total de bolsas de pós-graduação

224

Doutorado 53

Mestrado 171

Produção Acadêmica

Número de artigos publicados

663

Para saber mais sobre a Pesquisa na Unifal-MG, acesse:
<https://www.unifal-mg.edu.br/prppg/programas>



Extensão

Número de Ações

Número de
Ações de Extensão
desenvolvidas

342

Quadro 1. Tipos de ações de extensão universitária registradas e executadas em 2020

Tipo de ação	Número de ações executadas
Cursos	35
Eventos	157
Prestação de serviços	5
Programas	13
Projetos	132

Fonte: Relatório da Pró-Reitoria de Extensão - Proex

Público Atingido

Número de pessoas
contempladas
com as ações

585.485

Quadro 2. Ações de extensão em relação às áreas do saber do CNPq

Área do saber (CNPq)	Número de ações executadas
Comunicação	10
Cultura	17
Direitos Humanos e Justiça	11
Educação	82
Meio ambiente	12
Saúde	183
Tecnologia e produção	13
Trabalho	14

Fonte: Relatório da Pró-Reitoria de Extensão - Proex

Clique e confira mais sobre a Extensão na UNIFAL-MG!
<https://www.unifal-mg.edu.br/extensao>

Assistência Estudantil

Ações na Assistência Prioritária

A Assistência Prioritária é entendida como o conjunto de ações que visa minimizar os efeitos das desigualdades sociais, na tentativa de oferecer condições materiais mínimas para a permanência e o desenvolvimento de acadêmicos. Nesse sentido, a UNIFAL-MG ofereceu:

Quadro 3. Ações de assistência prioritária

Auxílio	Número de estudantes contemplados
Auxílio Alimentação	1465
Auxílio Permanência	984
Auxílio Crèche	25
Auxílio Instrumental	21
Auxílio para atividade de campo	13
Empréstimos de notebook	51

Fonte: Relatório da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários - Prace

Com o objetivo de apoiar os alunos necessitados durante o Ensino Remoto Emergencial (ERE), em virtude da Pandemia, a UNIFAL-MG ofereceu, em especial, os seguintes auxílios:

Auxílio para contratação de pacote de dados: 383 estudantes beneficiados

Auxílio para aquisição de equipamento: 488 estudantes beneficiados

Para saber mais sobre a Assistência Estudantil na UNIFAL-MG, acesse: <https://www.unifal-mg.edu.br/prace>

Ações de Apoio e Acompanhamento

As ações de apoio e acompanhamento são entendidas como o conjunto de práticas e serviços que estimulam a integração do(a) estudante ao contexto universitário, levando em consideração os aspectos pedagógicos, acadêmicos e psicossociais, bem como as contribuições para a permanência e a conclusão do curso. Nesse sentido, a UNIFAL-MG ofereceu:

Quadro 4. Ações de apoio e acompanhamento

Apoio / Acompanhamento	Estudantes contemplados
Acompanhamento psicológico ou pedagógico	253
Atividades coletivas (rodas de conversa e oficinas pedagógicas)	535
Programas de monitoria em matemática básica	47

Fonte: Relatório da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários - Prace

Ações de Prevenção e Promoção de Saúde

As ações de prevenção e de promoção de saúde são entendidas como o conjunto de serviços para garantir saúde, qualidade de vida, esporte, cultura e lazer dos(das) estudantes, valorizando a integração estudantil e as manifestações culturais. Nesse sentido, a UNIFAL-MG ofereceu:

Quadro 5. Ações de prevenção e promoção de saúde

Descrição	Participantes
Terapia integrativa	943
Alimentação saudável e bem estar mental	169
Atendimento fisioterápico	30
Conteúdo digital para o bem estar físico e mental	1063

Fonte: Relatório da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários - Prace



Recursos Humanos

Número de docentes efetivos **576**

Número de técnicos administrativos **333**

Número de funcionários terceirizados **338**



Planejamento Estratégico e Governança



O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

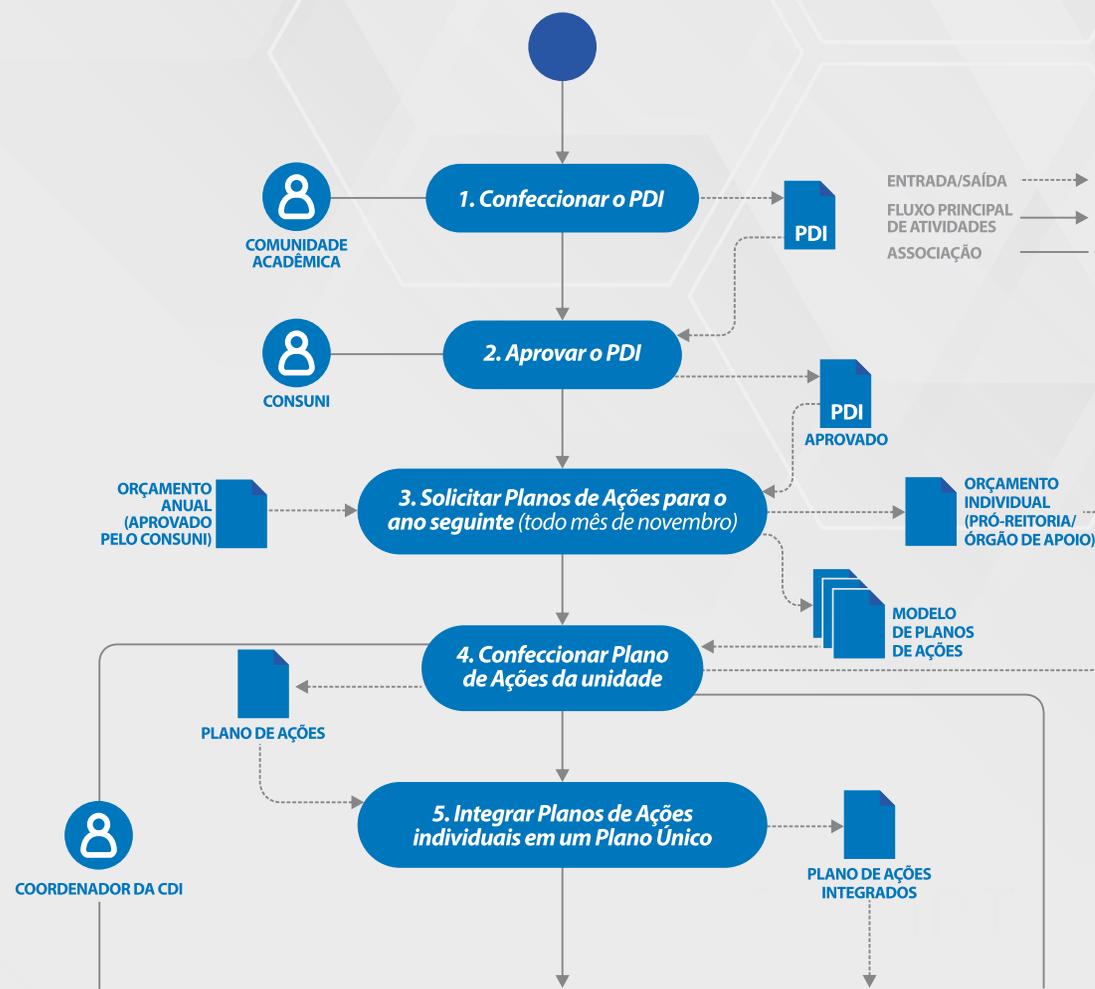
O Planejamento Estratégico da UNIFAL-MG está materializado no **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**, que é o **instrumento** de **planejamento** e gestão que traduz a identidade da UNIFAL-MG no que tange a sua filosofia de trabalho, a **missão** a que se propõe, aos seus **valores** e **visão** de futuro, em objetivos estratégicos e seus respectivos **indicadores** e **metas**.

O **PDI**, portanto, é o documento que possibilita visualizar e orientar as atividades a ser desenvolvidas na Instituição. Seu ciclo é periódico, geralmente a cada cinco anos, e o mecanismo utilizado para sua construção é o processo de **avaliação** (passado e presente) e **planejamento** (futuro), traçando, a partir dos **resultados**, as diretrizes para o desenvolvimento acadêmico, organizacional e físico da universidade.

A figura ao lado apresenta o fluxo principal do processo usado na UNIFAL-MG para gerenciar o ciclo de vida do PDI. Na figura, as atividades (ícone) são desempenhadas por papéis (ícone), consumindo e produzindo artefatos (ícone) como entrada e saída para cada atividade. Um artefato de saída de uma atividade pode ser usado como artefato de entrada para atividade(s) subsequente(s).

Neste processo, cabe à comunidade acadêmica confeccionar o PDI (atividade 1 na figura). O PDI, artefato de saída para esta atividade, serve como artefato de entrada para a segunda atividade (aprovar o PDI), desempenhada pelo Consuni. O artefato de saída da segunda atividade é o PDI aprovado.

Processo: Gerenciar Ciclo de Vida do PDI (Fluxo principal)



A UNIFAL-MG faz uso de um **Plano de Ações** anual para o planejamento das atividades de suas unidades. O coordenador ou coordenadora da Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional (CDI), de posse dos artefatos PDI e do Orçamento anual aprovado pelo Consuni, solicita o Plano de Ações das *unidades** para o ano seguinte (atividade 3).

As unidades confeccionam os respectivos Planos de Ações para o ano subsequente (atividade 4), os quais, por sua vez, são integrados na atividade 5, produzindo um Plano de Ações Integrado. O Plano de Ações Integrado é submetido (atividade 6) para verificação e deliberação pela Reitoria (atividades 7 e 8). As atividades 7 e 8 são desempenhadas todo mês de dezembro, a fim de que o Plano de Ações Integrado possa ser monitorado (atividade 9) a partir do mês de janeiro até dezembro do ano seguinte.

Duas atividades importantes acontecem todo mês de janeiro: a primeira é o início da execução e monitoramento do Plano de Ações Integrado discutido no parágrafo anterior. A segunda atividade (atividade 10) é a solicitação dos resultados do monitoramento da execução do Plano de Ações Integrado do ano anterior. Por exemplo, em janeiro de 2020, iniciou-se a execução do **Plano de Ações Integrado** aprovado em dezembro de 2019, e foram solicitados os resultados do monitoramento do Plano de Ações Integrados do ano anterior (2019).

Os Planos de Ações Individuais com resultados do monitoramento do ano anterior são utilizados como entrada para a atividade 11, objetivando a produção do **Relatório de Acompanhamento do Plano de Ações**. Este relatório traz os resultados do período, ou seja, mostra o cumprimento ou não das metas estabelecidas para aquele ano, sendo amplamente divulgado para as unidades da UNIFAL-MG e para toda a comunidade acadêmica. No tópico “Monitoramento do Plano de Ações” da seção “Resultados da Gestão” deste relato, apresentam-se 7 (sete) indicadores, correspondentes aos 7 (sete) eixos do PDI (2016-2021), do Relatório de Acompanhamento do Plano de Ações.

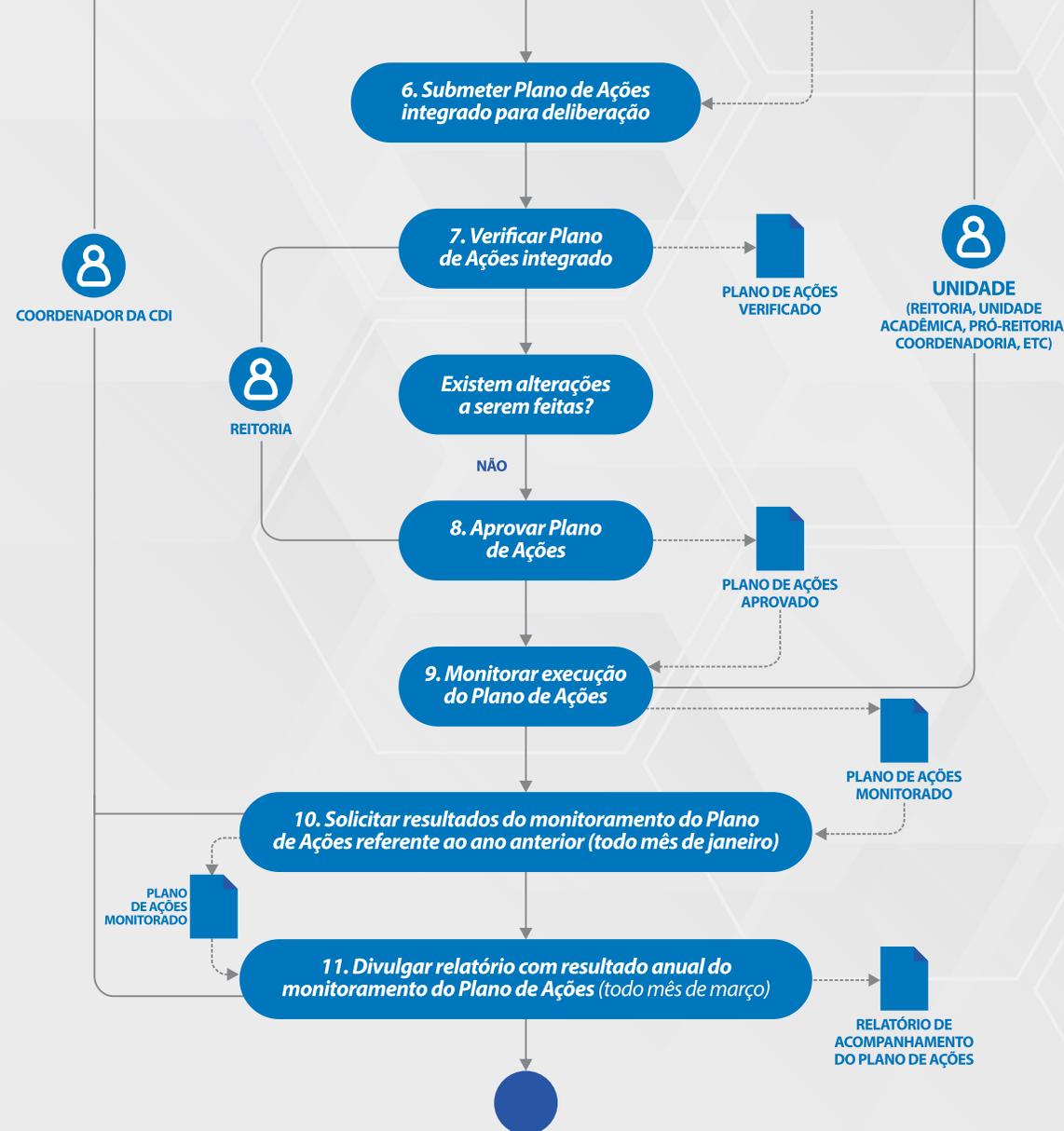


Figura 7 – Processo utilizado para gerenciamento do ciclo de vida do PDI da UNIFAL-MG

*Unidade é o termo genérico utilizado para contemplar a Reitoria, Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas, departamentos, coordenadorias, órgãos suplementares e de apoio da UNIFAL-MG.



2020: *O Ano do Planejamento*

Em dezembro de 2020, ***encerrou-se o ciclo de vida do PDI até então vigente (2016-2020)***. Por esse motivo, 2020 foi um ano muito importante para o planejamento institucional, pois, durante todo esse período foi realizada pela Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional, junto à ***Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional***, a atividade 1 do fluxo principal ilustrado na Figura 7. Com a aprovação do Consuni, no dia 15 de dezembro, a atividade 2 da mesma figura foi concluída com sucesso, dando origem ao ***PDI 2021-2025***.

Eixo Temático Extensão: O que queremos?

Aumentar prestação de serviço?
Aumentar projetos, programas e cursos?
Aumentar o número de eventos?
Impacto social: como medir?

Eixo Temático Gestão, Inovação e Internacionalização: O que a universidade deve fazer melhor?⁵

Sustentabilidade orçamentária: inserção do aumento da receita, previsão de recursos do tesouro, captação de recursos;
Sustentabilidade ambiental: projeções, medidas, indicadores (consumo Energia /m²), projeto de captação de água, *greenmetric*, A3P, etc.;
Internacionalização: intercâmbio de alunos; convênios, alguma área específica?; internacionalizar o currículo acadêmico?; internacionalização docente; internacionalização da pesquisa; outros indicadores possíveis de medir;
Inovação tecnológica: serviços oferecidos, oportunidades oferecidas (editais, estruturas, proteção intelectual); o que é mais importante medir? Prestação de serviço, patente, registro de produtos, royalty;
Avaliação institucional: ampliar a participação? Subsídios para o planejamento;
Fortalecer o mapeamento de processos e a gestão de risco na universidade, buscando minimizar possibilidade de erros.

Eixo Temático Qualidade de Vida na Universidade: O que a universidade consegue fornecer?

Assistência estudantil: Projeções, pretensões (como medir?), total de alunos beneficiados, manutenção na universidade, atendimentos psicológicos, número de projetos, mensuração de impacto social;
Esporte: finalização de áreas esportivas, número de alunos em projetos de esporte, número de alunos em campeonatos e em atividades esportivas;
Espaço de convivência/espço virtual, restaurantes, sala de jogos: criações e ampliações;
Condições de trabalho: ventilação, iluminação, temperatura, mobiliário e ergonomia: ampliar, melhorar e mapear os espaços;
Programas de Capacitação: melhoria de condições profissionais de conhecimento e de lidar com sua expertise;
Mapeamento da força de trabalho para realocação baseada em informações, dados, para reduzir excesso de trabalho;
Sinalização de acessibilidade em todos os campi;
Melhoria na mobilidade dos campi e nas condições de acessibilidade.

⁵ Posteriormente, foi criado o eixo "Sustentabilidade ambiental, financeira e social" em separado do eixo temático "Gestão, Inovação e Internacionalização".



Em outro momento do planejamento, com vistas a acompanhar as tendências e exigências legais, em especial a Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, foram definidos, também, por meio de um mapeamento e uma combinação entre os objetivos de cada um dos eixos temáticos do PDI 2021-2025, os valores públicos a serem entregues à sociedade, sistematizados no quadro a seguir.

Quadro 6 - Valores públicos a serem gerados conforme os objetivos mapeados

ID	Descrição	Objetivos Mapeados
Vp1 Ensino	<i>A ampliação da qualidade e das oportunidades de acesso ao conhecimento científico permite alcançar um maior número de cidadãos, proporcionando a melhoria das condições de vida das pessoas por meio da inserção destas no mercado de trabalho e pelo desenvolvimento da capacidade reflexiva, resultando na socialização do capital intelectual adquirido na universidade e agregando valor público.</i>	E1; E2; E7
Vp2 Ensino	<i>Tendo em vista que os alunos são os produtos principais da universidade, acompanhar a trajetória dos discentes durante e depois, proporcionando-lhes as melhores experiências de aprendizado e assistindo o egresso, entrega valor público, uma vez que mostra os resultados do investimento feito pela sociedade.</i>	E3; E4; E5; E6
Vp3 Pesquisa	<i>A ampliação do envolvimento em pesquisas científicas e tecnológicas consequentemente aumenta o desenvolvimento de soluções para os problemas públicos, proporcionando uma melhoria das condições de vida das pessoas por meio de novos produtos e serviços - criados, desenvolvidos e registrados (patentes) - a serem oferecidos aos cidadãos nas mais diversas áreas, entre elas saúde e educação.</i>	P1; P3; P5; P6
Vp4 Pesquisa	<i>A articulação com outros entes, sejam públicos, sejam privados, é uma grande aliada na entrega de valor público, uma vez que extravasar os muros da universidade, envolvendo outras instituições ou promovendo eventos, favorece a expansão da pesquisa, de modo a oferecer maior visibilidade aos resultados obtidos e, consequentemente, beneficiar um maior número de cidadãos.</i>	P2; P4
Vp5 Extensão	<i>A universidade pública tem como premissa dialogar com a sociedade sobre aquilo que é realizado no âmbito acadêmico, não só compartilhando os resultados de seus esforços e habilidades por meio das ações e serviços ofertados, como também captando as necessidades da sociedade para que essa relação possa se fortalecer cada vez mais e gerar bons impactos. A extensão é o meio mais explícito de interação entre a universidade e o cidadão, por isso, a entrega de valor público é bastante clara nas atividades extramuros.</i>	EXT1; EXT2; EXT3; EXT4; EXT5; EXT6

ID	Descrição	Objetivos Mapeados
Vp6 Qualidade de Vida na Universidade	<i>A atuação da universidade pública na promoção de atividades que visem a uma maior qualidade de vida de toda a comunidade acadêmica coopera, também, com a população de maneira geral, em razão do uso da prevenção, uma prática ainda pouco utilizada que permite não somente a redução do fluxo de tratamentos no próprio sistema público de saúde, mas também a ampliação da consciência sobre a importância da qualidade de vida, que é um processo multiplicador.</i>	Q1; Q2; Q3; Q4; Q5; Q6
Vp7 Gestão, Inovação e Internacionalização	<i>A gestão de risco permite ao gestor observar, com mais atenção, os pontos mais sensíveis nos quais eventuais erros podem gerar prejuízos às atividades da administração pública e, conseqüentemente, à sociedade. Dessa forma, quanto melhor forem mapeados os riscos, menores as chances de equívocos capazes de comprometer as atividades acadêmicas e a continuidade dos serviços públicos.</i>	G1
Vp8 Gestão, Inovação e Internacionalização	<i>A transparência, a acessibilidade e a segurança da informação são uma poderosa ferramenta de entrega de valor público, uma vez que o destinatário do serviço público é, além da comunidade acadêmica, a própria sociedade. Ao ampliar a participação, por meio da avaliação institucional, ocorre a retroalimentação (feedback) da prestação de serviços com vistas a melhorá-los.</i>	G2; G3; G4; G5
Vp9 Gestão, Inovação e Internacionalização	<i>A tecnologia e a inovação são essenciais para a melhor e mais célere prestação de serviços. Por isso, o aprimoramento e a aquisição de novas tecnologias de apoio à administração pública contribuem para o crescimento da qualidade dos serviços e da produtividade da instituição, gerando valor público. Além disso, os produtos criados e desenvolvidos dentro da universidade demonstram o impacto da produção acadêmica, retornando o investimento feito pela sociedade.</i>	G6; G9; G10; G11; G12
Vp10 Gestão, Inovação e Internacionalização	<i>O aprimoramento do corpo funcional e acadêmico da universidade impacta não só o engrandecimento pessoal, como também o aperfeiçoamento da própria instituição, que oferecerá serviços com mais qualidade.</i>	G7; G13
Vp11 Gestão, Inovação e Internacionalização	<i>A articulação com outros entes públicos ou privados, nacionais ou internacionais, é uma grande aliada na entrega do valor público, uma vez que extravasar os muros da universidade e envolver outras instituições e comunidades, favorece a expansão dos impactos produzidos pela universidade, beneficiando a sociedade.</i>	G8

ID	Descrição	Objetivos Mapeados
Vp12 Sustentabilidade	<i>A promoção da sustentabilidade ambiental, financeira e social está alinhada ao compromisso público com o cidadão e com o meio ambiente, dada a responsabilidade de otimização dos recursos financeiros e ambientais - ambos escassos - em prol da sociedade, por meio de uma instituição acessível que propicie segurança e bem-estar, respeite a diversidade, os direitos e o meio ambiente e promova a cidadania.</i>	S1; S2; S3; S4; S6
Vp13 Sustentabilidade	<i>A prestação de serviços públicos pela universidade não só amplia a captação de recursos próprios como também impacta a sociedade com a oportunidade de desfrutar desses serviços, entregando valor público.</i>	S5

Fonte: PDI 2021-2025 UNIFAL-MG

As lições aprendidas com o PDI anterior (2016-2020), simultaneamente a um processo transparente, democrático e participativo da comunidade acadêmica – representada pelos GT, direcionaram os trabalhos que deram origem ao novo PDI.



Rodrigo Martins Pagliares
Coordenador da CDI/Proplan
em 2020

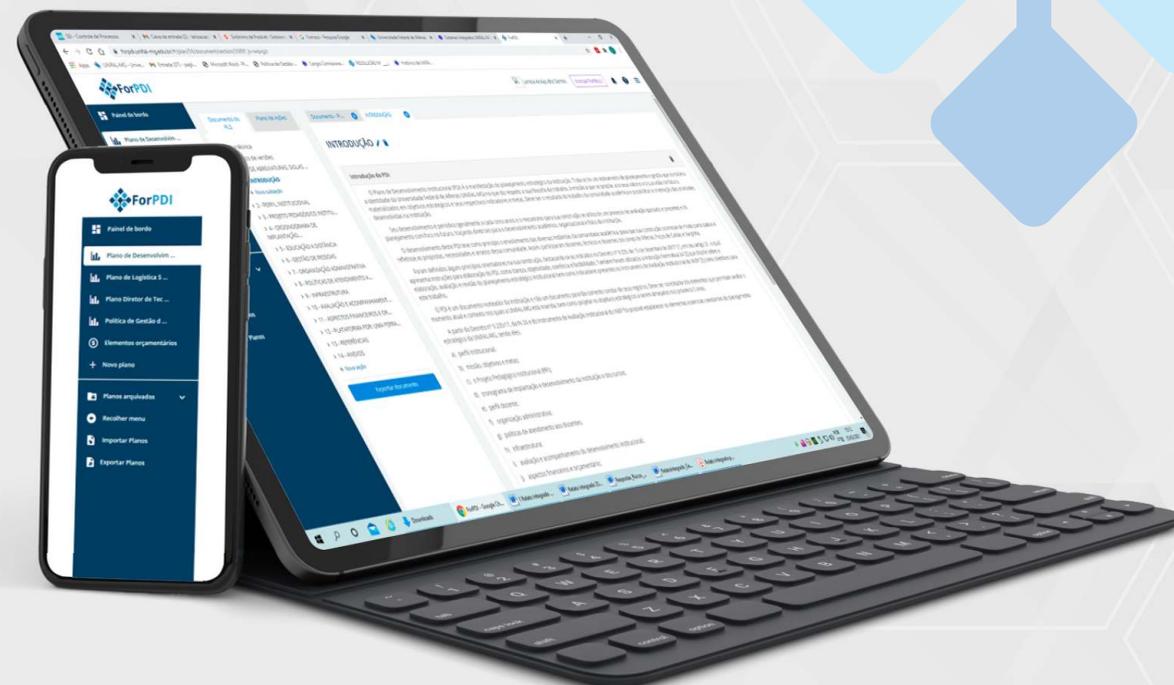
Uma versão inicial do PDI 2021-2025, que foi apresentada em Seminário Público, ficou disponível para sugestões e ajustes de toda a comunidade acadêmica durante o mês de outubro de 2020. Após o período em que o documento ficou disponível para apreciação, o relatório da participação da comunidade acadêmica no processo de construção do PDI e a nova versão do documento foram submetidos ao Conselho Universitário para deliberação. O documento do PDI foi aprovado na reunião do Consuni do dia 15/12/2020, e encontra-se disponível no site da UNIFAL-MG e na Plataforma ForPDI para toda a comunidade acadêmica e para a sociedade.

A Plataforma ForPDI

O **PDI 2021-2025** traz inúmeras **inovações** no que tange ao **Planejamento Estratégico** da UNIFAL-MG. Uma delas é o uso do **Software ForPDI**, uma plataforma aberta de gestão e acompanhamento do PDI das universidades e de outras instituições públicas ou privadas, resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido na UNIFAL-MG.

O **ForPDI** surgiu da necessidade de uma ferramenta colaborativa de acompanhamento da execução do documento em tempo real. Dentre suas funcionalidades, destacam-se a possibilidade de elaboração do documento PDI, a inserção do Plano de Ações contendo as metas a serem alcançadas no período, a execução orçamentária, o monitoramento do desempenho das ações etc.

Portanto, a partir de agora, os objetivos, indicadores e metas presentes no PDI da UNIFAL-MG serão geridos e monitorados por todo o período de vigência com auxílio do software ForPDI.



Acesse a plataforma ForPDI pelo link:
https://forpdi.unifal-mg.edu.br/#/comunidade?_k=hv9ke0

Instâncias Internas de Governança



O Conselho Universitário

O Conselho Universitário (Consuni) é o órgão máximo de natureza normativa, deliberativa e consultiva da UNIFAL-MG. Ao Consuni compete uma série de atribuições, grande parte delas de natureza deliberativa, conforme disposto no artigo 9º do Regimento Geral, que estabelecem as diretrizes para o desenvolvimento da política de ensino, pesquisa, extensão, administração, cultura, cidadania e prestação de serviços à comunidade.

Quadro 7 – Composição do Consuni

Conselho Universitário	
Composição	
Presidente	reitor
Representante(s)	dos docentes de cada Unidade Acadêmica
	dos servidores técnico-administrativos em educação
	dos discentes de graduação
	indicado pelo Conselho de Integração Comunitária CICOM

Fonte: Regimento geral da UNIFAL-MG



O Conselho de Curadores

É um órgão de fiscalização para assuntos econômico-financeiros e de execução orçamentária e patrimonial. Para tanto, tem como principais competências a fiscalização econômico-financeira da UNIFAL-MG, a emissão de parecer conclusivo sobre a prestação de contas da UNIFAL-MG, encaminhando-a aos órgãos competentes, e a emissão de parecer sobre proposta de alienação e transferência de bens imóveis da UNIFAL-MG. O Conselho de Curadores se reúne em caráter ordinário uma vez por ano e, em caráter extraordinário quando convocado pelo Reitor ou por requerimento assinado pela maioria de seus membros.

Quadro 8 – Composição do Conselho de Curadores

Conselho de Curadores	
Composição	
Representante(s)	do quadro permanente de cada Unidade Acadêmica (1 docente), eleito por seus pares, exceto o vice-reitor, os ordenadores de despesas, os auditores internos e os integrantes do rol de responsáveis
	do Ministério da Educação, indicado pelo ministro, mediante solicitação do reitor
	da sociedade civil, indicado pelo Cicom, exceto seus representantes no Consuni
	dos servidores técnico-administrativos em educação, exceto os integrantes do rol de responsáveis
	do corpo discente

Fonte: Regimento geral da UNIFAL-MG

Instâncias Internas de Governança



O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) é um órgão de natureza normativa, deliberativa e consultiva da UNIFAL-MG em matéria acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão). Ao CEPE compete, conforme disposto no art. 14 do Regimento Geral da UNIFAL-MG, deliberar sobre as diretrizes gerais de ensino, pesquisa e extensão da Instituição.

Quadro 9 – Composição do CEPE

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE	
Composição	
Presidente	reitor
Representante(s)	<i>docentes do quadro permanente de cada Unidade Acadêmica, eleito por seus pares, exceto o que estiver exercendo a função de vice-reitor</i>
	<i>dos servidores técnico-administrativos em educação</i>
	<i>do corpo discente, sendo no mínimo, um da Graduação e um da Pós-Graduação</i>
Pró-Reitores (as)	<i>de Graduação</i>
	<i>de Pesquisa e Pós-Graduação</i>
	<i>de Extensão</i>

Fonte: Regimento geral da UNIFAL-MG



O Conselho de Integração Comunitária

O Conselho de Integração Comunitária (Cicom) é um órgão de caráter consultivo, que tem como objetivo apoiar a Universidade por meio da análise crítica de suas metas, projetos e ações, bem como dos resultados e objetivos alcançados, contribuindo, assim, para aumentar a integração da Universidade com a sociedade. Compete ao Cicom auxiliar a UNIFAL-MG na proposição de políticas institucionais; sugerir aos conselhos deliberativos superiores a elaboração de normas institucionais referentes às relações entre a UNIFAL-MG e a sociedade e ao seu próprio funcionamento; estimular, apoiar e sugerir estudos e pesquisas sobre assuntos e temas relevantes para o desenvolvimento do Estado, da Região e do País; propor ações que promovam a melhoria da qualidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão da UNIFAL-MG; indicar, dentre os seus membros, as representações comunitárias no Consuni; tomar conhecimento do planejamento anual global da Instituição, apresentado pelo reitor, além de examinar as demandas existentes na sociedade, propondo novos empreendimentos, parcerias e atividades a serem desenvolvidas com diversos setores do poder público e da sociedade civil.

Quadro 10 – Composição do Cicom

Conselho de Integração Comunitária - CICOM	
Composição	
Presidente	reitor
Representante de cada município onde se localiza/ Sede/campus da UNIFAL-MG	<i>do Poder Legislativo</i>
	<i>do Poder Executivo</i>
	<i>da Associação Comercial e Industrial</i>
	<i>da rede oficial de ensino</i>
	<i>de entidade não governamental, sem fins lucrativos, ligada ao desenvolvimento social, devidamente cadastrada e indicada pelo Conselho Municipal</i>
Representante(s)	<i>do corpo docente, indicado pelo Consuni</i>
	<i>discentes, sendo dois, um da Graduação e um da Pós-Graduação</i>
	<i>do Ministério Público Federal</i>
	<i>dos servidores técnico-administrativos em educação, indicado pelo Consuni</i>
	<i>pró-reitores</i>

Fonte: Regimento geral da UNIFAL-MG

Instâncias Internas de Apoio à Governança

Auditoria Interna (AI)

A Auditoria Interna da UNIFAL-MG, órgão de assessoramento da gestão vinculada ao Conselho Universitário, objetiva aumentar e proteger o valor organizacional da instituição, fornecendo consultoria e assessoria.

Para a consecução de suas atribuições, a Auditoria Interna da UNIFAL-MG rege-se pelas normativas e regulamentos que tratam da matéria de controle interno; pelo Regimento Geral da UNIFAL-MG; pelo Regimento Interno da Auditoria Interna; pelo Código de Ética formalmente aprovado, específico aos servidores da Auditoria Interna; e pelos regulamentos internacionais de Auditoria recepcionados.

Em 2020, de acordo com a tabela ao lado, foram realizados os seguintes trabalhos de auditoria interna, conforme o Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna (PAINT/2020), acompanhados de sua respectiva situação: realizados, não concluídos e não realizados.

Quadro 11 – Demonstrativo do quantitativo de trabalhos de auditoria interna, conforme o PAINT/2020

Atividade	Situação
<i>Elaboração do RAIN/2019</i>	REALIZADA
<i>Relatório de Gestão do exercício de 2019</i>	REALIZADA
<i>Parecer sobre as Contas de exercício de 2018</i>	REALIZADA
<i>Assistência à Controladoria Geral da União</i>	REALIZADA
<i>Avaliação: Bolsas de Monitoria, PIBID e PET</i>	NÃO CONCLUÍDA
<i>Avaliação: Mapeamento de Processos</i>	NÃO CONCLUÍDA
<i>Capacitação: 52º FONAI Tec</i>	NÃO REALIZADA
<i>Avaliação: Governança e Gestão de TI</i>	NÃO CONCLUÍDA
<i>Avaliação: Controle de Frequência, Regime de Dedicção Exclusiva</i>	NÃO CONCLUÍDA
<i>Matriz de riscos para PAINT/2021</i>	REALIZADA
<i>PAINT/2021</i>	REALIZADA
<i>Capacitação: 53º FONAI Tec</i>	NÃO REALIZADA
<i>11º Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental</i>	NÃO REALIZADA
<i>Programa de Melhoria da Qualidade das Atividades de Auditoria Interna</i>	NÃO CONCLUÍDA
<i>Monitoramento: Recomendações da Audint, Controle Interno e Externo</i>	REALIZADA

Fonte: Relatório anual de atividades de Auditoria Interna

No decorrer do exercício de 2020, foram realizadas, também, diversas ações de consultoria não previstas no PAINT/2020, além de atividades de correição por parte do Auditor-Chefe. Essas ações, somadas ao cenário de trabalho remoto, demandaram esforços e adaptação da Auditoria Interna e acabaram por inviabilizar o cumprimento do cronograma previamente estabelecido, prejudicando, por exemplo, as atividades de capacitação formal que, excepcionalmente no mesmo exercício, não foram realizadas.

Em se tratando do quantitativo de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as finalizadas pela assunção de riscos pela gestão, as vincendas, e as não implementadas com prazo expirado na data de elaboração do PAINT, não foram emitidas recomendações em 2020.

Por fim, sobre a análise consolidada acerca do nível de maturação dos processos de governança, de gerenciamento de risco e de controles internos da UNIFAL-MG, considerando que não foram emitidos Relatórios de Auditoria em 2020, a Auditoria Interna baseou a identificação de fragilidades nas atividades de consultoria e correição. Foram identificadas algumas fragilidades em controles internos administrativos da universidade, localizadas sobretudo no nível tático e operacional, em que a discussão auxiliou a evidenciar as dificuldades e a propor soluções com maior segurança.

Assessoria Especial de Procedimentos Disciplinares e Investigativos (AEPDI)

A Assessoria Especial de Procedimentos Disciplinares e Investigativos (AEPDI) foi criada para auxiliar a Reitoria nos processos que tenham por objeto a apuração de irregularidades ocorridas no âmbito da UNIFAL-MG. Desse modo, a AEPDI é a responsável pelo cadastramento dos processos no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGUPAD), pelo controle de todos os processos disciplinares de servidores e discentes e pela orientação dos servidores nomeados para participar das apurações.

Conforme a Lei nº 8.112/90, os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) dos servidores públicos são apurados por meio de comissões de sindicância ou comissões de processo administrativo disciplinar. Já os processos disciplinares que envolvem discentes, ou seja, alunos da instituição, seguem os procedimentos definidos no Regimento Geral da Universidade Federal de Alfenas (Resolução nº 004/2010 – Consuni), sendo apurados por meio de processo sumário ou comissão de inquérito. Os processos que não apresentam autoria e/ou materialidade podem ser previamente investigados por comissão de sindicância investigativa ou investigação prévia.

Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos em 2020

Os relatórios do CGU-PAD trazem os seguintes dados acerca da atividade de correição e apuração de ilícitos administrativos no período de 01/01/2020 a 31/12/2020:

Quadro 12 – Somatório dos procedimentos realizados pela AEPDI no ano de 2020

<i>Tipo Processual</i>	<i>Fase</i>	<i>Nº de Procedimentos</i>
<i>PAD 8112/90</i>	<i>Instauração/instrução</i>	<i>4</i>
	<i>Processo julgado</i>	<i>1</i>
<i>Sindicância</i>	<i>Instauração/instrução</i>	<i>1</i>
Total de Procedimentos		6

Fonte: Relatório AEPDI

Ouvidoria e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Entre os canais de acesso ao cidadão oferecidos pela UNIFAL-MG, a Ouvidoria Universitária é aquela responsável por tratar das manifestações encaminhadas pela comunidade interna (técnicos, professores e estudantes) e externa. Nesse sentido, a ouvidoria atua como unidade mediadora e, assim, faz uma “ponte” entre o manifestante e a administração pública.

Criada em 2010, pela Resolução nº 004 (Cap. V, art. 22), de 09 de abril de 2010, como órgão suplementar da Reitoria, a ouvidoria da UNIFAL-MG realiza, além de atendimentos presenciais, formas de assistência por e-mail, telefone, carta e, preferencialmente, pelo sistema eletrônico da ouvidoria ou pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR), da Controladoria-Geral da União (CGU). Outro canal de comunicação é por meio do envio de solicitações de informações públicas da UNIFAL-MG. Neste caso, o cidadão pode, em respeito à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), requisitá-las pela plataforma Fala.BR (antigo e-SIC).

Registro de dados e resultados da Ouvidoria e do SIC em 2020

No ano de 2020, a ouvidoria recebeu, via sistema próprio, 233 manifestações, 238 a menos do que no ano de 2019. Houve, portanto, uma redução de 50,53% no número de manifestações recebidas entre esses dois anos, um possível resultado do período de pandemia no país e no mundo, assim como da consequente suspensão das atividades presenciais e da adoção de trabalho remoto na maior parte dos setores da instituição.

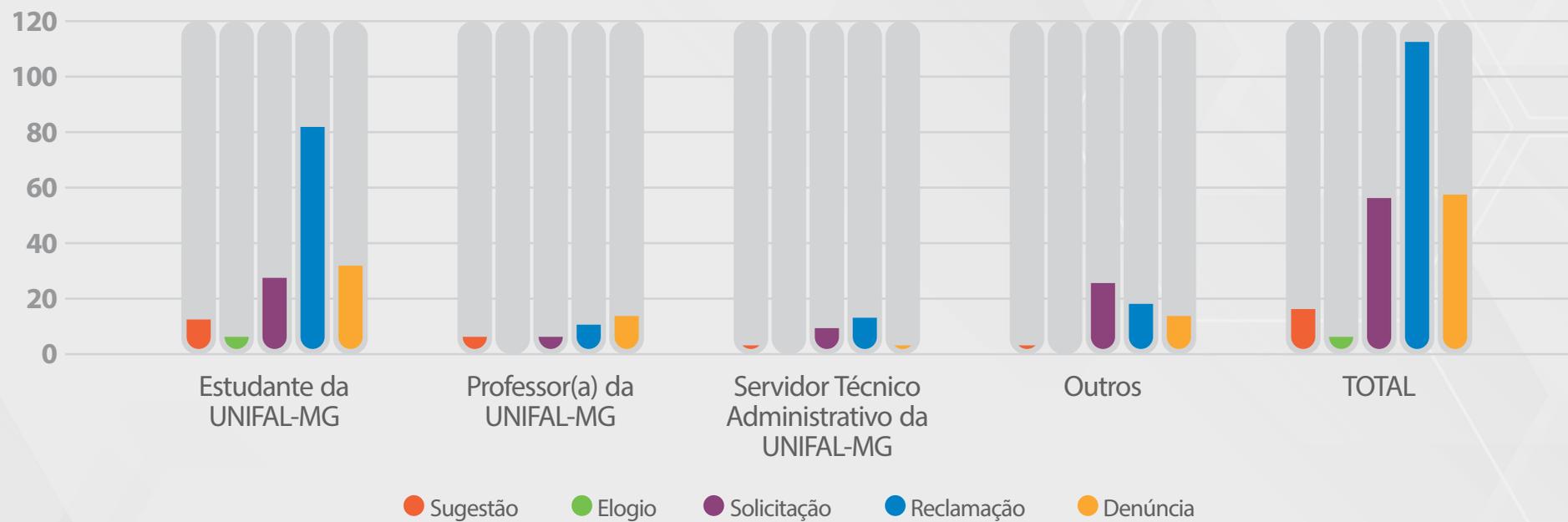


Considerando a própria identificação feita pelos manifestantes no momento do preenchimento da manifestação, observa-se que, assim como nos semestres anteriores, no ano de 2020, a grande maioria das manifestações recebidas pelo sistema eletrônico da ouvidoria foi identificada como sendo de estudantes, com 63,09%, seguido pela comunidade externa, com 21,89%; por professores, com 9,01%, e, por fim, servidores técnicos administrativos, com 6,01%. Pela plataforma Fala.BR, por sua vez, foram recebidas, em 2020, 28 manifestações, classificadas da seguinte forma: 15 comunicações, 7 solicitações, 2 denúncias e 3 reclamações e 1 elogio.

A Figura 9 apresenta o número de manifestações da ouvidoria recebidas via sistema eletrônico e referente ao período de 01/01/2020 a 31/12/2020.

Ademais, em 2020, foram recebidas pela UNIFAL-MG 155 solicitações de acesso à informação, feitas por 123 solicitantes. O tempo médio de resposta da instituição foi de 10,94 dias, número que, num ranking dos órgãos que mais rápido respondem tais solicitações, fez com que a UNIFAL-MG ocupasse a posição 101ª dentre um total de 300 órgãos, conforme dados disponíveis no Painel Lei de Acesso à Informação da CGU.

Figura 9 – Manifestações recebidas pela ouvidoria, via sistema próprio, em 2020, por tipo de manifestação e de manifestante



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ouvidoria da UNIFAL-MG

No que se refere à transparência ativa, a UNIFAL-MG, em 2020, de acordo com ranking organizado pela Controladoria-Geral da União (CGU), ocupou a 2ª posição entre as universidades federais mais transparentes e a 11ª colocação entre os órgãos da Administração Pública Federal do Brasil, segundo informações disponíveis para acesso público, em tempo real, no Painel da Lei de Acesso à Informação.



Para mais informações sobre a atuação da Ouvidoria da UNIFAL-MG e do SIC, consulte:
<https://www.unifal-mg.edu.br/ouvidoria/>
<https://www.unifal-mg.edu.br/acessoainformacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic/>

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem por finalidade elaborar e desenvolver, junto à comunidade acadêmica, propostas de autoavaliação institucional, bem como de coordenar e articular os processos da avaliação interna da UNIFAL-MG, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Entre os objetivos, a CPA busca promover a cultura avaliativa na universidade; proceder à avaliação institucional, em observância à legislação vigente; coordenar os procedimentos de implementação da autoavaliação; sistematizar e prestar informações solicitadas pelos órgãos responsáveis pelo sistema de avaliação.



A UNIFAL-MG, com vistas a nortear ações no sentido de consolidar a excelência de suas atividades, realiza periodicamente a Autoavaliação Institucional, cujo processo central busca respostas e orientações para o planejamento estratégico da instituição.

A Autoavaliação Institucional, que se riente pelos objetivos definidos no Plano Anual de Avaliação, acontece semestralmente, sob coordenação da CPA, com metodologia de trabalho caracterizada pela abordagem quanti-qualitativa. O instrumento avaliativo se compõe de questões semiestruturadas e fechadas, com espaços para respostas dialogadas, organizadas em questionário eletrônico. A análise dos dados se dá por tratamento estatístico, em frequências e percentuais demonstrados em gráficos e quadros. A análise das respostas dialogadas se dá por tratamento descritivo, correlacionando as categorias que surgem ao longo da avaliação.

Em 2020, a autoavaliação ocorreu entre os dias 13 e 30 de novembro, com a participação da comunidade externa – cidadãos da comunidade civil – e comunidade interna – estudantes de graduação e de pós-graduação e servidores TAE e docentes. O Relatório Institucional Anual de Autoavaliação está disponível no endereço eletrônico:

<https://www.unifal-mg.edu.br/cpa/relatorios-de-autoavaliacao/>

Comissão Própria de Avaliação (CPA)



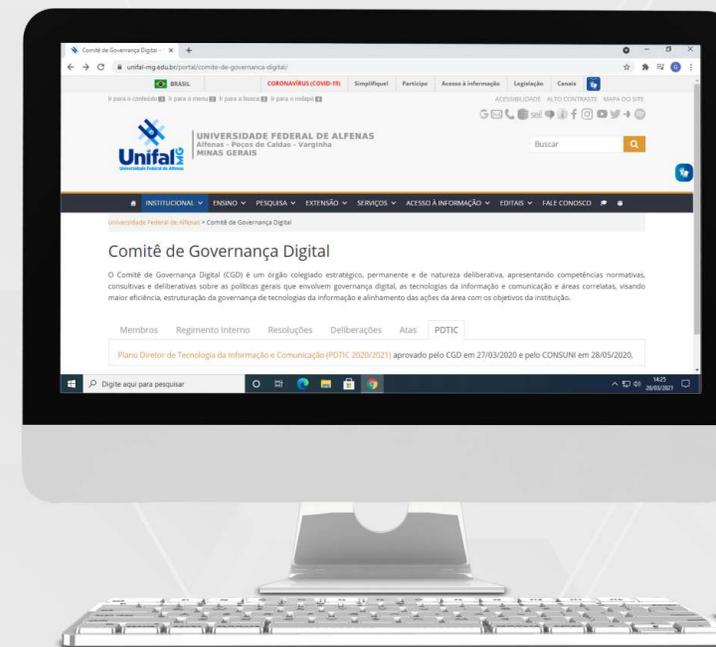
Comitê de Governança Digital (CGD)

O órgão responsável pela governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na UNIFAL-MG é o Comitê de Governança Digital (CGD). Trata-se de um órgão colegiado estratégico e permanente, que apresenta competências normativas, consultivas e deliberativas sobre as políticas gerais que envolvem governança digital, tecnologias da informação e comunicação, e áreas correlatas, visando à maior eficiência, estruturação da governança de tecnologias da informação e alinhamento das ações da área com os objetivos da instituição. É formado pelo reitor, presidente do comitê, e pelos pró-reitores de Administração e Finanças, Planejamento, Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Extensão, diretores de câmpus, diretor do CEAD, autoridade responsável pela LGPD e diretor do NTI.

Dentre as atividades do CGD em 2020, duas merecem destaque:

- Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC 2020/2021), que estabelece as diretrizes de Governança de TI da UNIFAL-MG; e
- Aprovação do Plano de Transformação Digital da Universidade Federal de Alfenas, que visa à criação de valor público para a sociedade.

Para saber mais sobre o CGD, acesse:
<https://www.unifal-mg.edu.br/portal/comite-de-governanca-digital/>



“Com a aprovação do PDTIC, a área de Tecnologia da Informação e Comunicação tem um importante instrumento de planejamento em mãos, de maneira mais alinhada aos objetivos estratégicos da Instituição”.



Marcelo Penha Fernandes
 Diretor do Núcleo de Tecnologia da
 Informação - NTI da UNIFAL-MG



Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade (CGRCI)

O **Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade – CGRCI** é um colegiado estratégico, permanente e de natureza deliberativa, responsável por tratar de assuntos relativos ao gerenciamento à governança, gestão de riscos e integridade.

Compete ao CGRCI institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos; promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos; garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público; promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações; entre outras.

Entre as atividades realizadas pelo CGRCI, destacaram-se:

- A elaboração do PDI junto à CDI/Proplan; e
- A deliberação sobre o novo Plano de Logística Sustentável (PLS) da UNIFAL-MG, que será melhor abordado na seção de sustentabilidade deste relatório.

A UNIFAL-MG nos rankings universitários

A UNIFAL-MG participa de vários rankings universitários. Para saber mais, acesse a página do CGRCI e encontre informações sobre a colocação da universidade nas listas.



Rankings Universitários



<https://www.unifal-mg.edu.br/cgrci/a-unifal-mg-nos-rankings-universitarios/>



Gestão de Riscos e Controle Internos

Gestão de Riscos

A gestão de riscos é um processo que tem por objetivo **assegurar aos gestores** o acesso a **informações** acerca dos **riscos** aos quais a organização está exposta, de modo a **melhorar**, assim, a **tomada de decisão**, ampliando a possibilidade do **alcance dos objetivos organizacionais**. Cada vez mais, tem-se exigido das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) o alcance de suas metas e objetivos de forma eficiente. Portanto, a implantação de uma cultura de gestão de riscos nas organizações permite que se antecipem os possíveis efeitos que determinado risco pode gerar a uma atividade, identificando-o, analisando-o, avaliando-o, monitorando-o e controlando-o, para que, caso este se manifeste, gere **menos impactos possíveis** para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição.

Risco é um evento futuro e incerto que, caso ocorra, pode impactar negativamente o alcance dos objetivos da organização (COSO, 2014).

O **Plano de Gestão de Riscos** da UNIFAL-MG é uma resposta à Instrução Normativa (IN) nº 1, de 2016, que identifica a necessidade de as organizações afastarem a possibilidade da materialidade dos riscos em suas atividades.

A UNIFAL-MG categoriza seus riscos como operacionais, legais, financeiros/orçamentários, imagem/reputação do órgão ou da instituição e demais riscos. O Quadro 13 apresenta uma breve explicação para cada um deles.

Quadro 13. Tipologia dos riscos na UNIFAL-MG

Tipos de Risco	Interpretação
Operacionais	<i>Possibilidade de ocorrência de eventos que podem comprometer as atividades do órgão ou da instituição, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas.</i>
Legais	<i>Possibilidade de ocorrência de eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades do órgão ou da instituição.</i>
Financeiros/Orçamentários	<i>Possibilidade de ocorrência de eventos que podem comprometer a capacidade do órgão ou da instituição de contar com recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou de eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, tais como atrasos no cronograma de licitações.</i>
Imagem/Reputação do Órgão ou da Instituição	<i>Possibilidade de ocorrência de eventos que podem comprometer a confiança da sociedade (ou de parceiros, clientes e fornecedores) em relação à capacidade do órgão ou da instituição em cumprir a missão institucional.</i>
Demais riscos	<i>Riscos culturais, tecnológicos, de gestão, de recursos humanos, entre outros que podem comprometer o andamento das atividades da instituição.</i>

Estrutura de Gestão de Riscos

O plano de gestão de riscos da UNIFAL-MG segue a metodologia **ForRisco** (BERMEJO, et al., 2018). Nesta metodologia, é possível realizar a gestão de riscos de cima para baixo (*Top-Down*), ou seja, a partir dos objetivos estratégicos presentes no PDI, ou de baixo para cima (*Bottom up*), na qual a gestão de riscos se inicia das atividades dos processos em nível operacional.

De maneira sucinta, podemos fazer análise de riscos com a metodologia ForRisco de 3 formas:

1. **A partir de objetivos estratégicos;**
2. **A partir de objetivos de processos;**
3. **A partir das atividades de processos.**

A gestão de riscos da UNIFAL-MG se resume em cinco etapas, conforme ilustrado na Figura 9.

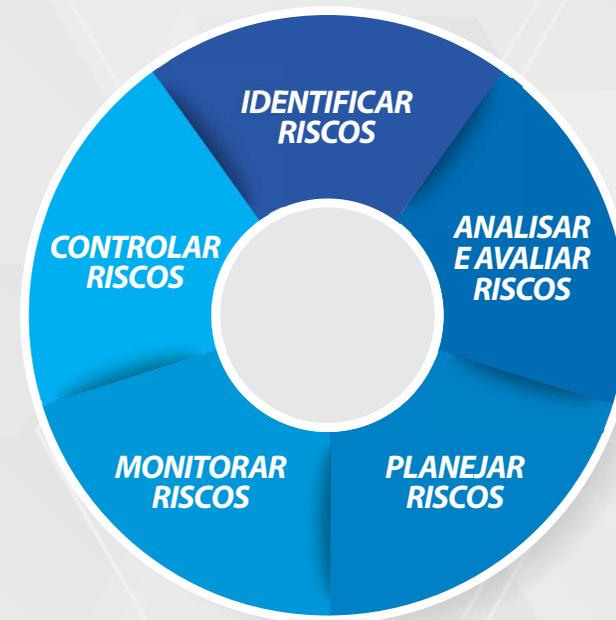


Figura 9: Processo de Gestão de Riscos da UNIFAL-MG

Na **primeira etapa**, a identificação dos riscos é realizada in loco pelos servidores envolvidos, ou seja, pelo gestor do risco – o diretor de uma unidade acadêmica, por exemplo – e pelo proprietário do risco – o servidor responsável pela execução de um determinado processo de trabalho e seu respectivo plano de gestão de risco. Entre as possíveis atividades desempenhadas pelos servidores com o intuito de identificar riscos, destacam-se o levantamento de dados históricos, realização de entrevistas e reuniões com dirigentes e técnicos sobre as atividades destes.

Na **segunda etapa**, os riscos identificados são analisados e avaliados. A análise visa ao detalhamento dos riscos, tornando mais claras suas causas e consequência. Um determinado risco é avaliado pelo grau derivado de impacto e probabilidade de ocorrência. A avaliação do grau do risco é normalmente feita de maneira tabular, em um artefato conhecido como matriz classificadora do grau de risco, ou simplesmente matriz de riscos. O Quadro 14 exemplifica a classificação do grau de um do risco mapeado.

Quadro 14. Avaliação do grau de risco levando em consideração sua probabilidade de ocorrência e impacto

Probabilidade		Baixa	Média	Alta
Impacto	<i>Baixo</i>	<i>Baixo</i>	<i>Baixo</i>	<i>Médio</i>
	<i>Médio</i>	<i>Baixo</i>	<i>Médio</i>	<i>Alto</i>
	<i>Alto</i>	<i>Médio</i>	<i>Alto</i>	<i>Alto</i>

Onde:

- **Risco de grau baixo:** risco tolerável, nenhuma ação imediata é necessária, porém a questão deve ser monitorada. Trate os riscos nessa classe apenas se restrições (como custo e esforço de tratamento) não forem significativas.

- **Risco de grau médio:** situação de atenção. Se possível, o risco deve ser tratado em médio prazo, com monitoração frequentemente. Restrições (como custo e esforço de tratamento) podem ser consideradas para priorizar o tratamento de riscos nessa classe.
- **Risco de grau alto:** risco intolerável, situação de grande preocupação. Ações devem ser tomadas rapidamente, e os resultados precisam ser monitorados frequentemente para avaliar se a situação mudou com as ações. Os riscos devem ser tratados independentemente de restrições (como custo e esforço de tratamento).

A UNIFAL-MG registra os resultados das duas primeiras etapas do seu processo de gestão de riscos (Figura 11) no “Formulário de identificação, análise e avaliação de riscos”. Este formulário padroniza e torna mais fácil o preenchimento dos riscos identificados, bem como a avaliação qualitativa destes. O Quadro 15 ilustra um exemplo do formulário preenchido para o seguinte processo: “Abertura de processo de incubação e seleção de empresas”, de responsabilidade da Agência de Inovação e Empreendedorismo da UNIFAL-MG.

Quadro 15 – Formulário de identificação, análise e avaliação de riscos

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE RISCOS						
MACROPROCESSO		Núcleo de Tecnologia da Informação				
PROCESSO		Atendimento – Suporte ao Usuário				
PROCESSO NA NOTAÇÃO BPMN		https://bit.ly/2TBg5Mm (Acessado em: 08/02/2021)				
PROPRIETÁRIO DO RISCO		Núcleo de Tecnologia da Informação				
Nº	ATIVIDADE	RISCO	CAUSA(S) DO RISCO	IMPACTO	PROB.	GRAU
1	Solicitação de suporte técnico pelo usuário.	Não atendimento da solicitação no prazo adequado.	Falta de pessoal para atendimento; Priorização inadequada do atendimento.	BAIXA	BAIXA	BAIXA
2	Solicitação de suporte técnico pelo usuário.	Erros na análise da solicitação.	Falta de capacitação / Falhas de comunicação entre a equipe.	BAIXA	BAIXA	BAIXA
3	Solicitação de suporte técnico pelo usuário.	Não atendimento da solicitação.	Falta de material de consumo para atendimento das solicitações.	MÉDIO	BAIXA	MÉDIO
4	Solicitação de suporte técnico pelo usuário.	Falta de feedback ao solicitante.	Cultura organizacional nessa área de atuação.	BAIXA	MÉDIO	BAIXA
5	Solicitação de suporte técnico pelo usuário.	Falha de comunicação entre o gerente e o atendente.	Cultura organizacional / Excesso de demandas.	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO
MEDIDA (S) MITIGADORA (S)						
RISCO	MEDIDA	RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO			
Atividade 1	Solicitação de aumento do quadro / Definição adequada de atendimentos prioritários / Acompanhamento pelo Gerente de Suporte ao usuário.	Direção do NTI / Gerente de Suporte ao usuário	Gerência de Suporte Técnico ao Usuário.			
Atividade 2	Capacitação de membros ao ingressar na equipe / Melhoria no acompanhamento feito pelos supervisores e pelo gerente.	Gerente de Suporte ao Usuário	Gerência de Suporte Técnico ao Usuário.			
Atividade 3	Melhoria contínua no processo de aquisição de materiais.	NTI / Alta Administração	Gerência de Suporte Técnico ao Usuário.			
Atividade 4	Desenvolvimento de uma política de comunicação do setor, com um plano de trabalho de conscientização.	NTI	Gerência de Suporte Técnico ao Usuário.			
Atividade 5	Reuniões periódicas entre a equipe / Utilização de Sistema Informatizado (SOS) / Melhoria de definição de prioridades.	NTI	Gerência de Suporte Técnico ao Usuário.			

A análise e a avaliação interferem diretamente no planejamento dos riscos. Desse modo, no planejamento (**terceira etapa**), os riscos são classificados e priorizados, de modo a estabelecer quais serão aqueles constantemente monitorados e quais serão as estratégias de tratamento para cada um deles.

Riscos **identificados, analisados, avaliados e planejados** pelos respectivos setores devem ser **tratados e monitorados** (BRASIL, 2016). As opções de tratamento de riscos utilizadas pela UNIFAL-MG estão descritas no Quadro 16.

Quadro 16. Tratamento dos riscos

Tratamento	Interpretação
<i>Evitar o risco</i>	<i>Ações para evitar totalmente o risco.</i>
<i>Transferir o risco</i>	<i>Compartilhar ou transferir o risco a terceiros.</i>
<i>Mitigar o risco</i>	<i>Reduzir o impacto ou a probabilidade de ocorrência do risco.</i>
<i>Aceitar o risco</i>	<i>Aceitar ou tolerar o risco sem que nenhuma ação específica seja tomada, pois ou o nível do risco é considerado baixo, ou a capacidade da organização para tratar o risco é limitada, ou o custo é desproporcional ao benefício.</i>

A UNIFAL-MG propõe o monitoramento (**quarta etapa**) contínuo dos riscos, em que cada responsável acompanhará o comportamento dos riscos planejados sugerindo intervenções, quando for o caso, e estratégias, de modo a afastar por completo a possibilidade de materialidade.

Para a controlar os riscos, todas as Pró-Reitorias, órgãos de apoio e unidades acadêmicas desenvolvem procedimentos, regras e rotinas para avaliar a eficácia do Plano de Gestão de Riscos, por meio de sistemas de informação, documentos, informações e/ou ferramentas. As medidas adotadas podem ser preventivas ou corretivas e devem estar relacionadas diretamente com as ações de respostas dos gestores e responsáveis.

Os resultados do monitoramento e controle são registrados em um formulário nomeado “formulário para o monitoramento e controle de risco” e enviados anualmente para a Coodenadoria de Desenvolvimento Institucional (CDI/Proplan) para que se possa gerar e divulgar os relatórios de gestão estratégica acerca dos riscos enfrentados pela instituição.

Atualmente, a UNIFAL-MG se utiliza de documentos e planilhas no formato Microsoft Word e Microsoft Excel para a gestão de riscos. A princípio, esta solução se mostrou eficaz, mas, com o passar do tempo e com a disseminação da cultura de gestão de riscos na instituição, percebeu-se a necessidade de um software de apoio para uma melhor gestão, comunicação e geração de relatórios de acompanhamento da execução do Plano de Gestão de Riscos e da Política de Gestão de Riscos da Instituição.

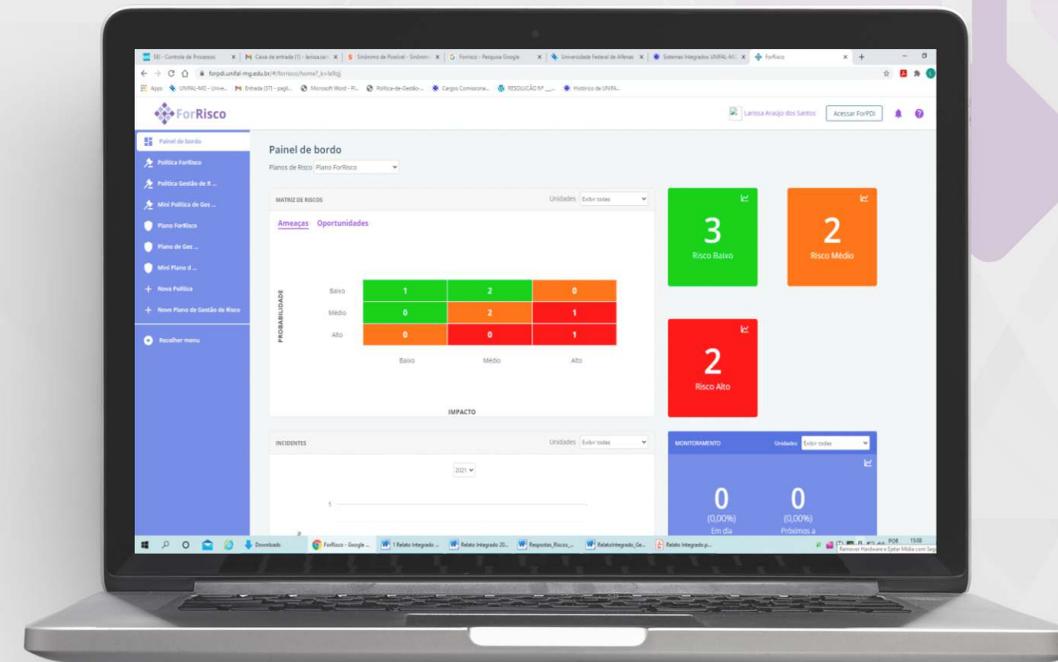
A Plataforma ForRisco

O **ForRisco** é uma plataforma de código aberto para gestão de riscos. Entre suas principais funcionalidades, destacam-se o suporte à gestão de riscos de forma integrada, o suporte à análise e avaliação de riscos, a geração de relatórios, a gestão de incidentes e o suporte ao monitoramento dos riscos durante a execução de processos de negócios.

Com o software, é possível gerenciar os riscos em equipe e prever causas e impactos dos riscos, além de prevenir os riscos de acordo com o cenário, já que, por ser uma ferramenta adaptável, o **ForRisco** consegue analisar aspectos alinhados à realidade organizacional em que se encontra.

A UNIFAL-MG busca, formalmente, implementar sua gestão de riscos desde 2017, com a instituição da Política de Gestão de Riscos e com o Plano de Gestão de Riscos, proposto em 2018. Esses instrumentos contêm as diretrizes necessárias para permitir o alcance dos objetivos organizacionais com o mínimo impacto dos riscos a que a universidade está exposta.

O ano de 2020, com toda sua atipicidade, colocou a instituição à prova dos inúmeros riscos gerados pela pandemia. Desse modo, ao final desse acontecimento, resta o desafio de olhar para as áreas mais prejudicadas e propor a reestruturação da gestão de riscos, de forma a reduzir os impactos em momentos como este.



Para saber mais sobre a Gestão de Risco da UNIFAL-MG, acesse: <https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/gestao-de-riscos/>

Forças e Fraquezas; Oportunidades e Ameaças

Com o intuito de identificar as fontes específicas de riscos – tanto internas quanto externas – e as principais oportunidades que contribuem para o aumento da capacidade da UNIFAL-MG atingir seus objetivos, estabelecidos, utiliza-se a ferramenta de análise de **SWOT: Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats** (em português, análise **FOFA: Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças**), como diagnóstico. As Forças e Fraquezas estão ligadas aos fatores internos da instituição, dependendo da equipe e das estratégias organizacionais. Por outro lado, as Oportunidades e Ameaças estão ligadas aos fatores externos, ou seja, a fatores políticos e econômicos do local, entre outros.

A Figura 10 ilustra a análise SWOT aplicada à UNIFAL-MG, elaborada a partir de um *brainstorming* (tempestade de ideias) pelos gestores, onde resta demonstrado que a análise de SWOT possui os principais riscos, divididos em fraquezas e ameaças, para os quais a universidade possui o Plano de Gestão de Riscos, e as principais oportunidades, para as quais a mesma possui o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).



Ambiente interno

FORÇAS (Strengths)



Prevenção de doenças e promoção da saúde dos servidores e discentes;
 Espaço reservado para a comunidade universitária para socialização de saberes e diálogos entre os participantes;
 Oficinas para discentes;
 Incentivo à participação dos discentes em esportes, atividades físicas e lazer;
 Acolhimento psicológico para servidores e discentes;
 Modernização da estrutura física da instituição;
 Ações voltadas para a efetividade da expansão e inclusão da educação superior;
 Capacitação de servidores em processo de qualificação e requalificação;
 Qualidade do ensino;
 Desenvolvimento de relatórios anuais de desempenho institucional;
 Dados institucionais atualizados;
 Elaboração de planos, projetos e propostas de convênios, relacionadas à gerência;
 Indicadores internos, com o objetivo de avaliar e otimizar a gestão informacional institucional;
 Eficiência operacional.

Ambiente externo

OPORTUNIDADES (Opportunities)

Programas de expansão do ensino superior pelo Governo Federal;
 Metas do Plano Nacional de Educação (PNE);
 Parcerias com instituições públicas;
 Mudança no perfil do corpo discente com maior representatividade de estudantes;
 Programas para ações de intercâmbio acadêmico;
 Programas de mobilidade acadêmica;
 Destaque da instituição diante da concorrência local;
 Imagem da UNIFAL-MG.



SWOT

Figura 10 - Análise SWOT da UNIFAL-MG

FRAQUEZAS (Weaknesses)



Poucos servidores efetivos;
 Servidores que não são remunerados em certas atividades e as desempenham voluntariamente;
 Resistência a mudanças na organização;
 Marketing interno e externo.

AMEAÇAS (Threats)

Situação econômica do país;
 Manutenção dos discentes que tiveram acesso por meio das cotas;
 Problemas relacionados à retenção e evasão;
 Corte de orçamento;
 Falta de políticas governamentais para formação contínua de servidores;
 Avaliação e percepção negativa da UNIFAL-MG pela sociedade local, estadual, federal e internacional.



Canais de Comunicação com a Sociedade



A UNIFAL-MG possui vários canais de comunicação com a sociedade. Para isso, há dois órgãos suplementares e apoio e uma comissão que sustentam essa ponte entre a universidade e a sociedade: a Diretoria de Comunicação Social (Dicom) e a Ouvidoria e Comissão Própria de Avaliação (CPA), já mencionadas anteriormente. A Dicom tem como principal objetivo o aperfeiçoamento dos processos de comunicação institucional e seus públicos, a partir de mecanismos e instrumentos estratégicos de comunicação.

Entre os canais de comunicação mais utilizados atualmente – as redes sociais – a UNIFAL-MG está no **Instagram**, com o perfil oficial @unifalmg, e com perfis oficiais de Pró-Reitorias e Unidades Acadêmicas. A instituição também está no **Facebook**, com o perfil @unifalmgoficial, no **Youtube**, no **Whatsapp**, no **Twitter**, com o perfil @unifalmgOFICIAL, e no **Spotify**, com vários Podcasts.



UNIFALMG

Mire a câmera do seu celular no QR Code ao lado e siga o Instagram da UNIFAL-MG!



Mire a câmera do seu celular no QR Code ao lado e abra uma conversa com a UNIFAL-MG no Whatsapp!



Além das redes sociais, há o sítio oficial da UNIFAL-MG, que contempla todas as atividades da universidade, assim como notícias, editais, acesso a informação, entre outros.



<https://www.unifal-mg.edu.br/portal/>

Outro canal de comunicação utilizado pela UNIFAL-MG é a rádio Federal de Alfenas FM, 101,3 MHz, Canal 267, que é uma emissora educativa da Fundação de Apoio a Universidade Federal de Alfenas-MG (FACEPE). O objetivo da rádio Federal FM é levar à população de Alfenas e região uma programação cultural e musical de qualidade, bem como divulgar as ações, serviços e projetos da universidade. Apesar da explosão das novas mídias sociais, o rádio continua sendo um canal de comunicação democrático e muito utilizado.



Para saber mais e ouvir a rádio Federal FM, acesse:
<http://www.radiofederalfm.com.br/>



Resultados da Gestão

2

Ensino, Pesquisa e Extensão

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do vírus Sars-Cov-2, causador da Covid-19, que impactou e transformou a realidade do mundo todo. Com a UNIFAL-MG não foi diferente. Assim como a vida de toda a população, a Instituição viveu um período de profundas incertezas, que exigiram uma rápida e precisa decisão da gestão para que as atividades e serviços oferecidos não parassem e prejudicassem a comunidade acadêmica e a sociedade.

Uma das primeiras iniciativas da UNIFAL-MG para o enfrentamento da pandemia foi a criação do Comitê de Acompanhamento e Prevenção da infecção pelo novo Coronavírus (Covid-19), no dia 14 de março de 2020, constituído por profissionais de diferentes setores, com o objetivo de estabelecer ações institucionais e protocolos a serem seguidos a fim de evitar a propagação do vírus, de modo auxiliar na tomada de decisões da gestão.

Em relação ao Ensino, Pesquisa e Extensão, foram desempenhadas diversas ações, as quais serão abordadas a seguir.



UNIFAL-MG CONTRA O CORONAVÍRUS

Ensino

No que tange ao ensino, medidas como a suspensão das atividades acadêmicas presenciais a partir da suspensão do Calendário Acadêmico (Resolução Consuni/UNIFAL-MG nº 02/2020) e a adoção do Ensino Remoto Emergencial (ERE – Resolução CEPE/UNIFAL-MG nº 04/2020), que consiste na oferta de atividades curriculares por meio de tecnologias digitais de informação e comunicação (TIC), como as plataformas Moodle e G Suit for Education, durante o período de vigência do isolamento social e da suspensão de atividades acadêmicas presenciais, foram as principais soluções adotadas para minimizar as consequências da pandemia.

Durante a primeira etapa do ERE, realizada no período de 3 de agosto a 24 de outubro de 2020 (Resolução Prograd/UNIFAL-MG nº 16/2020), a UNIFAL-MG teve a adesão de 5470 discentes. Foram ofertadas 705 disciplinas em 1109 turmas. Ao todo, foram 21.714 matrículas nas disciplinas, que resultaram em 18.557 aprovações e 3.137 reprovações. Em termos percentuais, a taxa de aprovação de 85% no ERE foi relativamente maior comparado à oferta feita em 2019/1, em formato presencial, na UNIFAL-MG.



Conhecimento a serviço da sociedade

Como forma de prevenção à Covid-19, a UNIFAL-MG adotou o formato remoto das aulas e, também, o sistema de formaturas por webconferência.

*Mais de **800 concluintes** participaram das cerimônias virtuais.*

A segunda etapa do ERE se iniciou em 18 de novembro de 2020 e se encerrou no dia 2 de abril de 2021 (Resolução Prograd/UNIFAL-MG nº 30/2020). No ERE II, foram ofertadas 980 turmas.



Visando atender à demanda institucional, sobretudo no que se referiu ao ERE e ao uso de tecnologias, o Programa de Desenvolvimento Profissional e Formação Pedagógica Docente (PRODOC) promoveu uma capacitação envolvendo várias temáticas acerca do momento atípico imposto pela pandemia e vivido pela universidade.

O projeto aconteceu ao longo do ano de 2020 e atendeu todo o quadro docente da UNIFAL-MG, tendo em vista a necessidade de construção e aprofundamento dos conhecimentos em torno de concepções adequadas à modalidade de ensino remoto emergencial. A oferta também se estendeu a técnicos administrativos em educação (TAE) da UNIFAL-MG, visto que eles também desempenham atividades que se relacionam com a dimensão pedagógica.

É importante destacar que foi solicitado à Diretoria de Comunicação Social (Dicom) e ao Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) que todas as atividades desenvolvidas por meio do suporte técnico e transmitidas pelo canal oficial da UNIFAL-MG no YouTube fossem gravadas e disponibilizadas em uma playlist específica do PRODOC.

O programa realizou 18 módulos em 2020, com participação total de 58 palestrantes, que abordaram temas como o processo de ensino e aprendizagem mediado por tecnologias; planejamento e avaliação no ERE; rodas de experiências e metodologias ativas. Ao todo, foram realizadas 2864 inscrições de docentes e TAEs, e 706 inscrições de participantes da comunidade externa, numa média de 198 participantes por módulo.

Com relação à avaliação dos cursos de graduação, em 2020 foi divulgado pelo Inep o resultado dos cursos participantes do Enade 2019. Dos nove cursos da UNIFAL-MG que foram avaliados, três obtiveram a nota máxima, o conceito 5: Engenharia Ambiental, Fisioterapia e Medicina. Cinco cursos alcançaram o conceito 4 - Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Nutrição e Odontologia -, e um curso conquistou a nota 3 - Engenharia Química. Dos cursos ofertados pela UNIFAL-MG, merecem destaque os cursos de Fisioterapia, que é um dos três mais bem avaliados da área no país; Biomedicina, que fica na 9ª posição como o mais bem avaliado da área; Engenharia Ambiental, que se posiciona no 15º lugar mais bem avaliado da área, e Medicina, que obteve nota máxima nos indicadores Conceito Enade e IDD.

Quanto aos programas de graduação, foram elaborados e abertos, por intermédio do Departamento de Programas, Avaliação e Sistema Acadêmico (DPASA), 21 novos editais de seleção de bolsistas e não bolsistas para os seguintes programas: monitorias; programa de educação tutorial (PET); programa institucional de bolsas de iniciação à docência (PIBID); e residência pedagógica. Pelo programa de mobilidade acadêmica, a UNIFAL-MG recebeu um discente da outra Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) para cursar disciplinas, e quatro discentes da UNIFAL-MG estão cursando disciplinas em outras IFES no Brasil.



Por fim, com vistas a reforçar o **Ensino** e a **Pesquisa**, a UNIFAL-MG, por meio do Sistema de Bibliotecas (SIBI), contratou dois serviços de acervo virtual para garantir à comunidade acadêmica o acesso ilimitado a e-books, 24 horas por dia, de qualquer lugar, a partir dos provedores: *Biblioteca Virtual da Pearson e a Minha Biblioteca*. Com a disponibilização do acervo virtual, a comunidade acadêmica terá acesso direto e simultâneo a mais de 19.000 títulos das diversas áreas, ampliando, assim, o acesso à informação nas diversas áreas do conhecimento. Os títulos disponíveis também contribuirão para os docentes elaborarem os planos de estudo com as bibliografias básica e complementar.

“A Pandemia impulsionou a efetivação dessas assinaturas, pois provocou não só a necessidade de disponibilizar livros licenciados em meio digital, como também de realizar adequações a fim de contribuir para a continuidade de estudos e pesquisas de maneira remota. Essa foi, portanto, uma conquista para toda a comunidade, efetivando uma das ações definidas no PDI 2021-2025”.

Patrícia Conceição da Silva
Diretora do Sistema de Bibliotecas
da UNIFAL-MG



Além das plataformas mencionadas, contratou-se também a Plataforma *UpToDate*, uma base de dados digital que publica revisões em especialidades e subespecialidades da Medicina, disponibilizando acesso à síntese de conhecimento atualizado e revisado por mais de 6 mil especialistas de renome internacional, de modo a auxiliar, portanto, o exercício da prática clínica e terapêutica dos cursos da área de saúde na universidade.

Outra iniciativa que buscou reforçar o **Ensino** foi a “*Ação de Apoio aos Cursos de Graduação em Medicina das Universidades Federais que não possuem hospitais universitários próprios*”, para fins de práticas durante o internato médico. Essa ação buscou incentivar a implantação de melhorias na rede de saúde, em especial a atenção terciária à saúde (hospitais e pronto atendimentos), a qual serve como cenário de práticas do internato médico do curso de medicina da UNIFAL-MG, que não possui hospital próprio, com vistas a garantir a qualidade no processo de formação médica, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais de Medicina. Para tanto, foi realizado um aporte de aproximadamente R\$ 1 milhão, via Termo de Execução Descentralizada (TED). Além dessa ação, há também a Preceptoria, desenvolvida na Instituição desde 2018, cujo objetivo é garantir a supervisão do treinamento em serviço oferecida no internato médico, por meio de preceptoria realizada por profissionais da Rede Ensino/Serviço, em estruturas não pertencentes à UNIFAL-MG.

Pesquisa

Em relação à **Pesquisa** e **Pós-Graduação**, as atividades que foram consideradas excepcionais puderam ser mantidas presencialmente, em condições determinadas, segundo as orientações e medidas de enfrentamento à pandemia dispostas em normas e decretos.

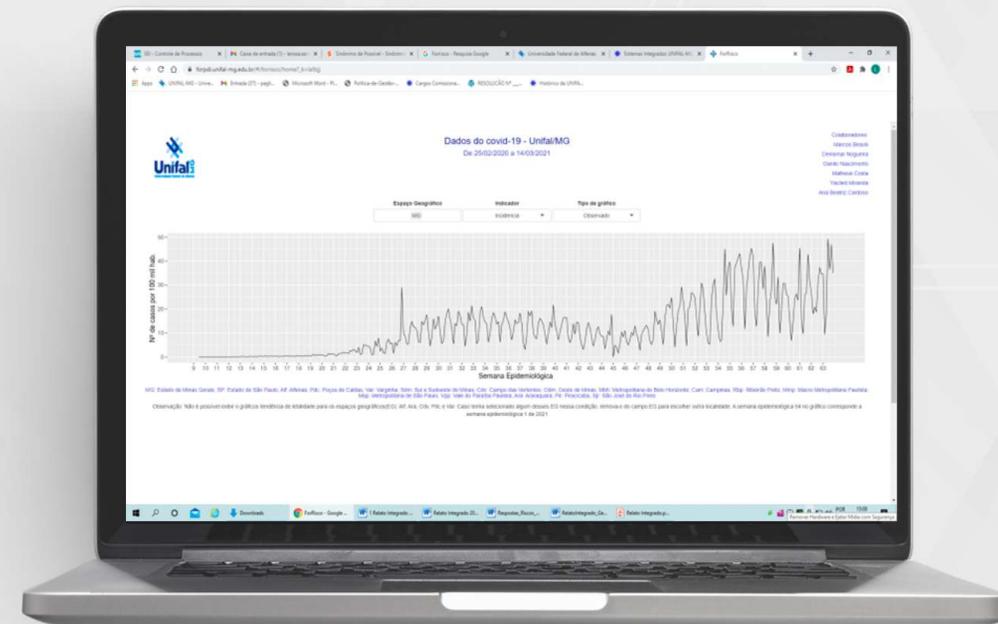
Entre as ações realizadas no âmbito da pós-graduação, destacaram-se estas: a aquisição de mesas digitalizadoras para alguns programas, a fim de viabilizar determinados conteúdos em modo remoto; a manutenção dos editais para concessão de bolsas de iniciação científica (IC), desenvolvimento tecnológico e inovação, concedidas pelo CNPq, além das cotas institucionais e dos editais de projetos voluntários; e, também, a concessão de bolsas institucionais de pós-graduação aos discentes estrangeiros, por meio do Convênio Institucional entre GCUB-PAEC-OEA e a UNIFAL-MG, bem como discentes selecionados nos editais internos.



Ciência e tecnologia a favor da vida

*Em 2020, foram iniciadas cerca de **20 pesquisas científicas** com temas relacionados à pandemia, como tratamento para infecções causadas pelo vírus, descoberta de novos fármacos e o monitoramento de casos de Covid-19 na região.*

Outra importante ação de enfrentamento à pandemia de Covid-19 foi a realização de uma chamada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da UNIFAL-MG, por meio do Edital nº 002/2020 - PRPPG/REITORIA, na qual foram aprovados e financiados 7 projetos multidisciplinares, desde o desenvolvimento de técnicas de análises preditivas para monitoramento, controle e prevenção de endemias e epidemias em zonas de risco a partir da modelagem de dados georreferenciados, até o desenvolvimento de produtos imunológicos, passando por métodos e detecção e, até mesmo, o uso de inteligência artificial para processamento de imagens. A chamada obteve apoio de recursos específicos para o **enfrentamento da Covid-19, na ordem de R\$ 700 mil reais.**



Confira as pesquisas relacionadas à Covid-19 realizadas pela UNIFAL-MG na página: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/noticias/pesquisa-covid-19>

Confira também a produção científica de servidores da Instituição na página: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/artigos>

Extensão

Quanto à **Extensão**, apesar da suspensão das atividades presenciais e a migração para o formato on-line, foi possível realizar várias ações que beneficiassem tanto a comunidade interna quanto a comunidade externa. Como exemplo disso, destaca-se o cursinho ENEM (em Alfenas, Poços de Caldas e Varginha), que passou a operar remotamente, produzindo material didático para auxiliar os estudantes em aulas on-line, com sala tira dúvidas; a Formação Continuada de Professores da Rede Municipal, que atendeu 1.200 professores de Alfenas durante a pandemia, de forma remota, consistindo em um curso de aperfeiçoamento com carga horária de 240 horas, no qual cada um dos cursistas escolhia, entre os diferentes módulos ofertados, aqueles que atendiam a sua área de interesse; e o programa Universidade Aberta a Terceira Idade (Unati) com seus projetos que, utilizando-se de cartas via correio e do ambiente virtual, estimulou os idosos por meio de vídeos educativos e jogos on-line, cartilhas, *post*, desafios para estimular a memória, vídeos de arte e musicais, a fim de produzir interações lúdicas com os participantes.



União e solidariedade na luta contra a Covid-19

*Somaram-se **mais de 300 ações e projetos de extensão ao longo de 2020** – vários voltados para o contexto da pandemia.*

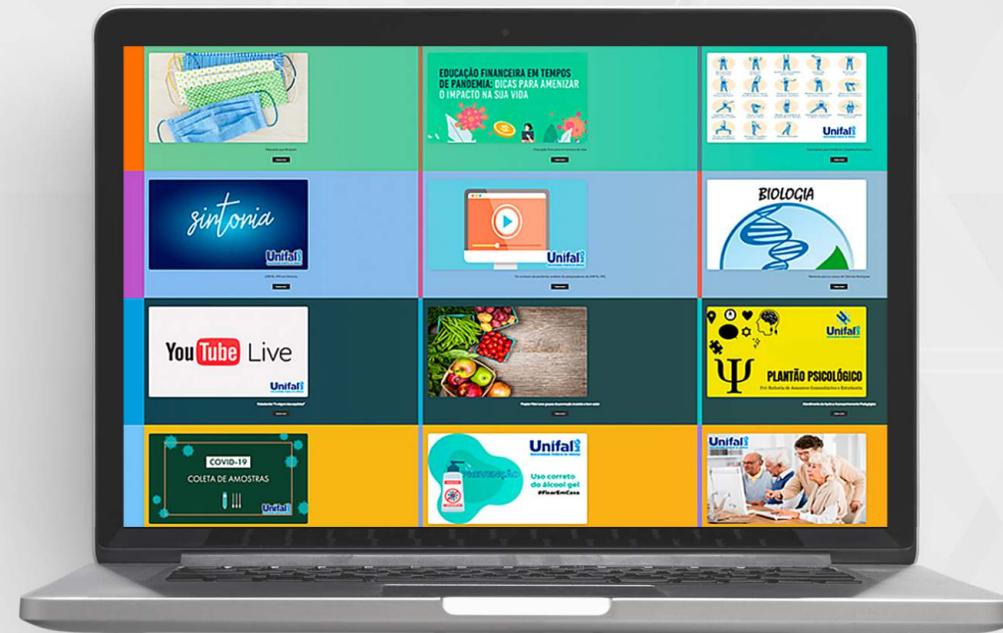
Somente ações de enfrentamento resultaram no atendimento de inúmeras pessoas da comunidade externa, por meio da produção e doação de máscaras, álcool gel, cestas básicas, materiais de orientação sobre os cuidados com a pandemia, entre outros.

Outras ações de extensão que merecem destaque foram: a produção e doação de **6.500 máscaras** para diferentes públicos, como famílias carentes, profissionais de saúde, gestantes, entre outros; a produção e doação de, mais ou menos, **400 protetores faciais** tipo face shield; a produção e doação de **900L de álcool gel** para as secretarias de saúde dos municípios onde se localizam os *campi* da UNIFAL-MG; a confecção e doação de **31 cabines de ventilação não invasiva** (VNI) para uso em hospitais; o recolhimento e distribuição de **alimentos, roupas e calçados**, realizados por servidores e estudantes, buscando minimizar as dificuldades acarretadas pela pandemia na população, fortalecendo o papel social da instituição.



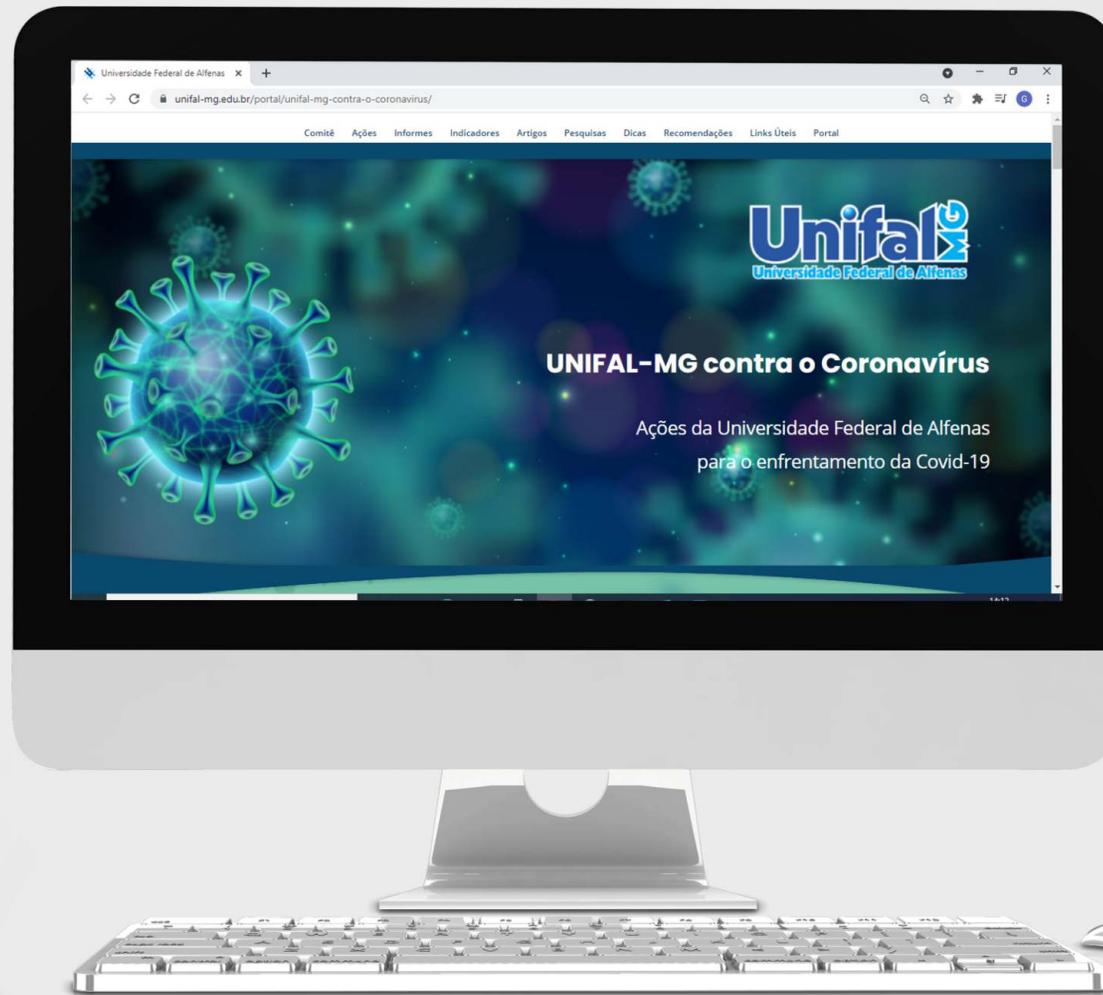
O projeto 'Máscaras que Abraçam' foi uma iniciativa institucional que reuniu doações e mãos voluntárias na confecção de máscaras, que foram distribuídas para diferentes públicos do município de Alfenas. Um especial agradecimento à rádio Federal FM, canal fundamental de divulgação, que permitiu ampliar o alcance do projeto.

Giovana de Fátima Lima Martins
Coordenadora do Projeto
"Máscaras que Abraçam"



Layout da página das ações realizadas pela UNIFAL-MG

Para saber mais sobre essas e outras ações, acesse:
<https://www.unifal-mg.edu.br/portao/acoes-de-enfrentamento-a-covid-19>



Foi criada uma página no sítio oficial da UNIFAL-MG para concentrar todas as informações sobre o Comitê, sobre as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela universidade no enfrentamento da pandemia, assim como informes, dicas, recomendações, entre outros.

Para saber mais sobre essas ações institucionais, acesse: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/unifal-mg-contr-o-coronavirus>



Inovação e Internacionalização

Agência de Inovação e Empreendedorismo

A Agência de Inovação e Empreendedorismo da UNIFAL-MG (I9/UNIFAL-MG) é a responsável por gerir a política de inovação da universidade; pela proteção da propriedade intelectual (patente, marca, programa de computador e indicação geográfica); e pela transferência de tecnologia, atuando ativamente no fortalecimento, apoio e coordenação de ações empreendedoras, bem como na articulação de parcerias entre entidades de ciência, tecnologia e inovação.



A Agência integra a Rede Mineira de Propriedade Intelectual (RMPI), uma associação que apoia e auxilia a implantação, gestão e desenvolvimento dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) junto às Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) do estado.

Entre as várias ações da I9/UNIFAL-MG em 2020, destacam-se:

Quadro 17 – Atividades realizadas pela I9/UNIFAL-MG em 2020

Desenvolvimento, aprovação e finalização de Projetos de apoio Técnico e Profissional à Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da Universidade Federal de Alfenas - NidusTec;
Aprovação da Política de Inovação da Universidade Federal de Alfenas – Resolução nº 14, de 28 de maio de 2020;
Aprovação da Resolução Empresas Juniores - Resolução nº 19, de 21 de julho de 2020;
Desenvolvimento pela equipe da Agência de Inovação de aplicativo/web para mapeamento das pesquisas e projeções de proteção (patenteabilidade/registo);
Construção da Vitrine Tecnológica da UNIFAL-MG com Parceria entre FAPEMIG e Secretaria do Estado, cujo objetivo é divulgar as pesquisas realizadas e o acesso destas pelo setor industrial;
Aprovação do MAI/DAI (Chamada Pública CNPq 12/2020 – Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico para Inovação);
Aprovação do programa Centelha, com o projeto “SearchOnMath for Research”. O Programa Centelha é uma iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações que visa estimular a criação de empreendimentos inovadores e disseminar a cultura empreendedora;
Consolidação do Convênio realizado pela Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, que regula a parceria entre os entes, visando à operacionalização e consolidação da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da Universidade Federal de Alfenas - NidusTec;
Participação na criação da Lei municipal de Poços de Caldas nº 9.443/2020, a qual institui o sistema municipal de inovação, ciência e tecnologia;
Participação no desenvolvimento parcial da Lei municipal de Alfenas nº 4.984, de 16 de dezembro de 2020, a qual institui o Fundo Municipal de Inovação Tecnológica e desenvolvimento econômico da Micro e Pequena Empresa (FMITDE/MPE);
Aprovação e solicitação da Plataforma Somos UNIFAL. A Plataforma visa mapear, com grande eficácia, as competências necessárias para cada atividade, a fim de que instituições externas possam ter conhecimento das expertises alocadas na UNIFAL-MG, com o intuito de formar possíveis parcerias;
Total de 227 (duzentos e vinte e sete) atendimentos entre docentes, discentes e comunidade Externa, obtendo um aumento de 289% em relação ao ano de 2019.

Política de Inovação

Em 28 de maio de 2020, foi aprovada a Política de Inovação da UNIFAL-MG, por meio da Resolução nº 14, que estabelece uma política institucional de inovação e de pesquisa científica e tecnológica para nortear a organização e a gestão dos processos orientadores da geração de inovação tecnológica e a transferência de tecnologia na UNIFAL-MG, em consonância com as prioridades da política nacional de ciência, tecnologia e inovação.

A política de inovação é uma forma de disciplinar os procedimentos para o fomento da pesquisa por organizações públicas e privadas, para a proteção da propriedade intelectual e para a transferência, o licenciamento e a cessão de tecnologias e critérios para repartição dos resultados no âmbito da UNIFAL-MG, lastreado na Lei nº 10.973/2004, na Lei nº 13.243/2016, no Decreto nº 9.283/2018 e demais dispositivos legais aplicáveis.

Conheça a Política de Inovação pelo link:

<https://www.unifal-mg.edu.br/i9unifal/agencia-de-inovacao/politica-de-inovacao/>

Empresas Juniores

O apoio à criação de empresas juniores e à coordenação de ações para o gerenciamento destas também é uma das competências da I9/UNIFAL-MG. Atualmente, há 9 empresas juniores na UNIFAL-MG.



Para saber mais sobre as Empresas Juniores da UNIFAL-MG, acesse:
<https://www.unifal-mg.edu.br/i9unifal/empreendedorismo/empresas-juniores/empresas-juniores-unifal-mg/>

Propriedade Intelectual

A Agência de Inovação e Empreendedorismo realiza a gestão da propriedade intelectual da universidade. No total, são 27 patentes, das quais 7 foram depositadas no exercício de 2020; 25 marcas, sendo 1 registrada em 2020; e 44 programas de computador, dos quais 2 foram depositados em 2020.



Incubadora

A NidusTec é a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da UNIFAL-MG, cujo objetivo é oferecer o apoio necessário para o desenvolvimento, crescimento e consolidação das empresas nascentes, micro e pequenas empresas de Alfenas e região, consolidando-as e preparando-as para competir no mercado, tendo como base a difusão do empreendedorismo.

No ano de 2020, a incubadora manteve as parcerias com as Prefeituras Municipais de Alfenas e de Poços de Caldas; com a Associação Comercial e Industrial de Alfenas (ACIA); e com o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicred), objetivando a obtenção de apoio e fortalecimento para o maior desenvolvimento da incubadora.

Vale ressaltar que a NidusTec deu início, em 2020, ao processo seletivo para seleção de dois bolsistas para atuarem nas incubadoras de Alfenas e de Poços de Caldas, em que cada bolsa possui o valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) mensais para 40 (quarenta) horas semanais durante 24 (vinte e quatro) meses. Para concorrer, o candidato precisaria ter graduação nas áreas do direito, administração, publicidade e engenharias, bem como o interesse em atuar no contexto de incubadora de empresas, inovação e empreendedorismo.



Parcerias

A Diretoria da Agência de Inovação e Empreendedorismo se esforçou para fortalecer as parcerias regionais com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - **Sebrae**; com a Associação Comercial e Industrial de Alfenas - **ACIA**; e com as Prefeituras Municipais de Alfenas e Poços de Caldas.

Além das parcerias regionais, buscou-se, também, o fortalecimento de parcerias com instituições de inovação e empreendedorismo nacionais, como o Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia - **FORTEC**; com a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - **Anprotec**; com a Rede Mineira de Inovação - **RMI**; e com a Rede Mineira de Propriedade Intelectual - **RMPI**.

Houve a parceria com a instituição internacional *Wadhvani Foundation*, que é uma organização sem fins lucrativos, com a missão principal de acelerar o desenvolvimento econômico em economias emergentes, impulsionando a criação de empregos. A Fundação, em parceria com a I9/UNIFAL-MG, promoveu capacitação da docente Izabella Bastos e do docente Claudio Lima, para atuarem na disciplina de empreendedorismo com as ferramentas e sistema da *Wadhvani Foundation*.

Espaço Maker

Em 2020, iniciou-se a organização do Espaço Maker, um ambiente colaborativo presente nos três *campi* da UNIFAL-MG, e que promoverá a inovação aberta por meio de um espaço adequado, com a devida infraestrutura e com materiais e equipamentos, como impressoras 3D, disponíveis para uso. O Laboratório Aberto (FABLAB/UNIFAL-MG) será uma área reservada para expandir a criatividade, onde todos poderão idealizar e fazer coisas, a toda hora. Dessa forma, a UNIFAL-MG terá o espaço ideal para fomentar a cultura *maker*, com foco em *startups*, “*open innovation*” e educação *maker*.

Com o FABLAB/UNIFAL-MG, pretende-se contribuir para o aumento da geração da inovação e do desenvolvimento tecnológico da universidade, beneficiando toda a comunidade acadêmica – discentes de graduação e pós-graduação, docentes e pesquisadores da instituição, *startups spin-offs* dos programas da universidade – entre outros membros da comunidade *maker* da UNIFAL-MG, como por exemplo, servidores técnicos-administrativos, empreendedores de *startups* apoiadas pela NidusTec e discentes e docentes de outras instituições que venham participar de projetos coordenados pelo FABLAB/UNIFAL-MG.



Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais

A Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (DRI) é o órgão responsável por dirigir e operacionalizar a celebração de parcerias, acordos e convênios, e auxiliar a comunidade universitária em relações acadêmico-científicas com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais. A principal missão da DRI é promover a inserção da UNIFAL-MG no cenário nacional e internacional, por meio da cooperação interinstitucional para o desenvolvimento acadêmico, cultural, social, científico e tecnológico, intercâmbio de práticas, mobilidade internacional de servidores e discentes.



Parcerias Internacionais em 2020

No ano de 2020, a DRI, com o objetivo constante de expandir as relações acadêmicas com instituições estrangeiras, firmou algumas parcerias, tais como: Acordo de Cooperação Científica com a Gaia Education - Escócia; Termo de Parceria com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais - Angola; Carta de Intenção com o Instituto de Recursos Naturais da Finlândia - LUKE - Finlândia; Convênio de Colaboração com Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência "Raimundo Lúlio" (RAMON LLULL) - Espanha.

Essas parcerias são solicitadas pelos servidores das unidades acadêmicas e setores da universidade com interesse em desenvolver pesquisas na área do ensino, pesquisa e extensão, que contribuam com o desenvolvimento de ambas as instituições. Com isso, busca-se o fortalecimento das capacidades de troca de conhecimentos e experiências, o que beneficia a todos os envolvidos. A DRI é responsável por dirigir e operacionalizar a celebração dessas parcerias, auxiliando a comunidade acadêmica nas relações externas à universidade.

Parcerias Nacionais em 2020

A DRI auxilia também nas parcerias nacionais. No ano de 2020, foram celebrados mais dois convênios, um com a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP e o outro com a Clínica Psiquiátrica de Alfenas-MG. Foram quatro Termos de Cooperação Técnica, sendo eles: Empresa Carbofibras em Rio Claro-SP, Empresa OPT Brasil em Santo Antônio da Posse-SP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (Pouso Alegre-MG) e com o Município de Andradas-MG.

Adesão a Programas em 2020

Em 2020, a UNIFAL-MG, por meio da DRI e da Pró-Reitoria de Graduação, aderiu a mais um Programa, o PEC-G, que é um programa originalmente criado pelo Decreto nº 55.613 de 1965, e atualmente regido pelo Decreto nº 7.948. Esse programa oferece a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de realizar seus estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. É administrado pelo Ministério das Relações Exteriores, por meio da Divisão de Temas Educacionais, e pelo Ministério da Educação, em parceria com Instituições de Ensino Superior em todo o país. No último edital do PEC-G, foram selecionados quatro alunos estrangeiros que virão estudar nos cursos de Medicina e Administração Pública da UNIFAL-MG. Três alunos são do país Cabo Verde e um do país de Guiné-Bissau - ambos se localizam no continente Africano.

Emitidos
2
Passaportes
Oficiais

A DRI também orienta e auxilia servidores da Universidade que querem emitir o passaporte oficial. Este é um documento regulado pelo Decreto 5.978/2006, que identifica aqueles que pretendem realizar viagens ao exterior em missão oficial. No ano de 2020, foram emitidos mais dois passaportes oficiais para servidores da UNIFAL-MG.

Prestação de Serviços como Valor Público

Além dos serviços educacionais diretamente prestados à sociedade, a UNIFAL-MG também oferece serviços abertos à comunidade, por meio das clínicas de Fisioterapia, Odontologia e Medicina; do Laboratório Central de Análises Clínicas; do Núcleo Controle de Qualidade; e do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal.

Em 2020, os números relacionados à prestação de serviços refletiram os efeitos decorrentes da pandemia de Covid-19. Entretanto, apesar da diminuição dos atendimentos em razão da suspensão temporária dos serviços, a UNIFAL-MG pôde contribuir para o enfrentamento da pandemia por meio de serviços como exames, análises e concessão de espaço físico, entregando valor público para a sociedade.

Seguem abaixo os serviços prestados por cada unidade prestadora de serviços da UNIFAL-MG ao longo do ano de 2020.



Centro de Especialidades Médicas (CEM)

O **Centro de Especialidades Médicas (CEM)**, localizado na Unidade Educacional Santa Clara, em Alfenas, contempla atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão em atendimento médico ambulatorial. As atividades na clínica são acompanhadas pelos médicos professores e desenvolvidas por alunos do quarto, quinto e sexto anos do curso de graduação, e do primeiro ao quinto ano da residência médica, além de pós-graduandos. Atualmente, são disponibilizados 22 ambulatórios especializados, com média prevista de 500 atendimentos ao mês, nas áreas de Clínica Médica Especializada, Cirurgia Especializada, Ginecologia Especializada, Saúde Mental e Medicina de Imagem.

Em 2020, o CEM funcionou para atividades letivas do curso de medicina nos períodos pré-pandemia até 18/03/2020, retornando as atividades em 1º/06/2020 até 18/12/2020, durante a pandemia. Na CEM foram realizadas consultas de especialidades médicas, exames e pequenas cirurgias.

Quadro 18. Atividades de atendimento do CEM pré-pandemia

Consultas de Especialidades Atendidas	
Mês	Número de Atendimentos
Janeiro	106
Fevereiro	408
Março	343
TOTAL	857

Quadro 19. Retorno das atividades de atendimento na pandemia

Consultas de Especialidades Atendidas	
Mês	Número de Atendimentos
Junho	370
Julho	420
Agosto	526
Setembro	297
Outubro	244
Novembro	452
Dezembro	370
TOTAL	2.679

Quadro 20. Tipos de exames realizados pelo CEM

Exame
ECG
Colposcopia
Fundoscopia
Biópsia de vulva
Inserção de DIU
Ultrassom obstétrico
Ecocardiografia torácica
Ultrassom abdômen total
Ultrassom abdômen superior
Ultrassonografia transvaginal
Ultrassonografia mamaria bilateral
Ultrassonografia de aparelho urinário
Ultrassonografia pélvica (ginecológica)
Ultrassonografia Doppler colorido de vasos
Ultrassonografia Doppler de fluxo obstétrico
Coleta de material para exame citopatológico
Criocauterização / eletrocoagulação de colo de útero
Ultrassonografia obstétrica c/ Doppler colorido e pulsado



Clínica de Odontologia

A Clínica de Odontologia da UNIFAL-MG, localizada Sede, em Alfenas, é um centro de referência na área de Odontologia para toda a região. O atendimento odontológico oferecido abrange os mais variados tipos de procedimentos (preventivo, interceptivo e curativo), procurando sempre devolver aos pacientes a saúde bucal e, ao mesmo tempo, o seu bem-estar físico, mental e social.

Em 2020, os atendimentos da Clínica de Odontologia ocorreram até 18/03/2020, quando foram suspensas as atividades em detrimento da pandemia.

Quadro 21. Informações gerais sobre a clínica de odontologia

Descrição	Quantidade
Pacientes atendidos	701
Atendimentos realizados	1.047
Procedimentos realizados	3.607
Estomatologia¹	420

¹Atendimento a pacientes com câncer bucal

Quadro 22. Especialidades das Clínicas de atendimento ao público

Especialidades
Clínica
Cirurgia
Endodontia
Estomatologia
Odontopediatria
Cirurgia Periodontal
Prótese Fixa Unitária
Dentística Preventiva e Restauradora
Radiologia Odontológica e Imaginologia



Clínica de Fisioterapia

A Clínica Escola de Fisioterapia “Profa. Dra. Ana Cláudia Bonome Salate”, do Instituto de Ciências da Motricidade (ICM) da UNIFAL-MG, vinculada ao curso de Fisioterapia, compõe a rede municipal de fisioterapia prestando atendimento à comunidade via SUS. A Clínica prioriza as ações de reabilitação e prevenção interdisciplinar e humanizada, na área de saúde, visando ao avanço do conhecimento científico, à formação dos alunos e ao atendimento às necessidades da comunidade na promoção da qualidade de vida. Esse fomento ocorre por meio de atividades de estágio supervisionado em diversas áreas, como Pediatria, Neurologia, Musculoesquelética, Gerontologia, Dermatofuncional, Saúde da Mulher, Cardiovascular, Pneumológica, Hidroterapia, Reumatologia, Uroginecologia, e de atividades de Pesquisa e Extensão, além do atendimento voltado para orientações farmacêuticas e nutricionais, realizadas, em horários específicos, por profissionais das respectivas áreas.

Em 2020, os atendimentos tiveram que ser encerrados devido à pandemia. Dessa forma, só foram realizados atendimentos até o mês de março, totalizando 1.656, cerca de 14.500 atendimentos a menos que em 2019.

O quadro 16 apresenta os diversos tipos de atendimento que a clínica oferece.





Quadro 23. Áreas de atendimento oferecidos pela Clínica de Fisioterapia

Fisioterapia Pediátrica

Fisioterapia Cardiológica

Fisioterapia Neurológica

Fisioterapia Pneumológica

Fisioterapia Dermatológica

Retorno Sessão de Hidroterapia

Fisioterapia em Saúde da Mulher

Retorno Fisioterapia Pediátrica

Retorno Fisioterapia até 60 anos

Retorno Fisioterapia Cardiológica

Retorno Fisioterapia Neurológica

Retorno Fisioterapia Pneumológica

Retorno Fisioterapia Dermatológica

Fisioterapia Ortopédica até 60 anos

Fisioterapia - Sessão de Hidroterapia

Retorno Fisioterapia em Saúde da Mulher

Sessão de acupuntura com inserção de agulhas

Retorno Fisioterapia Geriátrica a partir de 60 anos

Fisioterapia Geriátrica somente acima de 60 anos

Sessão de acupuntura aplicação de ventosas s/ moxa

Atendimento fisioterapêutico nas alterações motoras

Laboratório de Análises Clínicas (LACEN)

O Laboratório Central de Análises Clínicas (LACEN), órgão complementar da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF/UNIFAL-MG), objetiva desenvolver e disponibilizar competências e serviços laboratoriais por meio de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O LACEN, por ser considerado serviço essencial, não interrompeu seu funcionamento em nenhum momento durante a pandemia, adequando-se às novas medidas de biossegurança impostas pelo período. Assim sendo, atuou na realização de exames laboratoriais nos diversos setores das Análises Clínicas (bioquímica, imunologia, hematologia, urinálise, hormônios, parasitologia e microbiologia), pelos convênios SUS, Unimed e GRU, para a população de Alfenas e região, bem como à comunidade da UNIFAL-MG (servidores, alunos e funcionários terceirizados). Além disso, o LACEN também atuou na prestação de esclarecimentos à população quanto aos fatores de risco, a importância do diagnóstico precoce, formas de prevenção, tratamento e controle das diversas doenças; bem como na orientação aos indivíduos com resultados alterados, a importância do acompanhamento médico para o controle e ou tratamento da condição apresentada.



Em julho, iniciou-se a realização dos testes rápidos para Covid-19. Nesse período, o LACEN firmou parceria com a Prefeitura Municipal de Alfenas, na realização de testes para Covid-19 em técnicos de enfermagem dos PSFs (143 testes) e em funcionários do PROESC (30 testes). Além disso, foram realizados 850 testes para a comunidade da UNIFAL-MG e 325 testes para a população em geral, totalizando 1.348 testes.

Realizou-se, também, uma parceria com o projeto “Monitoramento da circulação de SARS-CoV-2 no sul de Minas Gerais”, coordenado pelos docentes Luiz Cosme Cotta Malaquias e Luiz Felipe Leomil Coelho, em que foram atendidos 118 pacientes.

O LACEN obteve um faturamento anual de R\$457.880,48 pelo convênio SUS, R\$81.264,00 pagamentos via GRU e R\$7.730,80 pelo convênio Unimed.



Para saber mais sobre os serviços oferecidos pelo LACEN, acesse: <https://www.unifal-mg.edu.br/lacen/olaboratorio>

Núcleo Controle de Qualidade (NCQ)

O Núcleo Controle de Qualidade (NCQ), órgão complementar da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF/UNIFAL-MG), é um laboratório habilitado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para estudos analíticos de fármacos e medicamentos e equivalência farmacêutica de medicamentos, bem como pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para realização de análises físico-químicas e microbiológicas de produtos farmacêuticos. Com o objetivo de contribuir com as Políticas Nacionais de Assistência Farmacêutica e de Medicamentos, o NCQ busca garantir a qualidade, eficácia e segurança dos medicamentos comercializados no país. Como parte da UNIFAL-MG, compromete-se ativamente no desafio de aprimorar a qualidade de seus serviços, incentivar o espírito científico inovador, promover a qualificação da equipe e dos futuros profissionais do mercado de trabalho, por meio da integração do ensino, pesquisa e extensão.

Em 2020, com a suspensão do calendário acadêmico em março e posterior retorno das atividades de prestação de serviços em maio, o NCQ operou com capacidade de horário de trabalho reduzida em face das restrições impostas pela pandemia. Deste modo, foram realizadas análises microbiológicas de insumos farmacêuticos ativos (IFAs), bases galênica, medicamentos e cosméticos; análises físico-químicas e microbiológicas de água potável e purificada; análises físico-químicas de medicamentos e cosméticos; análises físico-químicas de insumos farmacêuticos ativos (IFAs) e estudos de equivalência farmacêutica para registro de medicamento genérico.



O quadro 24 apresenta o quantitativo de certificados emitidos pelo NCQ no atendimento às necessidades da prestação de serviços, para a comunidade interna e externa da UNIFAL-MG.

Quadro 24. Demonstrativo de certificados analíticos emitidos pela prestação de serviço em 2020

Amostras	Certificados analíticos emitidos
<i>Diluído</i>	10
<i>Água potável</i>	332
<i>Base galênica</i>	912
<i>Água purificada</i>	1.227
<i>Matérias-primas FQ</i>	252
<i>Produto acabado FQ</i>	707
<i>Matérias-primas MICRO</i>	180
<i>Produto acabado MICRO</i>	377
<i>Produto acabado FQ/MICRO</i>	19
TOTAL	4.018

Os estabelecimentos conveniados e, também, a demanda apresentada pelos clientes não conveniados para realização da prestação de serviço junto ao NCQ se constitui em farmácias de manipulação de medicamento, clientes que possuem poços artesiano/minas, laboratórios de análises clínicas, hospitais, indústrias de cosméticos, e também a comunidade interna da própria universidade, somando 233 clientes espalhados pelo Brasil em 2020, conforme apresentado na figura 11.



Figura 11 - Clientes atendidos pela prestação de serviço e suas localidades

Para saber mais sobre os serviços oferecidos pelo NCQ, acesse:
<https://www.unifal-mg.edu.br/ncq>

Como partes das ações desenvolvidas pela UNIFAL-MG para enfrentamento da pandemia, no mês de abril, foram produzidos cerca de 900L álcool etílico a 70° INPM pela Farmácia Universitária da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, em parceria com o Instituto de Química e a Pró-Reitoria de Extensão. Os produtos foram analisados pelo NCQ para atestar a qualidade do álcool produzido, os quais foram doados para as Secretarias Municipais de Saúde de Alfenas (650L), Poços de Caldas (150L) e Varginha (100L) para serem utilizados no sistema público de saúde.



Imagem do Álcool etílico a 70° INPM produzido, analisado e doado pela UNIFAL-MG



Equipe formada por integrantes da Farmácia Universitária, Instituto de Química, Pró-Reitoria de Extensão e Núcleo Controle de Qualidade da UNIFAL-MG

Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF)

O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) é um projeto desenvolvido pela Receita Federal, em parceria com Instituições de Ensino Superior (IES), cujo objetivo de oferecer apoio tributário e fiscal gratuito para pessoas físicas e jurídicas de menor poder aquisitivo, não substituindo, porém, um escritório de contabilidade.



A ideia principal do projeto é proporcionar aos alunos contato com atendimento ao público e com a atividade de assessoria e consultoria nas áreas contábil e fiscal, colocando em prática todo o conhecimento adquirido em sala de aula e nas demais atividades de ensino e extensão universitária, de modo a oferecer, ao mesmo tempo, suporte e atendimento gratuito a pessoas físicas, micro e pequenas empresas, MEI e afins.

A UNIFAL-MG Campus Varginha faz parte deste projeto desde o segundo semestre de 2018 e, a partir de então, vários serviços são ofertados no campus da universidade, como mostra o quadro 25.

Quadro 25. Tipos de serviços atualmente ofertados pelo NAF/UNIFAL

Inscrição e 2ª via do CPF;
Agendamento de horário na Receita Federal do Brasil;
Declaração Simplificada de Imposto de Renda (Pessoa física);
Orientações sobre Declaração do Imposto de Renda (Pessoa Física);
Consulta cadastral e fiscal de Pessoa Física e Jurídica perante a RFB;
Inscrição, emissão de guias e realização da declaração anual do MEI.

Os atendimentos são gratuitos e realizados por alunos da UNIFAL-MG campus Varginha, previamente selecionados e capacitados, sob coordenação do professor responsável. Além disso, o NAF tem por objetivo promover minicursos e palestras a toda a comunidade acadêmica e sociedade em geral, visando promover a educação e conscientização tributária/fiscal.

Devido à pandemia, deflagrada em março de 2020, os atendimentos passaram a ser realizados exclusivamente via redes sociais (Instagram e Facebook), e-mail (naf@unifal-mg.edu.br) e por vídeo chamada, após agendamento prévio por meio de um dos canais mencionados. Além disso, são publicados diversos materiais de auxílio, divulgação e compartilhamento de conhecimento nas redes sociais do projeto.

Mesmo com a pandemia, o NAF alcançou o maior número de atendimentos desde a sua fundação e ficou em 10º lugar no número de atendimentos em 2020, entre os mais de 50 NAF do estado de Minas Gerais.





Para saber mais sobre todos os serviços oferecidos pela UNIFAL-MG ao cidadão, disponíveis na Carta de Serviços ao Usuário, acessível pelo link:
<https://www.unifal-mg.edu.br/portal/wp-content/uploads/sites/52/2020/02/Carta-de-Servicos-2020.pdf>



Imagem aérea da unidade Santa Clara da UNIFAL-MG

Principais Investimentos

Esta seção se reporta aos investimentos em infraestrutura da UNIFAL-MG no ano de 2020, com ênfase nas principais ações realizadas, ou seja, naquelas que impactaram ou irão impactar significativamente a comunidade acadêmica e a sociedade.

É sabido que 2020 foi um ano extremamente desafiador para as atividades de planejamento, pois com as mudanças geradas pela pandemia da Covid-19, diversas ações que estavam previstas não puderam ser realizadas. Outras, que não estavam previstas, tiveram de ser elaboradas tanto pela necessidade quanto pelo redimensionamento de recursos que foram economizados em razão do processo de interrupção das atividades acadêmicas e administrativas presenciais.

As despesas de caráter continuado, como energia elétrica, água e esgoto, telefonia, materiais de laboratórios, transportes, diárias, passagens, bolsas, entre outras, foram afetadas pela falta de atividades presenciais, tendo sido diminuídas, em alguns casos, substancialmente. Essas rubricas são aprovadas no Orçamento Geral da União (OGU) e, também, no orçamento da Universidade.

Com isso, considerando as demandas institucionais em áreas como manutenção, obras e equipamentos, os recursos foram redirecionados a fim de as cumprir. Além disso, houve, também, um aporte significativo de recursos do Ministério da Educação (MEC) para a universidade, direcionando esforços para problemas estruturais existentes na instituição.



Obras

Prédio da Faculdade de Odontologia na Unidade Santa Clara

Há anos a Universidade vem tendo dificuldades no atendimento a normas, como sanitárias, relativas à prevenção de incêndios e de normas de acessibilidade, dado que o prédio onde atualmente funcionam as Clínicas e Laboratórios Odontológicos foi construído na década de 70. Desse modo, em virtude das condições lá existentes, temos um funcionamento de forma precária, gerando prejuízos acadêmicos, pois, os alunos são formados em um ambiente fora das normas, e, também, prejuízos sociais, pois o cidadão não tem acesso de forma plena devido à escassez de espaço, bem como à ausência de acessibilidade.

Ressalta-se que o curso de Odontologia da UNIFAL-MG, além de possuir cerca de 500 alunos matriculados na graduação, formar aproximadamente cem alunos por ano e possuir programas de mestrado com mais ou menos 20 alunos, atendeu nos últimos cinco anos a cerca de **30 mil pacientes**, numa amplitude de **144 cidades da região do sul de Minas Gerais**.

Dada essa situação dramática, a UNIFAL-MG passou a buscar meios para tornar possível a construção de um novo prédio que atendesse a todas as exigências sanitárias, bem como, fosse um local apropriado para as atividades acadêmicas e atendimento à população. Para tanto, ainda em 2019, a UNIFAL-MG participou de um Edital de Emendas Parlamentares do Partido Novo, no qual a instituição pleiteava recursos para a construção de novas clínicas para a Faculdade de Odontologia. No entanto, embora a UNIFAL-MG tenha passado na primeira fase, foi desclassificada posteriormente em função do elevado valor da demanda.

Em 2020 a demanda foi apresentada ao Secretário de Educação Superior que se sensibilizou com a situação e se comprometeu e envidar esforços para apoiar a construção de um espaço adequado às atividades acadêmicas. Posteriormente, em 07/08/2020, por meio do Ofício nº 310/2020/CGPO/DIFES/SESU/SESU-MEC, foi alocado o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA – 2021) para apoio à construção do Prédio da Faculdade de Odontologia.

Contudo, como se trata de um projeto de valor expressivo, o montante alocado não seria suficiente. Por isso, e considerando a atipicidade do ano de 2020, com o redimensionamento de recursos, todos os esforços foram redirecionados para concluir o projeto da FASE I, ainda no mesmo ano, para que os recursos de 2021 fossem destinados à fase posterior do prédio, dadas as perspectivas ruins em termos orçamentários para os próximos anos. O quadro 26 traz um resumo dos valores referentes ao início do Projeto da Faculdade de Odontologia.

Quadro 26. Valores referentes à fase I de construção do prédio da odontologia

Dimensão da obra	12.000,00 m²
Valor total previsto	R\$ 21.000.000,00
Valor contratado fase I RDC 03/2020*	R\$ 7.190.000,00

*Recursos do MEC, UNIFAL-MG e Emenda Parlamentar de Bancada Mineira

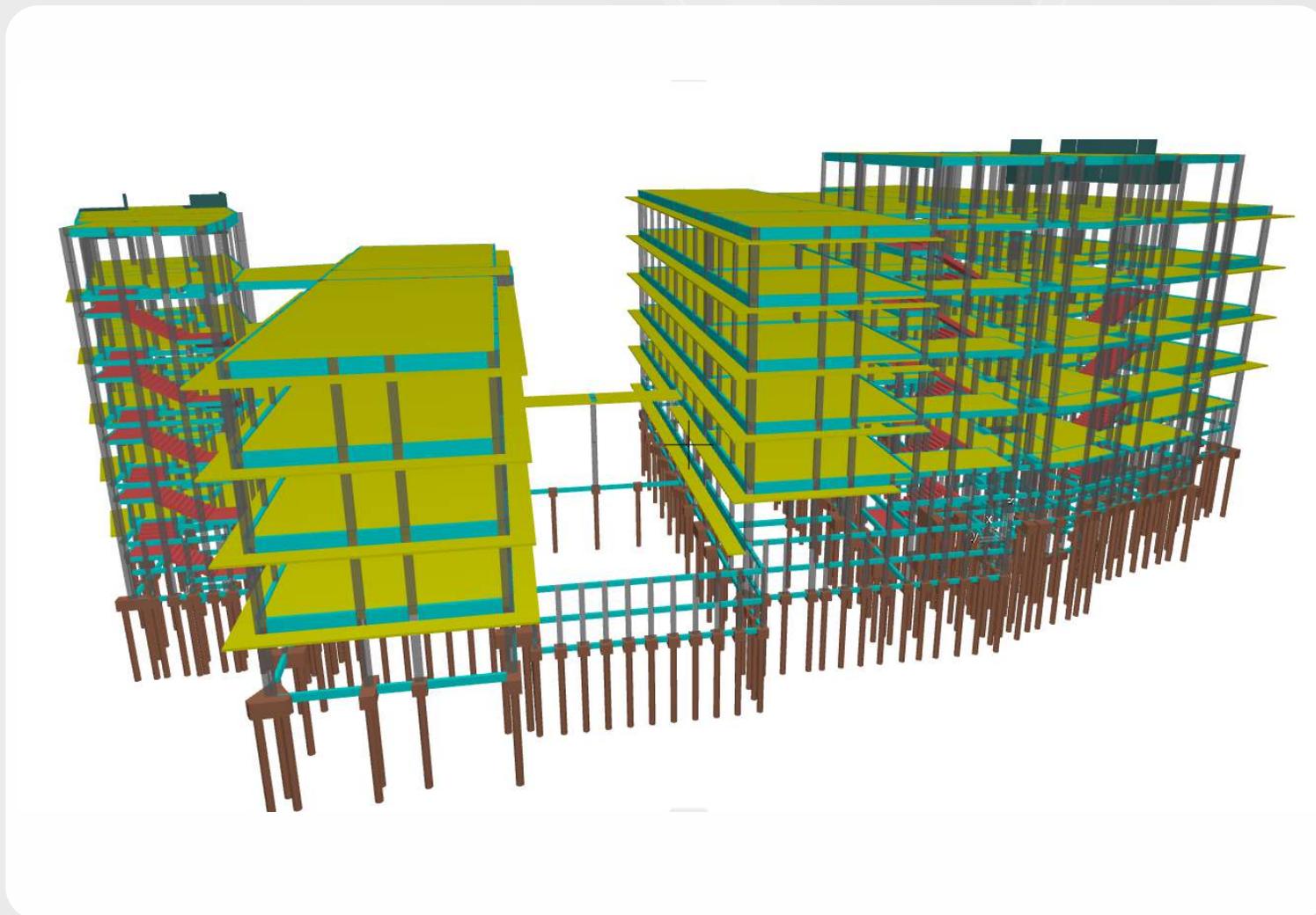


Figura 12 – Maquete eletrônica da estrutura do novo prédio da Faculdade de Odontologia

Auditório do campus de Poços de Caldas

Em 2020 também foi licitada a finalização do Prédio do Auditório do campus de Poços de Caldas, com capacidade para 311 lugares. Trata-se de uma obra que concluiu sua 1ª Fase em 2015, por meio de verba de Emenda Parlamentar, mas que, após os sucessivos cortes orçamentários, não foi possível finalizar. Em virtude disso, foi solicitado apoio de recursos da ordem de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) ao MEC, e, com a economia gerada pela licitação, a obra foi contratada por R\$ 1.856.935,00 (um milhão oitocentos e cinquenta e seis mil reais).

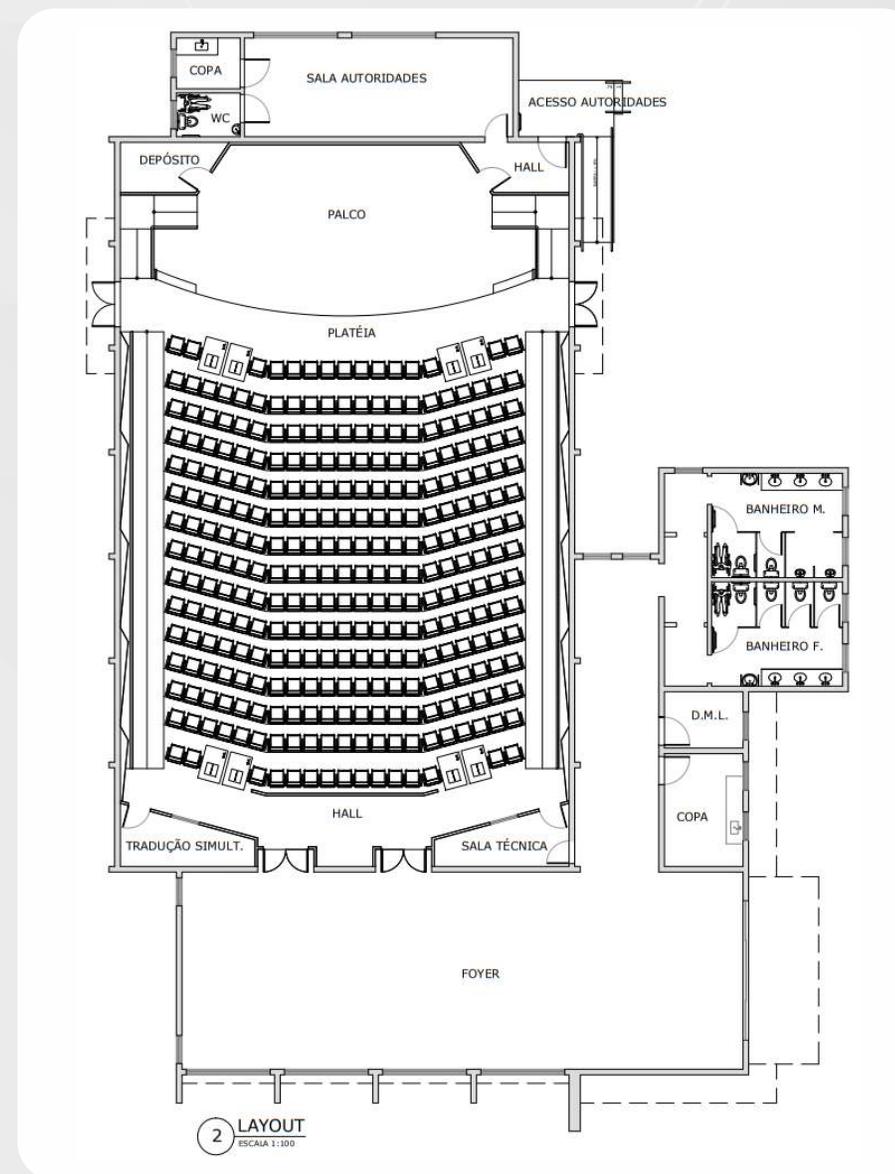


Figura 14 – Projeto Arquitetônico do Auditório do campus de Poços de Caldas

Auditório da Clínica de Especialidades Médicas (CEM) na Unidade Santa Clara

Foi realizada, também, a obra de término do Auditório do Prédio J, na Unidade Santa Clara. O auditório possui capacidade para cerca de 150 pessoas, climatizado, possui equipamentos profissionais para a realização e transmissão de eventos de diversas naturezas na Universidade e atende às normas de acessibilidade. O Auditório foi licitado com verba de 2019, com apoio do Ministério da Educação e da Diretoria da EBSEPH em visita à Universidade Federal de Alfenas.





Fase II do Biotério na Unidade Santa Clara

No mesmo ano houve, ainda, a licitação e contratação da Fase II do Biotério na Unidade Santa Clara. Trata-se do prédio que será utilizado como o Biotério de Criação, de acordo com as normas dos órgãos sanitários, com vistas à melhoria nas pesquisas da Universidade. O valor contratado da Fase II da obra foi de R\$ 950.199,00 (novecentos e cinquenta mil reais) e encontra-se em andamento desde o início do ano, com previsão de entrega em 2021.

Elevador no Campus Varginha

Foi projetado e licitado, também, um elevador de acesso à parte baixa do Campus de Varginha. Em função de ser um terreno com declive muito acentuado, houve a necessidade de se criar um acesso entre a parte alta do Campus, onde ficam localizadas as salas de aula, laboratórios, áreas administrativas e a parte baixa, onde fica a área de esporte e o Restaurante Universitário da Instituição.

Desse modo, para a construção do elevador foi aportado um valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) provenientes de Emenda Individual do Deputado Odair Cunha, havendo uma complementação de R\$ 219.000,00 (duzentos e dezenove mil reais) do orçamento da Universidade.

Além do elevador há toda uma infraestrutura de fundações, alvenaria e rampa, visando dar segurança, acessibilidade e mobilidade necessárias aos usuários daquele local.

Figura 15 – Projeto Arquitetônico do Elevador do campus de Varginha

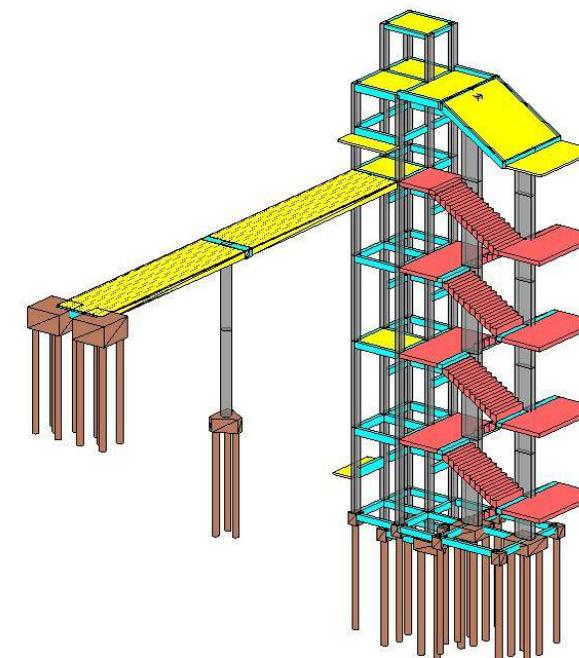
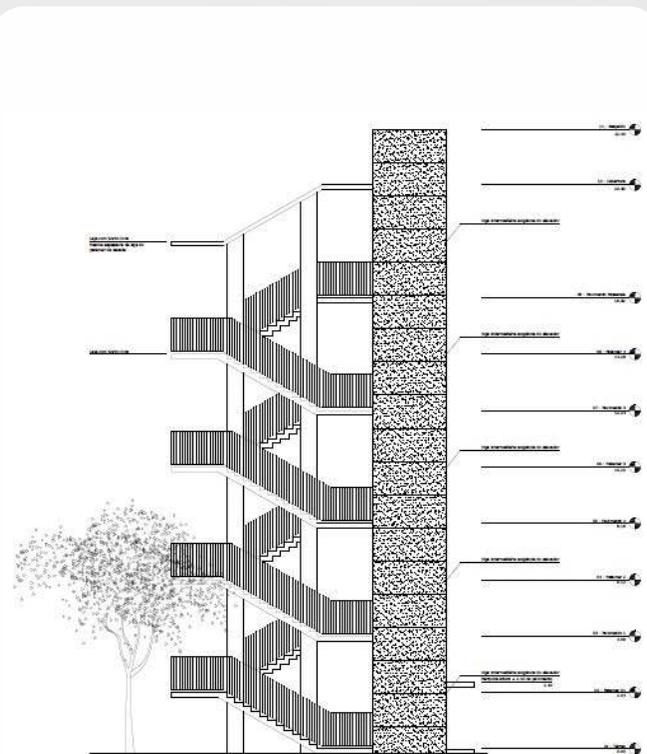


Figura 16 – Maquete eletrônica do Elevador do campus de Varginha

Elevador no Campus Varginha

Importante ressaltar que, em razão da Pandemia, a obra do Elevador não foi iniciada em 2020, uma vez que os prédios B e C do campus estão sendo utilizados como Hospital de Campanha da Cidade de Varginha. Por esse motivo, a previsão de início da obra foi alterada para 2021, com possibilidade de novas alterações devido às incertezas do momento.



Imagem aérea do campus de Varginha

Para mais informações, acesse o link da reportagem divulgada em jornal regional:

<https://www.unifal-mg.edu.br/portal/2020/03/31/campus-varginha-cede-predios-para-receber-pacientes-da-unidade-de-pronto-atendimento-upa-durante-pandemia/>

Outros investimentos que estão em andamento na Instituição e que serão muito úteis à Comunidade Acadêmica e à Sociedade

O Sistema de Combate a Incêndio e Pânico na Sede da Universidade, que se trata de um projeto que visa dar maior segurança às atividades presenciais na universidade contempla alarme, luzes de emergência, guarda corpo, corrimão, reserva de água, hidrantes, extintores, sinalização, dentre outros itens de segurança.



Imagem da vista noturna dos Prédio N e K (Medicina e Núcleo de Tecnologia da Informação respectivamente) em um momento de queda de energia ocorrida em 2020

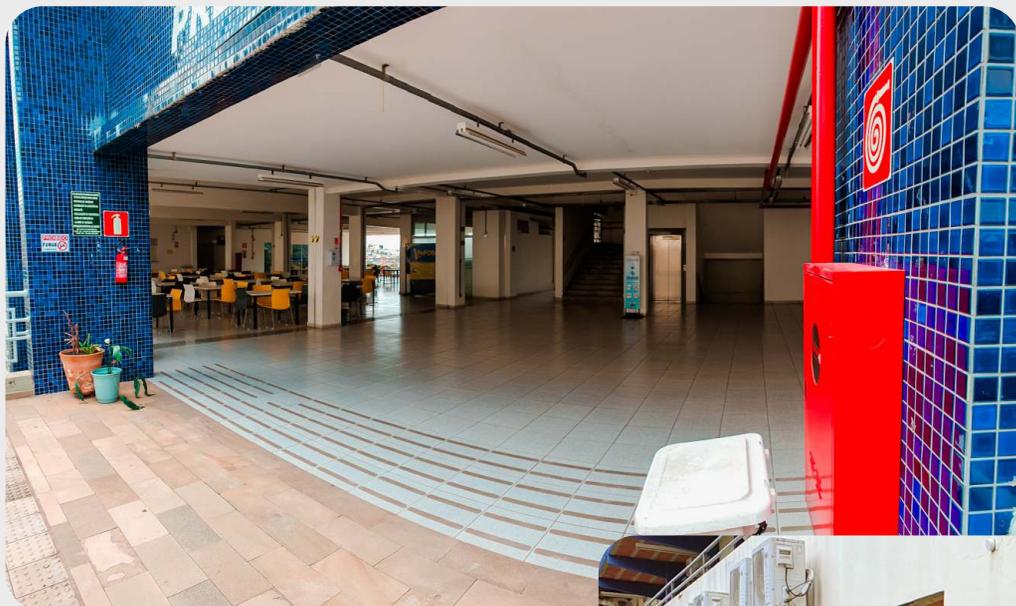


Imagem do Prédio V (Cantina) com os equipamentos de Combate a Incêndio



Imagem do Prédio V (Cantina) com os equipamentos de Combate a Incêndio



Imagem do Prédio E (Ciências Biomédicas) com os equipamentos de Combate a Incêndio

Os Totens de Sinalização são uma ação voltada para a melhoria da identificação e localização dentro dos campi da Universidade.



Imagem de um dos totens do campus Sede



Imagem de um dos totens do campus Varginha



Imagem de um dos totens da unidade Santa Clara

Imagem de um dos totens do campus Poços de Caldas



Usinas Fotovoltaicas, que foram um investimento ocorrido no ano de 2019, tendo sido iniciadas as instalações tanto na Sede quanto no Campus Varginha em 2020. A previsão de economia gerada foi inclusive considerada no momento da elaboração da Proposta Orçamentária de 2021, contribuindo para a minimização dos impactos da diminuição orçamentária que vem ocorrendo ao longo dos últimos anos e, também, com o meio ambiente. As informações sobre a economia gerada e os benefícios sustentáveis dessa ação encontram-se no subtópico “Sustentabilidade Socioambiental” deste Relato Integrado.

Imagem das Placas instaladas sobre o Prédio O (Reitoria)



Uma ação, também iniciada em 2019, mas em grande parte realizada em 2020, foi a substituição de todas as lâmpadas da UNIFAL-MG Campus Sede, Campus Varginha e unidade Santa Clara por lâmpadas LED, e a troca de 11 equipamentos de ar-condicionado, por meio do Projeto de Eficiência Energética. As informações sobre a economia gerada e os benefícios sustentáveis dessa ação encontram-se no subtópico “Sustentabilidade Socioambiental” deste Relato Integrado.



Antes - FLT 32W

Imagem do Antes e Depois das lâmpadas acesas no Prédio T (Almoxarifado)



Depois - BULBO LED 80W



Antes - PISO TETO 48000

Imagem do Antes e Depois do Sistema de Condicionamento Ambiental na Sala 305 Bloco S



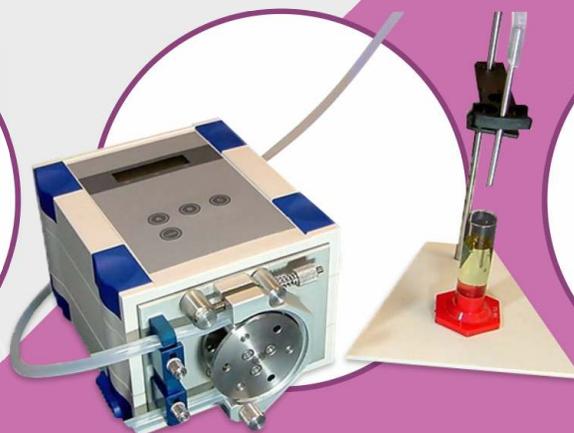
Depois - PISO TETO 36000

Equipamentos

Em decorrência da economia de recursos institucionais devido à pandemia, ao final de 2020, foi possível realizar o processo de Prioridades de Equipamentos e Mobiliários, por meio do qual foram adquiridos diversos tipos de equipamentos e mobiliários pelas Unidades Acadêmicas. Esse processo foi um esforço conjunto entre a Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional, a Pró-Reitoria de Administração e Finanças, e as Unidades Acadêmicas, que movimentou cerca de R\$ 708.739,10 na compra de mais 250 itens.

R\$ 708.739,10
em equipamentos
e mobiliários

+ 250
itens entre
equipamentos
e mobiliários



Outros investimentos em equipamentos que foram adquiridos e que serão muito úteis à Comunidade Acadêmica e à Sociedade foram:

Sistema Cad Cam, Scanner Intra Oral e Digitalizadores de Imagem Radiográfica

A UNIFAL-MG adquiriu, em 2020, com apoio dos recursos da emenda parlamentar individual do deputado Reginaldo Lopes, o Sistema Cad Cam. Esse sistema permite a automação na confecção de próteses em laboratórios de prótese dentária com maior precisão, rapidez e com resultados clínicos excepcionais, tanto no aspecto funcional quanto estético. Além do Cad Cam, foram adquiridos, também, um Scanner Intra oral, que permite a integração com softwares específicos de cada área da odontologia, com rápido escaneamento e facilidade no envio das informações, e 7 (sete) digitalizadores de imagem radiográfica, cuja contribuição é a de um método mais rápido e econômico, com menor incidência de radiação e qualidade superior das imagens obtidas. A aquisição desses equipamentos irá permitir uma maior aproximação dos alunos com as mais novas tecnologias, contribuindo para a formação de profissionais antenados com os preceitos mais modernos e, conseqüentemente, mais preparados para o mercado de trabalho. O sistema permitira, ainda, um melhor atendimento à população de Alfenas e região, com o aumento da oferta e da qualidade do tratamento.

Imagem do Digitalizador adquirido pela UNIFAL-MG



Imagens do Sistema Cad Cam adquirido pela UNIFAL-MG



Imagem do Scanner Intra Oral adquirido pela UNIFAL-MG

Computadores e Chromebooks

Com a crise gerada pela pandemia, fez-se necessário alterar a forma de trabalho priorizando, quando possível, o trabalho remoto. Por esse motivo, buscando mitigar as consequências do vírus e manter a prestação de serviços, foram adquiridos, com recursos do MEC, 50 Notebooks, dos quais 22 Notebooks foram distribuídos para a UNIFAL-MG e o restante para o MEC.

Além disso, foram adquiridos, também, 120 Chromebooks para empréstimo aos alunos necessitados, com vistas à continuidade dos estudos.



Sustentabilidade Socioambiental

Imagem aérea do projeto "Cultivando Sistemas Regenerativos Urbanos" na UNIFAL-MG campus Varginha



A UNIFAL-MG adota políticas de sustentabilidade socioambiental a partir do trabalho da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Sustentabilidade (CPMAS), e também por iniciativas individuais e coletivas de Pró-Reitorias, de Unidades Acadêmicas e de órgãos suplementares.



A CPMAS possui o objetivo de gerar debates e reflexões sobre problemas políticos, econômicos, sociais e ambientais, visando à sensibilização da comunidade acadêmica e à resolução de problemas existentes nessas áreas. A comissão entende que a universidade é lugar de construção do conhecimento e busca de alternativas para um ambiente sustentável. Promover debates na área da sustentabilidade é fomentar a geração de pesquisas que propiciem a resolução dos desafios que hoje enfrentamos.

Queremos, para a UNIFAL-MG, pessoas preocupadas com a sociedade, com os campi e com o meio ambiente. Sujeitos autônomos, críticos e dispostos a solucionar os problemas políticos, econômicos, sociais e ambientais na sociedade em que estão inseridos.

É com esse objetivo que a CPMAS trabalha a partir da implantação, acompanhamento, avaliação e monitoramento das ações consideradas no **Plano de Logística Sustentável** (PLS) (UNIFAL-MG, 2020), estando o PLS atual vigente para o quinquênio 2020-2024 e disponível no site na Plataforma **ForPDI**, permitindo, assim, que o acompanhamento da execução do PLS seja feito de maneira análoga ao acompanhamento da execução do PDI.

Este documento institucional estratégico envolve a educação continuada em sustentabilidade, na melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho, nas compras e licitações sustentáveis, na redução das emissões de gases poluentes pela logística de pessoal e material, na eficiência no consumo de energia elétrica e de água, na destinação adequada dos resíduos e em iniciativas sustentáveis de uso eficiente do orçamento público.



Conforme descrito no PLS, vários projetos são desenvolvidos constantemente nos mais diversos setores da universidade, como os programas de redução no uso de recursos como papel, energia, água, combustíveis e também de minimização da produção de resíduos, como a abolição do uso de copos descartáveis nos restaurantes universitários, quando o aluno usa a própria caneca para bebidas. Tais canecas são doadas aos discentes pela universidade no momento da matrícula e são adquiridas com recursos do orçamento para as Ações em Sustentabilidade.

A UNIFAL-MG realiza atualmente a separação dos resíduos recicláveis e envio para coleta seletiva, incluindo destinação para cooperativas de catadores, formada por pessoas de baixa renda, somente no campus de Poços de Caldas. Nos demais campi, os resíduos são recolhidos pela empresa que detém a concessão municipal de coleta, sendo enviados para disposição final nos aterros sanitários dos respectivos municípios.

Dentro dos projetos de trabalho da CPMAS, a implantação efetiva de coleta seletiva em todos os campi é uma prioridade, que será perseguida para concretização em 2021. A UNIFAL-MG realiza ainda destinação especial de alguns tipos de resíduos, como tonners de impressoras, lâmpadas, pilhas e baterias, além de recolhimento exclusivo e destinação apropriada de resíduos infectantes, com contratação de empresa especializada, responsável pelo transporte e destinação final.

Além disso, a universidade, também com o trabalho da CPMAS, realiza campanhas regulares de educação ambiental, sensibilizando e incentivando toda

comunidade acadêmica e visitante, para a economia de recursos como água e energia elétrica, que podem reverter em benefícios a serem empregados nas atividades fins da instituição.

Mesmo com toda a atipicidade de 2020, a Comissão Permanente de Meio Ambiente e Sustentabilidade (CPMAS) obteve bastante êxito nas ações programadas para o ano, a começar pelo **GreenMetric**, que é um sistema de ranqueamento de universidades criado pela Universidade da Indonésia em 2010, e procura medir os esforços das universidades em tornarem seus campi mais sustentáveis, cujo objetivo principal é criar uma pesquisa on-line de políticas e programas de sustentabilidade de universidades em todo o mundo.

Em seu primeiro ano, 95 universidades de 35 países participaram do ranking. Em 2016 este número aumentou para 516; já em 2018, ano que a UNIFAL-MG iniciou a participação, 719 instituições foram ranqueadas. No Brasil, em 2020, foram 38 universidades participantes, quando a UNIFAL-MG ocupou a 24ª colocação na classificação nacional, sendo a USP a melhor colocada em ações de sustentabilidade, seguida pela Universidade Federal de Lavras (UFLA).

No ranqueamento internacional geral das universidades, do total de 912 instituições participantes em 2020, a UNIFAL-MG ficou no 515º lugar e na América Latina (até o México), a nossa classificação foi 71º lugar entre as 113 participantes. Em termos de infraestrutura, a UNIFAL-MG ficou no 363º lugar no mundo e **21º entre as universidades brasileiras.**



Outras informações detalhadas sobre os resultados da UNIFAL-MG no GreenMetric nestes três anos de participação, estão disponíveis no site da sustentabilidade da instituição:

<https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/desenvolvimento-institucional/sustentabilidade/participacao-da-unifal-mg-no-ranking-green-metric>

Cumprido destacar que, apesar das iniciativas de sucesso já implantadas na redução do consumo de recursos naturais, diminuição e destinação apropriada de resíduos, entre outras ações, um longo caminho ainda precisa ser percorrido para tornar nossos processos cada vez mais eficientes e sustentáveis. Todavia, as iniciativas de participar do ranqueamento internacional se apresenta como uma ferramenta promissora para a melhoria do nosso desempenho em sustentabilidade, visto que nos mostra exatamente onde estamos e o que é necessário ser feito para melhorarmos no ranking internacional e em relação ao nosso próprio desempenho.

Ressaltamos que o objetivo da UNIFAL-MG na participação do ranking não é competir com outras instituições, mas sim utilizar os resultados do *GreenMetric* para nortear as ações institucionais. Entendemos que as pontuações em alta apresentadas pela UNIFAL-MG demonstram os esforços da universidade pela busca de melhorias constantes nos eixos temáticos analisados, além de identificar quais áreas precisam de mais atenção da gestão.

No ano de 2020, o evento ***Dia da Sustentabilidade da UNIFAL-MG*** completou sua terceira edição, sendo adaptado, na ocasião, para a versão virtual. O objetivo do evento foi engajar estudantes, servidores e demais colaboradores da UNIFAL-MG nas reflexões em sustentabilidade, com transmissão ao vivo pelo canal oficial da instituição no YouTube, debatendo o tema Sustentabilidade no Serviço Público.



Considera-se o atendimento satisfatório ao objetivo proposto na ação, pela participação efetiva de membros de diferentes segmentos da comunidade acadêmica, incluindo servidores ligados à gestão, também de diferentes unidades acadêmicas e administrativas, além de discentes de graduação e pós-graduação, colaboradores e comunidade externa. Destacamos que, mesmo após a realização do evento, pela modalidade virtual e pela opção da gravação, ficando o conteúdo disponível para acesso, ocorreu maior alcance de membros da comunidade, que puderam assistir posteriormente, sendo registradas mais de 400 visualizações.

O evento permanece disponível pelo link:

<https://www.youtube.com/watch?v=1s6NNSLXC4U>

Outra ação relevante desenvolvida pela CPMAS em 2020 foi o **curso de capacitação para servidores**, com o tema: **“Sustentabilidade no Serviço Público”**. O objetivo do curso foi capacitar os servidores técnico-administrativos e docentes da UNIFAL-MG, visando à sensibilização sobre questões ambientais e sustentabilidade no serviço público, além de formar multiplicadores na comunidade acadêmica, dispostos a promover a conscientização maciça dos membros da comunidade, frente à necessidade de implantação de novos hábitos nas rotinas dos campi.

Com uma carga horária total de 60 horas, o curso, que foi oferecido totalmente virtual, também fez parte do Plano de Desenvolvimento de Pessoas da UNIFAL-MG 2020 e foi ministrado por membros da CPMAS, sendo servidoras técnico-administrativas e docentes visitantes da instituição, além de contar com participação de convidados de outras instituições, como o Instituto Nacional de Tecnologia (INT-RJ), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) em “lives” temáticas dentro dos módulos do curso. O curso encontra-se disponível na página da Sustentabilidade pelo link:

<https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/desenvolvimento-institucional/sustentabilidade/sustentabilidade-no-servico-publico/>

Em se tratando de expressivos investimentos vinculados ao eixo sustentabilidade, no ano de 2020, importantes ações foram executadas pela UNIFAL-MG, entre elas dois projetos podem ser destacados considerando a extensão de “ações” e a quantidade de recursos empenhados. O 1º foi o termo de cooperação técnica realizada entre a CEMIG D e a UNIFAL-MG com recursos financiados pelo **Programa de Eficiência Energética – PEE**, mencionado no subtópico “Principais Investimentos” dessa seção, que contou com a substituição de 9.837 lâmpadas ineficientes por tecnologia LED, mais eficientes e duráveis e contou também com a substituição de 11 equipamentos de ar condicionado por modelos mais eficientes. O projeto economizará 547,60MWh/ano de energia e uma redução de demanda de 110,90 kW, o que equivale à emissão de 27.928 toneladas de CO2 evitadas e ao plantio de 77 árvores. O investimento do programa foi de R\$1.268.752,55.

Emissão de CO₂ evitada



**27.928
toneladas
de CO₂**



**Equivalente
ao plantio de
77 árvores**



**Energia Economizada
547,60 MWh/ano**



**Redução da Demanda
110,90 kW**



**RCB
0,60**



**A Energia Economizada manteria o
campus da UNIFAL-MG ligado por
82 dias Tecnologias Antigas**



**A Energia Economizada manteria o
campus da UNIFAL-MG ligado por
105 dias Novas Tecnologias**

Tão importante e expressivo, o 2º projeto é a instalação de **usinas fotovoltaicas** nos campi Sede e Varginha, também já mencionada no subtópico Principais Investimentos desta seção. Estão sendo instaladas 2 usinas fotovoltaicas com potência total de 720 KWp, financiadas parte com recurso institucional e parte com recurso para ações de eficiência energética do Ministério de Educação - MEC. O projeto economizará 1.150,00MWh/ano de energia equivalente entre 25% a 35% de economia na conta de energia da universidade. O investimento no projeto foi de R\$ 2.771.453,00.

Economia de

**25%
a
35%**

**na conta de
energia da
Universidade**



Perspectivas para os próximos anos

Para os primeiros meses do ano 2021, aguardava-se a publicação oficial da adesão da UNIFAL-MG à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), sendo esta Agenda um programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que 'objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade. A adoção da A3P demonstra a preocupação do órgão em obter eficiência na atividade pública, enquanto promove a preservação do meio ambiente. Ao seguir as diretrizes estabelecidas pela Agenda, o órgão público protege a natureza e, em consequência, consegue reduzir seus gastos'.

Todos os trâmites necessários para tal adesão foram providenciados em dezembro de 2020 pela Gerência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (GMADS) da UNIFAL-MG, junto à Reitoria, com produção do Termo de Adesão e Plano de Trabalho, que já foram aprovados pelo Ministério do Meio Ambiente e aguardavam a assinatura e publicação oficial para formalização, que veio a ocorrer no dia 1º de Fevereiro.



A partir de então, seguiremos em busca de melhorias, sem perder o foco na sustentabilidade e no desenvolvimento institucional, garantindo esforços para reduzir o uso de recursos naturais, como água e energia, otimizar os gastos e diminuir a produção de resíduos, a partir da inclusão de uma agenda planejada de ações na administração.



Julieta Aparecida Moreira Rodrigues
Gerente de Meio Ambiente e Sustentabilidade da UNIFAL-MG

Também prevista para o primeiro trimestre do ano de 2021, temos a expectativa de implantação do Sistema Regenerativo Urbano (SRU) em área do campus de Varginha, que conceitualmente é definido como um sistema sócio-ecológico concebido à luz da ciência da sustentabilidade, da permacultura e dos sistemas agroflorestais e tem como princípio norteador promover bem-estar social à comunidade acadêmica e à sociedade em geral, estimulando novos usos do campus, alinhados a princípios da sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

Nesta primeira etapa, o projeto consiste na implantação de um sistema agroflorestal concebido de modo a potencializar a função ambiental, social, cultural e educacional do campus, através do plantio de mais de 700 mudas de espécies arbóreas, arbustivas, ornamentais e frutíferas, que foram licitadas e adquiridas no final do ano de 2020, com recursos do orçamento para Ações em Sustentabilidade, aprovados pela CPMAS. Esta ação é uma iniciativa coletiva de uma equipe de docentes lotados no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICISA, coordenada pelo docente visitante Dr. Fabrício Casarejos e com apoio institucional da CPMAS, Pró-reitorias e Reitoria.

Outra ação prevista para efetivação no primeiro trimestre de 2021, fruto de esforço conjunto da GMADS, junto ao Departamento de Infraestrutura, Pró-Reitoria de Administração e Finanças e Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional, foi a aquisição de lavadoras de pisos, com sistema eficiente de racionalização ao uso de água, visando à melhoria dos serviços de limpeza das áreas de grande movimentação das unidades, com ênfase na economicidade de tempo e insumos de modo sustentável.

A CPMAS compromete-se também, para 2021, em produzir a segunda edição do Curso de Capacitação, dando sequência à proposta de formar cada vez mais multiplicadores entre os servidores, sensibilizando para atuação nas questões socioambientais junto a todos os segmentos da comunidade acadêmica. Já o evento Dia da Sustentabilidade pode ser considerado uma ação tradicional da instituição e neste ano completará sua quarta edição de realização na UNIFAL-MG.

Ainda dentro das perspectivas para 2021, existe a expectativa do início da constituição de uma Rede de Sustentabilidade regional, preliminarmente composta por instituições públicas de ensino superior situadas no Sul de Minas Gerais, como UNIFAL-MG, Instituto Federal do Sul de Minas, UFLA e UNIFEI, com prospecção de adesão secundariamente de outras instituições públicas, do poder executivo, legislativo e judiciário.



Imagem do dia do recebimento e treinamento da lavadora de pisos. À esquerda da foto o Pró-Reitor de Planejamento Lucas, e à direita o Diretor do Departamento de Infraestrutura José Antônio.

Quadro 27. Resumo da forma como a UNIFAL-MG está ajustando seus procedimentos e operações, visando buscar a sustentabilidade socioambiental em todos seus níveis de atuação

Crítérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

A UNIFAL-MG vem progressivamente incorporando as necessidades de preservação ambiental e de promoção da sustentabilidade socioambiental nos seus procedimentos e operações. Com a aprovação do novo PDI 2021-2025, foi estabelecida a meta: “Implantar/adicionar critérios de contratações sustentáveis de bens e serviços na UNIFAL-MG para 60% dos produtos e serviços que permitam a adoção destes critérios, até 2025” no eixo temático “Sustentabilidade ambiental, financeira e social”. As legislações que tratam dos critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições encontram-se disponíveis no sítio da instituição, por meio do link:

<https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/desenvolvimento-institucional/sustentabilidade/compras-sustentaveis>

Ações para redução do consumo de recursos naturais

A UNIFAL-MG adota políticas de sustentabilidade socioambiental a partir do trabalho da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Sustentabilidade – CPMAS. A CPMAS trabalha a partir da implantação, acompanhamento, avaliação e controle monitoramento das ações consideradas no Plano de Logística Sustentável (PLS) disponível a toda sociedade na Plataforma ForPDI pelo link:

https://forpdi.unifal-mg.edu.br/#/comunidade?_k=pot2dp

Conheça mais sobre o trabalho da CPMAS em um clique:

<https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/cpmas/>

Redução de resíduos poluentes

A redução de resíduos poluentes na UNIFAL-MG é coordenada pela Comissão Permanente de Prevenção e Controle de Riscos Ambientais – CPPCRA (UNIFAL-MG, 2013), cuja página, que pode ser acessada pelo link a seguir, contempla as instruções de classificação, riscos e segurança de produtos químicos.

<https://www.unifal-mg.edu.br/riscosambientais/>

A man with dark hair, wearing a white long-sleeved shirt, is seated in a black office chair, viewed from the side. He is focused on a laptop computer on his lap, with his hands on the keyboard. The background shows a modern office environment with a wooden desk, a white shelving unit containing books and folders, and a bright, airy atmosphere. The right side of the image features a decorative overlay with a light purple and white hexagonal pattern.

Direitos Humanos e Inclusão Social

As ações de Direitos Humanos e Inclusão tratam do conjunto de medidas para o combate à discriminação a grupos em situação de vulnerabilidade e a promoção do respeito à diferença, da igualdade de oportunidades e da equidade, por meio de ações e serviços de acessibilidade e inclusão dos (as) estudantes com deficiência, transtornos específicos da aprendizagem, transtornos do espectro autista (TEA), altas habilidades e superdotação. Essas medidas objetivam alcançar o desenvolvimento máximo possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Além disso, visam ao enfrentamento dos estereótipos de gênero, étnico-racial, religião, origem, idade, situação social, econômica e cultural, orientação sexual e identidade de gênero (LGBT), dentre outros.

Importante ressaltar que, em 2019, foi aberto o processo de contratação de empresa especializada para realização de projeto e instalação de piso tátil, mapa tátil, sinalização modular, com o objetivo de atender às normas de acessibilidade e melhorar as condições de mobilidade a todos os membros da comunidade acadêmica dos campi, principalmente aos portadores de necessidades especiais. Para tanto, foi realizado um Pregão em parceria com o Ministério da Defesa, cuja realização se daria em 2020; no entanto, não foi possível a continuidade do processo de contratação devido ao Acórdão nº 3246/2020 - TCU. Sendo assim, a expectativa é de reabertura do processo de licitação em 2021, condicionado à disponibilidade orçamentária para sua contratação.

Em 2020, foram realizadas as ações apresentadas no quadro 28.

Quadro 28. Ações de direitos humanos e inclusão, realizadas em 2020

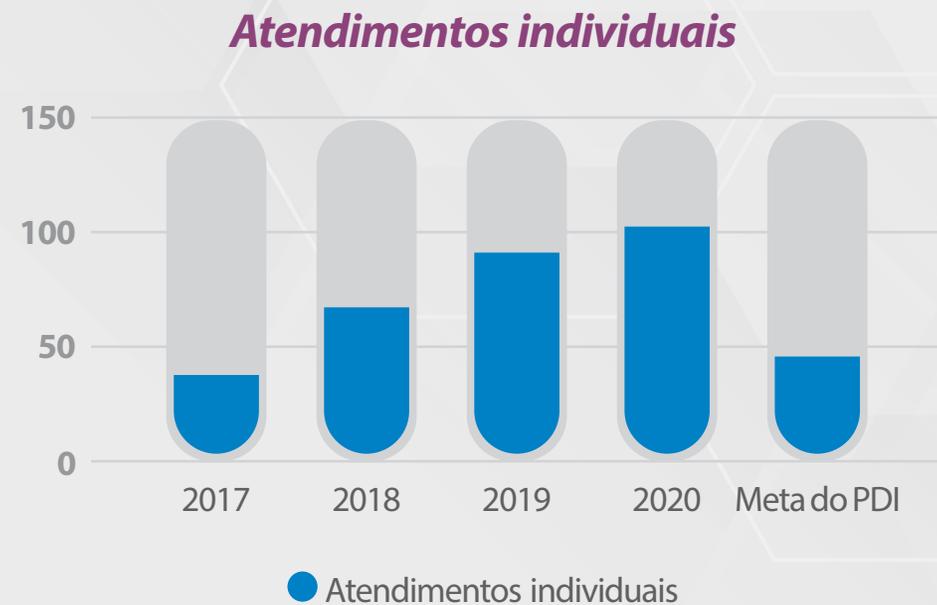
Ação
<i>Atendimento a docentes com necessidades especiais</i>
<i>Representação no COMDALF</i>
<i>Palestras no campus Sede aos docentes e discentes da UNIFAL-MG</i>
<i>Atuação dos intérpretes de Libras junto a discentes surdos</i>
<i>Interpretação de aulas, reuniões e palestras</i>
<i>Janela de libras nos editais da UNIFAL-MG</i>
<i>Manutenção do Programa de Apoio à Inclusão (PAI)</i>
<i>Orientações de caso a docentes e coordenadores</i>
<i>Janela de libras para as orientações e informações mais importantes veiculadas pelo site da UNIFAL-MG</i>
<i>Realização do mês da consciência negra pelo NEABI</i>

As figuras a seguir apresentam os dados históricos da evolução das ações de direitos humanos e inclusão, realizadas pela UNIFAL-MG, tendo como parâmetro as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Figura 17 - Série histórica de ações implantadas pelo DDHI



Figura 18 - Série histórica de PCDs atendidos individualmente pelo DDHI



Monitoramento do Plano de Ações 2020

Conforme descrito no tópico **“Planejamento Estratégico da UNIFAL-MG” da seção “Governança da Universidade”** deste Relatório, a UNIFAL-MG faz uso de um Plano de Ações anual para o planejamento das atividades de suas unidades. Em vista disso, apresentamos a seguir o monitoramento dos indicadores de 5 (cinco) unidades institucionais, escolhidas a partir do Relatório de Acompanhamento do Plano de Ações e levando-se em consideração cada eixo do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2016-2020), quais sejam: 1. Ensino; 2. Pesquisa; 3. Extensão; 4. Qualidade de vida; e 5. Gestão Universitária.

Com a Plataforma ForPDI, o monitoramento passará a ocorrer em tempo real, mediante a inserção das metas pelos responsáveis. O **Relatório de Acompanhamento do Plano de Ações** completo, contendo os resultados do período, encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/plano-de-acoes/>

Monitoramento dos Planos de Ações 2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020

ENSINO

Setor Responsável: Diretoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais.

Eixo temático: Ensino (E).

Proposta (objetivo): (E5) Fomentar a cooperação institucional, interinstitucional, nacional e internacional.

Indicador: Número de alunos em mobilidade (Entrada).

Meta: Aumentar, ao menos, 50%.

Início: 01/01/2016

Fim: 31/12/2020

Relatório gerado em: 25/02/2021

● Meta atingida ● Meta não atingida

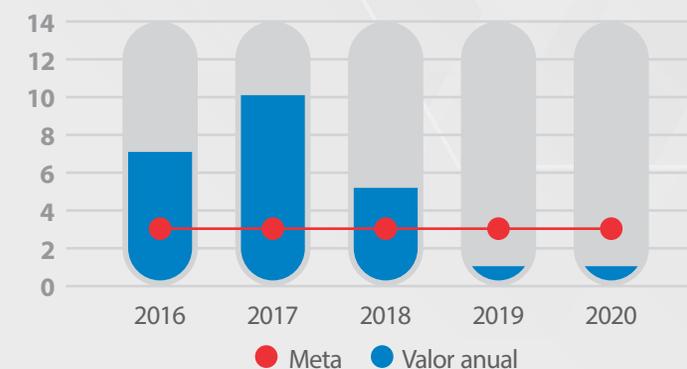
Início	Fim	Meta	Valor anual (absoluto)	Valor anual (percentual)*
PDI anterior (dados de 2015)		-	2	-
01/01/2016	31/12/2016	3	7	233%
01/01/2017	31/12/2017	3	10	333%
01/01/2018	31/12/2018	3	5	167%
01/01/2019	31/12/2019	3	1	33%
01/01/2020	31/12/2020	3	1	33%

*Percentual alcançado no ano com relação à meta de 5 anos.

Desempenho

(E5) - Número de alunos em mobilidade (entrada)

Observação: a meta anual foi atingida em 2016, 2017 e 2018, mas não em 2019 e 2020.



Monitoramento dos Planos de Ações 2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020

PESQUISA

Setor Responsável: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Eixo temático: Pesquisa (P).

Proposta (objetivo): (P3) Incentivar a produção com qualidade que permita a publicação em periódicos indexados e com Qualis A1, A2, B1 e B2 e, conseqüentemente, o aumento de bolsistas de produtividade e de grupos de pesquisa.

Indicador: Número de bolsistas de produtividade.

Meta: Aumentar 10% ao ano.

Início: 01/01/2016

Fim: 31/12/2020

Relatório gerado em: 25/02/2021

● Meta atingida ● Meta não atingida

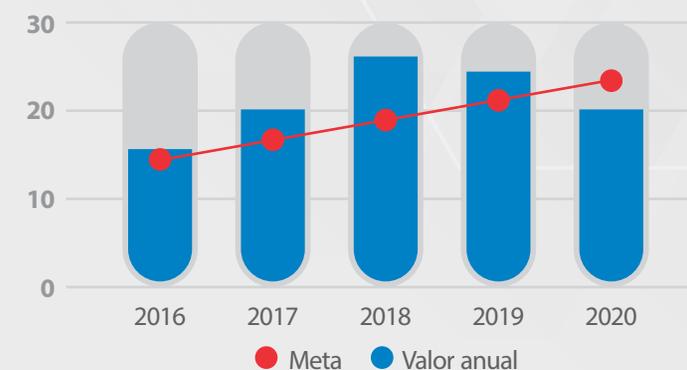
Início	Fim	Meta	Valor anual (absoluto)	Valor anual (percentual)*
PDI anterior (dados de 2015)		-	13	-
01/01/2016	31/12/2016	14	16	114%
01/01/2017	31/12/2017	16	20	125%
01/01/2018	31/12/2018	18	26	153%
01/01/2019	31/12/2019	20	25	131%
01/01/2020	31/12/2020	22	20	90%

*Percentual alcançado no ano com relação à meta de 5 anos.

Desempenho

(P3) - Número de bolsistas de produtividade

Observação: a meta anual foi atingida em 2016, 2017 e 2018, mas não em 2019 e 2020.



Monitoramento dos Planos de Ações 2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020

EXTENSÃO

Setor Responsável: Pró-Reitoria de Extensão.

Eixo temático: Extensão (Ext).

Proposta (objetivo): (Ext7) Potencializar a participação, nas ações de extensão, dos discentes de todos os campi, turnos, e diferentes modalidades de ensino (presencial, a distância, graduação e pós-graduação).

Indicador: Quantidade de bolsas concedidas.

Meta: Ampliar em 10% a quantidade de bolsas.

Início: 01/01/2016

Fim: 31/12/2020

Relatório gerado em: 25/02/2021

● Meta atingida ● Meta não atingida

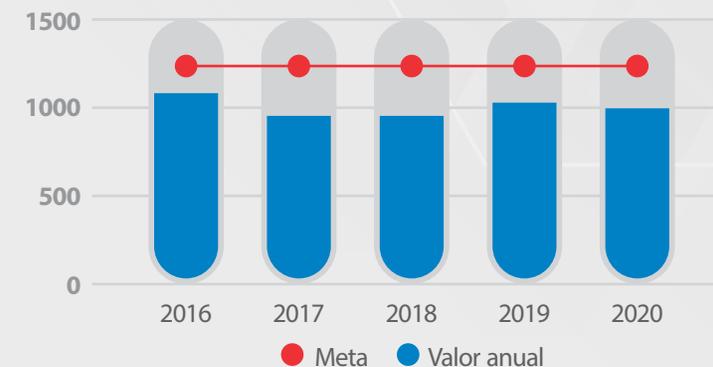
Início	Fim	Meta	Valor anual (absoluto)	Valor anual (percentual)*
PDI anterior (dados de 2015)		-	1129	-
01/01/2016	31/12/2016	1242	1049	84%
01/01/2017	31/12/2017	1242	963	77%
01/01/2018	31/12/2018	1242	935	75%
01/01/2019	31/12/2019	1242	1017	82%
01/01/2020	31/12/2020	1242	983	79%

*Percentual alcançado no ano com relação à meta de 5 anos.

Desempenho

(Ext7) - Quantidade de bolsas concedidas

Observação: a meta não foi atingida durante a vigência do PDI.



Monitoramento dos Planos de Ações 2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020

QUALIDADE DE VIDA

Setor Responsável: Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis.

Eixo temático: Qualidade de Vida (QV).

Proposta (objetivo): (QV3) Aprimorar a assistência estudantil.

Indicador: Número de acadêmicos beneficiados pela Assistência Estudantil.

Meta: Utilizar a disponibilidade orçamentária de forma a atender ao maior número possível dos alunos em vulnerabilidade socioeconômica, prevendo-se um mínimo de ampliação de 5% ao ano.

Início: 01/01/2016

Fim: 31/12/2020

Relatório gerado em: 25/02/2021

● Meta atingida ● Meta não atingida

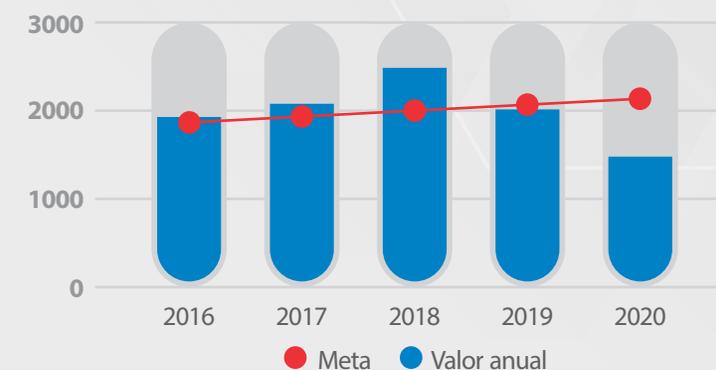
Início	Fim	Meta	Valor anual (absoluto)	Valor anual (percentual)*
PDI anterior (dados de 2015)		-	1806	-
01/01/2016	31/12/2016	1896	1963	103%
01/01/2017	31/12/2017	1991	2057	103%
01/01/2018	31/12/2018	2090	2566	123%
01/01/2019	31/12/2019	2195	2060	94%
01/01/2020	31/12/2020	2305	1439	63%

*Percentual alcançado no ano com relação à meta anual.

Desempenho

(QV3) - Número de acadêmicos beneficiados pela Assistência Estudantil

Observação: a meta anual foi atingida em 2016, 2017 e 2018, mas não em 2019 e 2020.



Monitoramento dos Planos de Ações 2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020

GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Setor Responsável: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

Eixo temático: Gestão Universitária (GU).

Proposta (objetivo): (GU18) Ampliar ações de capacitação e qualificação.

Indicador: Número de ações oferecidas.

Meta: Ampliar em 20% o número de ações de capacitação.

Início: 01/01/2016

Fim: 31/12/2020

Relatório gerado em: 25/02/2021

● Meta atingida ● Meta não atingida

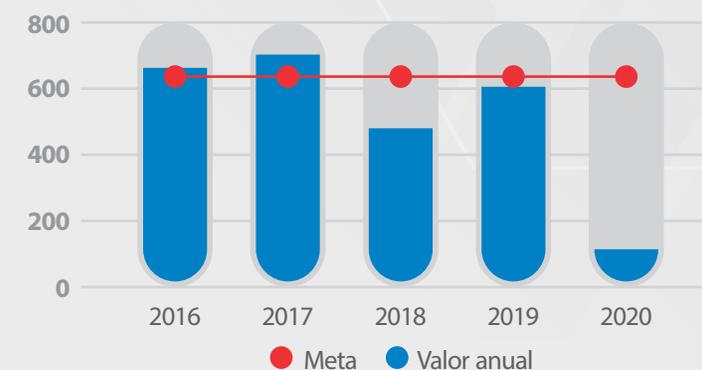
Início	Fim	Meta	Valor anual (absoluto)	Valor anual (percentual)*
PDI anterior (dados de 2015)		-	547	-
01/01/2016	31/12/2016	656	659	100%
01/01/2017	31/12/2017	656	694	106%
01/01/2018	31/12/2018	656	508	77%
01/01/2019	31/12/2019	656	655	99%
01/01/2020	31/12/2020	656	107	16%

*Percentual alcançado no ano com relação à meta de 5 anos.

Desempenho

(GU18) - Número de ações oferecidas

Observação: a meta anual foi atingida em 2016, 2017 e 2018, mas não em 2019 e 2020.





Conformidade e Eficiência da Gestão

Gestão de Tecnologia da Informação



Na UNIFAL-MG, a Gestão de Tecnologia da Informação é de responsabilidade do Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI.

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal da gestão de tecnologia da informação (TI), o NTI observa e aplica as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, pelos órgãos de controle, pela Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Economia, pelo Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), além de observar padrões de mercado e regulamentações internas.

As aquisições de tecnologia da informação seguem o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Modelo de Governança de TI

O órgão responsável pela governança de tecnologia da informação e comunicação (TIC) na UNIFAL-MG é o Comitê de Governança Digital (CGD). O CGD compõe os órgãos de apoio interno à governança da instituição, já mencionados no tópico “Planejamento Estratégico e Governança” deste Relatório.

Ao CGD compete coordenar o desenvolvimento e, aprovar junto ao Conselho Universitário, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), no qual o planejamento das contratações e execução de projetos de tecnologia da informação é definido. As compras e contratações de TIC são baseadas, também, no Plano Anual de Contratações (PAC).

Montante de Recursos Aplicados em TI em 2020

Em 2020, foram aplicados os seguintes recursos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação:

Quadro 29. Montante de recursos aplicados em TI em 2020

Descrição	Valores
Investimento em equipamentos, softwares, contratações e afins	R\$ 916.438,08
Custeio - Materiais de consumo e insumos	R\$ 249.343,63
Reprografia e impressão	R\$ 128.527,95
Aquisição de chromebooks para empréstimo e estações de recarga*	R\$ 249.040,00
Acervo bibliográfico digital **	R\$ 1.124.517,50
TOTAL	R\$ 2.667.867,16

* Recursos orçamentários de Assistência Estudantil. ** Recursos orçamentários de Acervo Bibliográfico.

Contratações mais Relevantes de Recursos de TI

Em atendimento ao PDTIC e ao PDI vigentes, foram feitas as seguintes aquisições:

Quadro 30. Compras e serviços de TI contratados em 2020

Descrição	Quantidade	Valor
Suprimentos e peças de reposição	-	R\$ 62.341,33
Nobreaks, baterias e afins	-	R\$ 7.055,88
Switches	24	R\$ 437.200,00
Access Points	18	R\$ 86.100,00
Kits de upgrade	40	R\$ 56.880,00
Monitores	13	R\$ 13.485,29
Notebooks	11	R\$ 69.300,00
Impressão departamental e reprografia	-	R\$ 128.527,95
Licenças de Software	-	R\$ 34.926,00
Emissão de certificados digitais	20	R\$ 6.840,00
Mesas digitalizadoras	83	R\$ 32.936,89
Projetores Multimídia	5	R\$ 10.249,90
Chromebooks para empréstimo/laboratórios móveis*	120	R\$ 231.600,00
Licenças, garantia e manutenção de equipamentos	-	R\$ 109.147,60
Estações de recarga para chromebook*	4	R\$ 17.440,00
Biblioteca Digital Pearson*	Assinatura 3 anos	R\$ 596.584,80
Biblioteca Digital Minha Biblioteca*	Assinatura 2 anos	R\$ 487.219,20
Plataforma Médica UpToDate*	Assinatura 1 ano	R\$ 40.713,50
Impressão Departamental*	Contrato continuado	R\$ 128.527,95

Os itens marcados com *, embora não tenham sido adquiridos com recursos orçamentários de Tecnologia da Informação, são considerados soluções de TIC.

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

a) Suporte e sustentação

O suporte ao usuário e a sustentação dos sistemas são feitas de maneira constante pela equipe do NTI. Ao longo do ano de 2020 foram atendidas 4.438 Ordens de Serviço, divididas da seguinte forma:

Quadro 31. Ordens de serviços atendidas em 2020

Descrição	Quantidade
Manutenção em equipamentos / Suporte em Sistemas Operacionais / Aplicações	904
Suporte em impressão	263
Suporte a reuniões, transmissões, lives, etc.	714
Suporte em redes / Segurança da Informação	1.256
Suporte / Manutenção em sistemas desenvolvidos pelo NTI	626
Criação e manutenção de sítios web	675
TOTAL	4.438

A análise desses atendimentos deve levar em consideração alguns fatores. Em primeiro lugar, em um ano completamente atípico devido à pandemia de COVID-19, um grande número de atendimentos foi efetuado por outros meios como Whatsapp, email, telefone, entre outros, podendo-se considerar que o número real de atendimentos é consideravelmente maior. É necessário destacar, também, que algumas gerências possuem um perfil de atendimento ao público, apresentando maior número de requisições atendidas, enquanto outras gerências possuem um perfil de trabalho mais orientado a serviços contínuos e/ou projetos, não devendo esta tabela ser considerada para fins de comparação entre diferentes áreas. Por último, o número de requisições não deve ser considerado isoladamente, uma vez que a complexidade de atendimento para cada requisição pode ter grandes variações.

Além dos atendimentos, é importante considerar a sustentação dos serviços de TIC da instituição, que consome grande quantidade de recursos humanos para monitoramento contínuo, merecendo destaque, portanto, a manutenção, atualização e suporte para funcionamento de cerca de 70 sistemas de informação, monitoramento e execução de backup, monitoramento de segurança da informação (firewall), monitoramento de datacenter, monitoramento de conectividade, entre outros.

Merece destaque, ainda, a grande ampliação que a nova realidade trouxe no atendimento a eventos online, como lives, formaturas, comissões, eventos científicos, defesas, reuniões, capacitações, entre outros.

b) Implantação do G Suite

A adesão e implantação da Plataforma G Suite for Education pode ser considerada o grande projeto de TIC da UNIFAL-MG no ano de 2020. Esse projeto envolveu aprovação de várias normativas no Comitê de Governança Digital, adequação do ambiente de TIC da UNIFAL-MG para integração com o G Suite, desenvolvimento de ferramentas de integração para criação e exclusão automática de usuários, grupos, salas de aula, listas de discussão, entre outros. A adesão à plataforma proporcionou a toda comunidade ferramentas robustas de e-mail, armazenamento de arquivos, reuniões online, salas de aula virtuais, suíte de escritório, agenda compartilhada, etc. Foram criados mais de 1.000 usuários, cerca de 25TB de dados manipulados, e com mais de 10.000 eventos realizados por meio do Google Meet.



c) Desenvolvimento de sistemas de informação

Quadro 32. Desenvolvimento de projetos de sistemas de informação e sua respectiva situação em 2020

Projeto	Descrição	Situação em 31/12/2020
Acadêmico	Sistema responsável pela Gestão Acadêmica da instituição. Em 2020 recebeu atualizações que permitiram a inclusão de dados de Extensão no Histórico Escolar, a integração com as ferramentas do GSuite e alterações para execução do Ensino Remoto Emergencial.	Sistema Previamente implantado, com desenvolvimento de novos módulos e demandas na fila.
Almoxarifado	Sistema de gestão do Almoxarifado Central da instituição. Em 2020 recebeu melhorias na configuração de acesso dos usuários e no relatório de materiais estocados.	Sistema previamente implantado, com desenvolvimento de novas funcionalidades. Concluído.
Almoxarifado Químico	Sistema de gestão do Almoxarifado de Produtos Químicos da instituição. Em 2020 recebeu atualizações em formulários e relatórios.	Sistema previamente implantado, com desenvolvimento de novas funcionalidades. Concluído.
Almoxarifado Setorial	Sistema de gestão dos almoxarifados setoriais da Instituição. Em 2020 recebeu ajustes em relatórios e uma funcionalidade que permite a exibição do total de compras na cotação.	Sistema previamente implantado, com desenvolvimento de novas funcionalidades. Concluído.
Assistência Discente	Sistema responsável pela gestão das assistências estudantis e benefícios concedidos aos discentes pela instituição. Em 2020 recebeu atualizações que permitiram a inclusão da gestão da assistência psicopedagógica e alterações pontuais que tornaram os fluxos de atendimento mais transparentes e eficientes.	Sistema previamente implantado, com desenvolvimento de novas funcionalidades. Concluído.
Avaliação Institucional	Sistema de aplicação do Instrumento de Avaliação Institucional. Em 2020 recebeu novas funcionalidades como a lista de participantes de uma determinada avaliação e a comparação de resultados entre diferentes avaliações aplicadas.	Sistema previamente implantado, com desenvolvimento de novas funcionalidades. Concluído.

CAEX	<i>Sistema responsável pela gestão das Ações de Extensão da instituição. Em 2020 recebeu novas funcionalidades como a que permite que gestores colem informações sobre o interesse de participantes em colaborar na execução de ações, o uso do Ambiente de Fóruns para controle de atividades online e adequações para atender ao CBEU (Congresso Brasileiro de Extensão Universitária).</i>	<i>Sistema previamente implantado, com desenvolvimento de novos módulos e demandas na fila.</i>
Clínica de Especialidades Médicas	<i>Sistema de Gestão das Clínicas de Especialidades Médicas. Em 2020 recebeu atualização na configuração de acesso do usuário e ganhou a funcionalidade que permite o cadastro de documentos padrão, como receituário e encaminhamentos, para uso dos profissionais de saúde.</i>	<i>Sistema previamente implantado, com demandas por novos recursos registradas. Concluído.</i>
Compras	<i>Sistema integrado de Compras da instituição. Em 2020 recebeu melhorias nas listas de unidades e a funcionalidade que permite diferenciar despesas de capital e custeio.</i>	<i>Sistema previamente implantado, com demandas por novos recursos registradas. Concluído.</i>
Concursos e Processos Seletivos	<i>Sistema de Gestão de Concursos e Processos Seletivos. Em 2020 recebeu atualização para atender os candidatos doadores de medula óssea que solicitam isenção e a funcionalidade que permite ao gestor configurar qualquer etapa do concurso ou processo seletivo como etapa eliminatória ou classificatória.</i>	<i>Sistema previamente implantado, com demandas por novos recursos registradas. Concluído.</i>
Contratos	<i>Sistema de Gestão de Contratos da instituição. Em 2020 recebeu atualizações que permitiram, dentre outras coisas, o cadastro de termos aditivos com o mesmo número, além de ajustes em relatórios e melhorias no layout.</i>	<i>Sistema previamente implantado, com desenvolvimento de novas funcionalidades. Concluído.</i>
Estágio Probatório	<i>Sistema responsável pelo acompanhamento e avaliação dos servidores em estágio probatório na instituição. Em 2020 recebeu atualizações na geração de portarias, no formulário de avaliação e nas notificações enviadas ao servidor e à comissão avaliadora.</i>	<i>Sistema previamente implantado, com desenvolvimento de novas funcionalidades. Concluído.</i>
Gestão de Bolsas	<i>Sistema responsável pela gestão integrada das bolsas disponíveis e implementadas na instituição. Teve o desenvolvimento iniciado em novembro de 2020 e as primeiras funcionalidades já foram codificadas como o cadastro e a implementação de bolsas, sendo que essa última já está preparada para evitar a duplicidade na implementação. A previsão de implantação do sistema é para o primeiro semestre de 2021.</i>	<i>Novo sistema. Em fase de desenvolvimento</i>

Gestão de Pessoas	<p>Sistema responsável pelo cadastro de servidores, vagas e unidades regimentais e não regimentais, registro de ocorrências, férias, portarias e exames periódicos, inscrições em ações de capacitação, emissão de ficha funcional, gestão de pagamentos de gratificações, agendas e segurança do trabalho. Em 2020 recebeu diversas funcionalidades dentre as quais se destacam a integração com o SEI para assinatura e publicação de portarias, a implementação da agenda eletrônica para docentes, a integração com o GSuite para a gestão de usuários, a gestão de e-mails setoriais e unidades não regimentais e a integração com SiapeNET para cadastro de cargos.</p>	<p>Sistema previamente implantado, com demandas por novos recursos registradas. Concluído.</p>
Gestão de Usuários	<p>Sistema responsável pela gestão unificada dos usuários dos diversos sistemas e serviços eletrônicos da instituição. Em 2020 recebeu várias novas funcionalidades principalmente para atender à integração com o G Suite e suas ferramentas. Dentre elas, destacam-se a criação de grupos para alunos menores de idade, a alimentação automática de listas, a solicitação de conta de e-mail por discente egresso, a criação de salas no Google Classroom e Grupos de Discussão, o gerenciamento de usuários que perderam vínculo com a instituição, além de telas e relatórios para tornar o suporte técnico local mais eficaz.</p>	<p>Sistema previamente implantado, com demandas por novos recursos registradas. Concluído.</p>
Ingresso de Calouros	<p>Sistema responsável por gerenciar as listas de espera do SISU e pelo registro da manifestação de interesse do candidato. Em 2020, recebeu atualizações, como a inclusão do NIS e Cadastro Único como formas de verificação da renda, a possibilidade de realização online das entrevistas de heteroidentificação, o upload do requerimento de matrícula e a importação de documentos pessoais de alunos ingressantes do sistema SISU para o SEI, como anexos aos processos de assentamentos individuais.</p>	<p>Sistema previamente implantado, com desenvolvimento de novas funcionalidades. Concluído.</p>
Núcleo de Controle de Qualidade	<p>Sistema responsável pela gestão das análises realizadas pelo Núcleo de Controle de Qualidade. Em 2020 foi atualizado para permitir a inclusão de ensaio microbiológico e exibição do registro de anormalidades para os clientes do Núcleo.</p>	<p>Sistema previamente implantado, com desenvolvimento de novas funcionalidades. Concluído.</p>
Orçamento	<p>Sistema responsável pela Gestão Orçamentária da instituição. A atualização de destaque em 2020 foi a inclusão dos gastos com transportes no sistema, possível graças à integração com o Sistema Integrado de Transporte.</p>	<p>Sistema previamente implantado, com desenvolvimento de novas funcionalidades. Concluído.</p>

Ordens de Serviço (SOS)	Sistema de Solicitação de Demandas ao NTI/DI/CEAD. Criados novos relatórios, ferramenta de avaliação de atendimento, fila pública de ordens de serviço, auditoria do sistema, agendamento de lives, entre outros.	Sistema previamente implantado, com demandas por novos recursos registradas. Concluído.
Patrimônio	Sistema responsável pela gestão do patrimônio físico da instituição. Em 2020 recebeu atualizações que permitiram a integração com o Sistema de Ordens de Serviço para que o laudo de baixa incluísse a ficha patrimonial, a opção de incluir Termo de Responsabilidade ao servidor, adequações para trazer conformidade com a legislação vigente e aos itens de depreciação.	Sistema previamente implantado, com desenvolvimento de novas funcionalidades. Concluído.
Plataforma de Gestão de Projetos de Pesquisa (GPesq)	Plataforma de Gestão para Projetos de Pesquisa executados na instituição. Em 2020 incorporou as funcionalidades da PSP e passou a oferecer suporte completo à gestão dos projetos de pesquisa, da submissão ao relatório final. As funcionalidades para suporte ao relatório final estão em desenvolvimento com previsão de entrega para o primeiro semestre de 2021.	Sistema previamente implantado, com desenvolvimento de novos módulos e demandas na fila.
Plataforma de Submissão de Projetos de Pesquisa (PSP)	Sistema responsável pela gestão da submissão, avaliação, ranqueamento e divulgação de resultados de seleção de projetos de pesquisa. Em 2020 recebeu melhorias no processo de submissão de projetos e o suporte aos editais de fluxo contínuo. Além disso, foi incorporado ao Sistema GPesq, formando uma plataforma única de gestão para todos os projetos de pesquisa da instituição.	Sistema previamente implantado, com desenvolvimento de novas funcionalidades. Concluído.
Questionário Sócioeconômico-Cultural	Sistema responsável por coletar dados de todos os discentes ingressantes nos cursos de graduação da instituição. Em 2020 recebeu atualizações no formulário para atender a demandas de levantamentos estatísticos, ações afirmativas e a políticas de inclusão. Além disso, foi integrado ao Sistema de Assistência Discente para o qual passou a apresentar dados coletados.	Sistema previamente implantado, com desenvolvimento de novas funcionalidades. Concluído.
Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	Sistema de tramitação eletrônica de processos e documentos. Em 2020 foi implementado o recurso de unidades pessoais, de forma que todo servidor ativo passou a contar com uma unidade própria na plataforma.	Sistema previamente implantado, com demandas por novos recursos registradas. Concluído.
Sítios Eletrônicos	Grupo de sítios hospedados pela instituição que, em conjunto com o Portal Institucional, é responsável por toda a divulgação acadêmica, científica e administrativa oficial da UNIFAL-MG. Em 2020 foram implantados novos sítios eletrônicos, tanto pessoais quanto institucionais. Ocorreu também a migração de sítios existentes na plataforma Drupal para a plataforma Wordpress.	Projeto de manutenção contínua.

d) Outras iniciativas

- Atualização de 2 laboratórios: Biblioteca (sede) e Laboratório de Informática 2 (Campus Poços de Caldas);
- Disponibilização de computadores para 20 consultórios (CEM/UE);
- Disponibilização da infraestrutura de rede do Prédio F no Campus Poços de Caldas, pelo DI/PROAF;
- Ampliação da capacidade de processamento, espaço, memória, e execução de backup do Moodle para suporte ao Ensino Remoto Emergencial (ERE);
- Implantação de Sistema para realização de Eleições online, para órgãos colegiados, cargos diretivos, etc, com a realização de 57 processos eleitorais, com aproximadamente 2000 eleitores.

Segurança da Informação

A UNIFAL-MG possui uma Política de Segurança da Informação e Comunicação própria em vigor desde sua aprovação pelo Consuni em 2018. Além da política, há normas internas para o uso de recursos de tecnologia da informação, de serviços de impressão, do e-mail institucional, de credenciais de acesso e para o uso seguro de perfis institucionais em redes sociais. Para conhecer a Política de Segurança da Informação e Comunicação da UNIFAL-MG, acesse:

<http://www.unifal-mg.edu.br/nti/normas-e-documentos>

No ano de 2020, foram aprovadas diretrizes para o uso de serviços de armazenamento, compartilhamento de arquivos e normativas para o uso dos serviços disponíveis no *G Suite for Education*. Foram aprovados, também, o Processo de Gestão de Riscos de Segurança da Informação, a política de gestão e uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle, o Plano de Transformação Digital da UNIFAL-MG, a Política de Backup, entre outros. Esses normativos podem ser acessados em:

<http://www.unifal-mg.edu.br/nti/normas-e-documentos>

Paralela à da Política de Backup, foi instituída, por meio de processo, uma agenda de backup, atualizada e divulgada sempre que necessário. Os incidentes de segurança de TIC são tratados pela ETIR – Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança em Redes Computacionais. Conheça a ETIR:

<http://www.unifal-mg.edu.br/etir>

A gestão e monitoramento de segurança da informação é de responsabilidade da Gerência de Segurança da Informação, uma unidade do NTI, sob responsabilidade de seu gerente, que realiza acompanhamento diário dos backups de dados e servidores, verificação de incidentes de segurança, entre outros. Através da Portaria nº 739, de 13 de maio de 2020, alterada pela Portaria nº 1731, de 16 de novembro de 2020, foi constituída a Comissão Multidisciplinar para análise da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e definição de diretrizes para coleta, armazenamento e uso de dados. A Comissão está com seus trabalhos em andamento. Mais informações podem ser acessadas em:

<http://www.unifal-mg.edu.br/lgpd>

Principais Metas não Alcançadas, Principais Desafios e Ações & Perspectivas para os Próximos Exercícios

Em um ano completamente atípico, algumas metas previstas para o ano de 2020 não puderam ser cumpridas, em especial as que requeriam trabalhos presenciais, como, por exemplo, as atualizações de infraestrutura e laboratórios. Em que pese os desafios que se colocam para a administração pública para os próximos anos, tendo em vista a situação geral do país, pretende-se dar continuidade à política de atualização de computadores de laboratórios didáticos, bem como de computadores utilizados nas áreas acadêmica e administrativa, por meio da aquisição de computadores ou atualização de hardware (placa mãe/memória/processador). Na área de sistemas, estão em andamento grandes projetos como o GPESQ, que é um software de gestão de toda a área de pesquisa da universidade, e o sistema para gestão de bolsistas. Deverão ser desenvolvidos, ainda, os sistemas “Nada Consta” e “Diploma Digital”, a conclusão da curricularização da extensão, o módulo de peticionamento no SEI, entre outros. Na área de redes, continuará sendo feita a ampliação da área de cobertura da rede wireless, a fim de cobrir todas as salas de aula e laboratórios didáticos da instituição. Na infraestrutura, serão substituídos equipamentos problemáticos em alguns prédios antigos da sede e também em prédios novos.

Gestão Orçamentária e Financeira



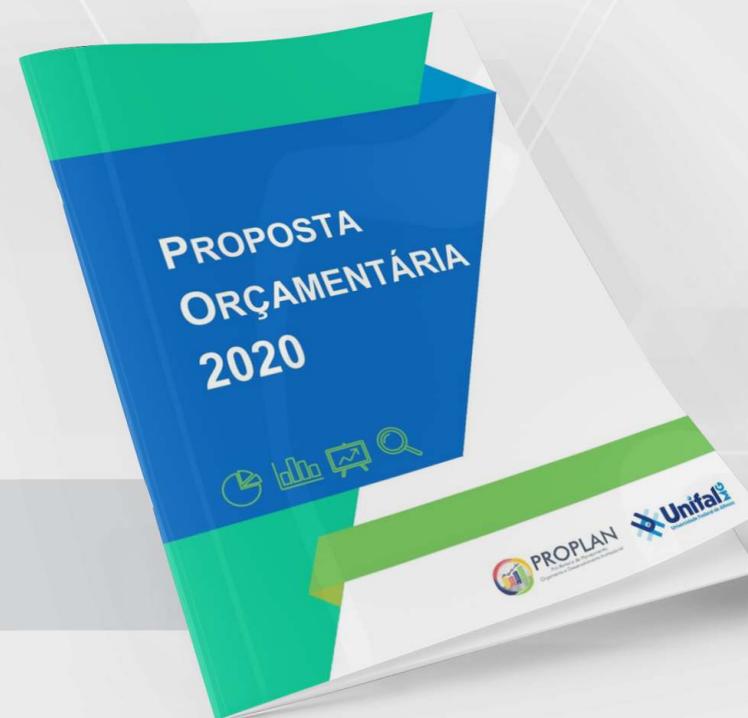
No âmbito da UNIFAL-MG, a gestão orçamentária e financeira compete, regimentalmente, às Pró-Reitorias de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional e de Administração e Finanças. A cargo delas, fica o dever da observância dos princípios que regem a administração pública, dentre eles, o princípio do equilíbrio entre as receitas e despesas.

Em atenção às normas estabelecidas pelo Regimento da universidade (Art. 80, Inciso IV Art. 176), compete à Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional a elaboração da Proposta Orçamentária Anual (Lei orçamentária da UNIFAL-MG) cuja finalidade é estabelecer as diretrizes para a execução orçamentária; ao Reitor a apresentação (Art. 26, inciso IX); e ao Conselho Universitário (Consuni) a deliberação (Art. 9º, inciso IV). Cumpre ressaltar que o Consuni é presidido pelo Reitor e composto por representantes das Unidades Acadêmicas, dos servidores técnico-administrativos, dos discentes e de representação do Conselho de Integração Comunitária – Cicom.

Acesse as Propostas Orçamentárias Anuais da UNIFAL-MG pelo link:

<https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/cor/>

A execução orçamentária geral da UNIFAL-MG, em 2020, totalizou o montante empenhado de R\$ 263.339.214,24, tendo sido liquidado desse valor a quantia de R\$ 237.881.309,73 e pago R\$ 222.547.290,58, considerando conjuntamente a dotação orçamentária autorizada na LOA 2020 e os créditos recebidos via destaque. Entende-se por destaque os recursos disponibilizados através de termo de execução descentralizada (TED) e a quantia extraordinária alocada para subsidiar as ações de enfrentamento à COVID-19.



Na UNIFAL-MG, as despesas são assim classificadas:



Os quadros e gráficos abaixo discriminam, por ação orçamentária e por grupo e elemento de despesa, respectivamente, os recursos executados em 2020. Cumpre ressaltar que foram empenhados R\$ 249.514.391,91 da dotação oriunda da LOA 2020; R\$ 11.238.699,19, de créditos orçamentários recebidos de outros órgãos via Termo de Execução Descentralizada (TED) e R\$ 2.586.123,14 proveniente da ação específica que teve como objetivo mitigar os efeitos da pandemia.

Quadro 33. Detalhamento da execução orçamentária classificada por ação orçamentária

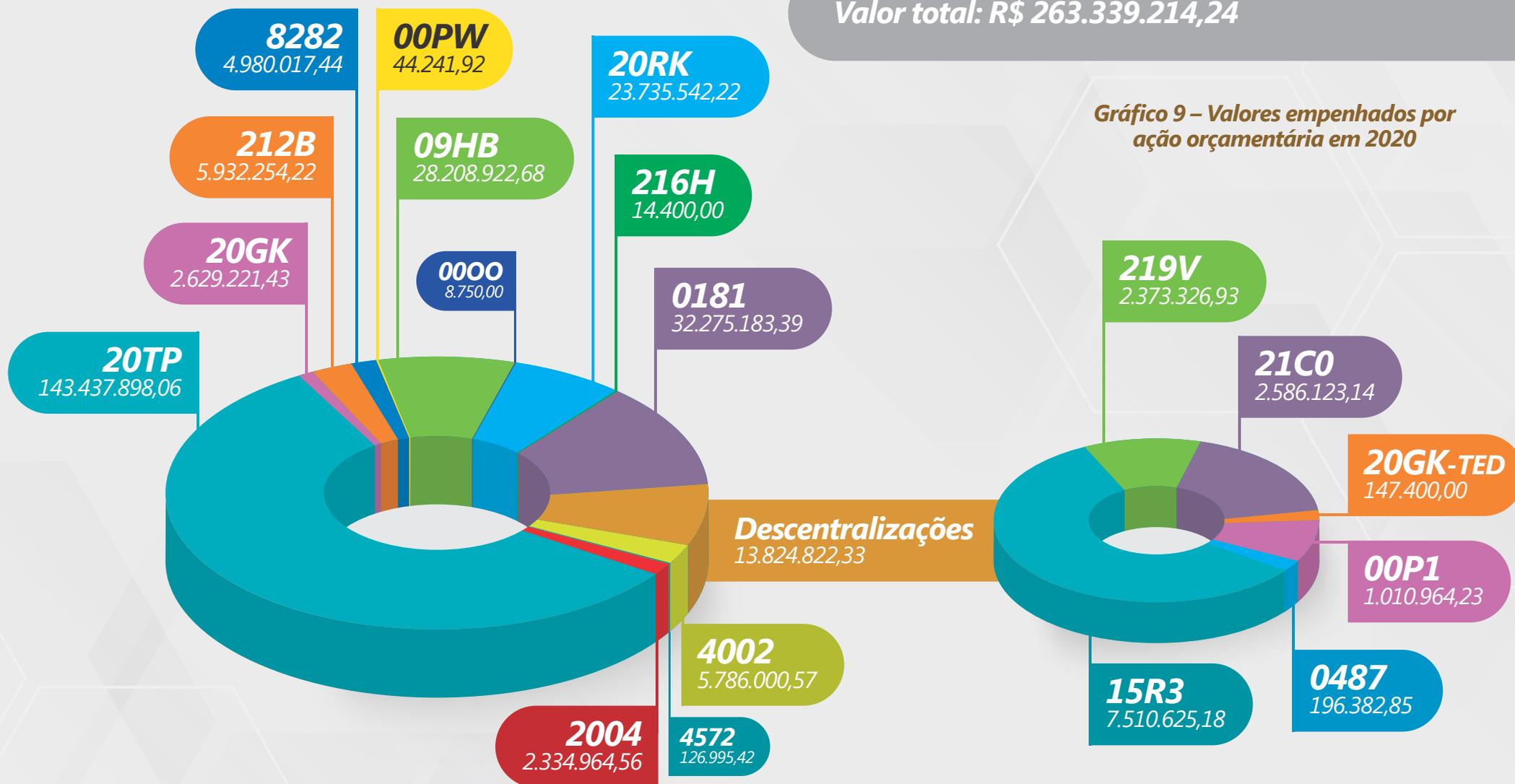
Execução orçamentária detalhada por Ação (valores em R\$)				
Ação Governo	Descrição	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
000Q	Contribuições a organismos internacionais sem exigência de programação específica	8.750,00	7.886,25	7.886,25
00P1	Apoio à residência em Saúde	1.010.964,23	1.010.964,23	941.025,20
00PW	Contribuições a entidades nacionais sem exigência de programação específica	44.241,92	44.241,92	44.241,92
0181	Aposentadorias e pensões civis da União	32.275.183,39	32.275.183,39	29.802.686,33
0487	Concessão de bolsas de estudo no Ensino Superior	196.382,85	68.197,81	68.197,81
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos	28.208.922,68	28.208.922,68	28.208.922,68
15R3	Apoio à expansão, reestruturação e modernização das Instituições Federais	7.510.625,18	309.840,00	309.840,00
2004	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes	2.334.964,56	2.334.964,56	2.137.920,08

Ação Governo	Descrição	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
20GK	<i>Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão</i>	2.776.621,43	1.646.465,85	1.642.265,85
20RK	<i>Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</i>	23.735.542,22	14.893.580,34	14.857.640,63
20TP	<i>Ativo civis da União</i>	143.437.898,06	143.437.898,06	131.373.453,88
212B	<i>Benefícios obrigatórios aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes</i>	5.932.254,22	5.932.254,22	5.453.541,27
216H	<i>Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos</i>	14.400,00	14.400,00	9.900,00
219V	<i>Apoio ao funcionamento das Instituições Federais de Educação</i>	2.373.326,93		
21C0	<i>Enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus</i>	2.586.123,14	2.025.811,40	2.025.811,40
4002	<i>Assistência ao estudante de Ensino Superior</i>	5.786.000,57	4.968.884,09	4.968.884,09
4572	<i>Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação</i>	126.995,42	107.589,72	100.847,98
8282	<i>Reestruturação e modernização das instituições federais de ensino superior</i>	4.980.017,44	594.225,21	594.225,21
Total		263.339.214,24	237.881.309,73	222.547.290,58

Valores empenhados detalhados por Ação Orçamentária

Valor total: R\$ 263.339.214,24

Gráfico 9 – Valores empenhados por ação orçamentária em 2020



Quadro 34. Detalhamento da execução orçamentária classificada por grupo e por elemento de despesa

Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa da UNIFAL-MG (valores em R\$).						
Grupo da Despesa		Elemento de Despesa		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
4	Investimentos	39	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	500,00	185,00	185,00
		40	Serviços de tecnologia da informação e comunicação pessoas jurídicas	38.016,00	3.090,00	3.090,00
		51	Obras e instalações	9.985.683,72	195.696,77	195.696,77
		52	Equipamentos e material permanente	3.730.133,83	1.529.477,10	1.529.477,10
3	Outras despesas correntes	4	Contratação por tempo determinado – pessoal civil	206.331,93	206.331,93	196.724,35
		8	Outros benefícios - Assist. do servidor e do militar	830.258,04	830.258,04	767.339,64
		14	Diárias – pessoal civil	58.173,69	58.173,69	58.173,69
		18	Auxílio financeiro a estudantes	6.471.971,35	5.540.120,93	5.535.920,93
		30	Material de consumo	4.425.990,23	2.322.939,77	2.322.939,77
		33	Passagens e despesas com locomoção	13.026,98	13.026,98	13.026,98
		36	Outros serviços de terceiros – pessoa física	597.483,14	505.325,94	464.070,33
		37	Locação de mão de obra (terceirização)	14.573.315,35	9.943.849,73	9.943.849,73
		39	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	8.473.072,37	4.149.069,47	4.149.069,47
		40	Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoas jurídicas	1.294.204,46	24.348,76	24.348,76
41	Contribuições	52.991,92	52.128,17	52.128,17		

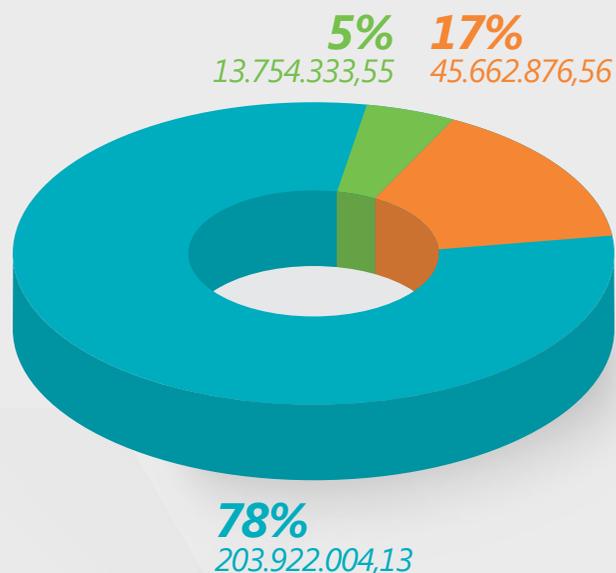
Grupo da Despesa		Elemento de Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	
3	Outras despesas correntes	46	Auxílio-alimentação	4.875.835,27	4.875.835,27	4.469.648,30
		47	Obrigações tributárias e contributivas	188.843,77	185.150,37	185.150,374
		8	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	989.689,05	989.689,05	919.750,02
		49	Auxílio-transporte	18.762,30	18.762,30	18.762,30
		91	Sentenças judiciais	1.066,68	1.066,68	1.066,68
		92	Despesas de exercícios anteriores	13.876,09	13.876,09	8.874,30
		93	Indenizações e restituições	2.577.983,94	2.500.903,56	2.302.935,03
1	Pessoal e Encargos sociais	1	Aposentadoria – RPPS e outros	27.569.087,67	27.569.087,67	25.457.020,05
		3	Pensões do RPPS e do Militar	4.550.847,16	4.550.847,16	4.203.355,10
		4	Contratação por tempo determinado – pessoal civil	5.867.374,56	5.867.374,56	5.570.143,88
		7	Contribuição à entidade fechada	836.714,63	836.714,63	769.273,99
		11	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	136.321.057,98	136.321.057,98	124.663.406,52
		13	Obrigações patronais	28.208.922,68	28.208.922,68	28.208.922,68
		16	Outras despesas variáveis – pessoal civil	244.485,36	244.485,36	210.195,08
		91	Sentenças judiciais	249.222,00	249.222,00	228.453,50
		92	Despesas de exercícios anteriores	74.292,09	74.292,09	74.292,09
TOTAL			263.339.214,24	237.881.309,73	222.547.290,58	

Execução Orçamentária classificada por grupo de despesa

Gráfico 10 - Despesas empenhadas em 2020

DESPESAS EMPENHADAS

Valor total: R\$ 263.339.214,24

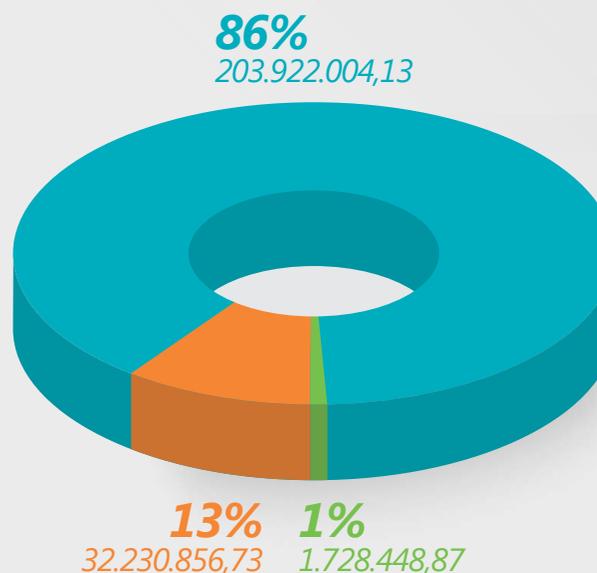


- Investimentos¹
- Outras despesas correntes²
- Pessoal e Encargos Sociais³

Gráfico 11 - Despesas liquidadas em 2020

DESPESAS LIQUIDADAS

Valor total: R\$ 237.881.309,73

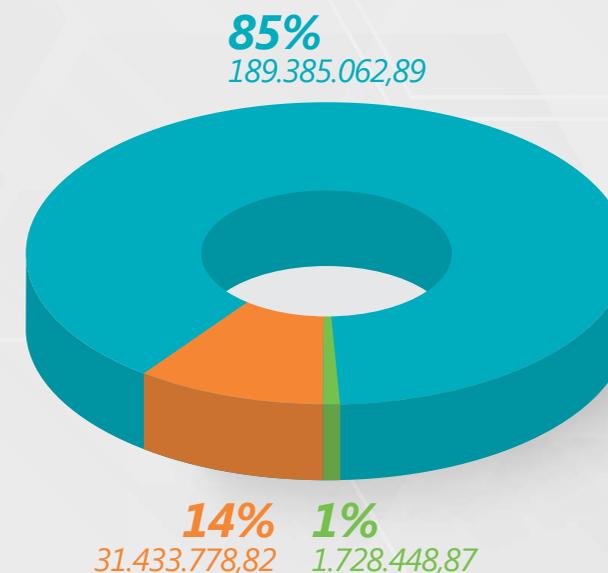


- Investimentos
- Outras despesas correntes
- Pessoal e Encargos Sociais

Gráfico 12 - Despesas pagas em 2020

DESPESAS PAGAS

Valor total: R\$ 222.547.290,58



- Investimentos
- Outras despesas correntes
- Pessoal e Encargos Sociais

¹ Investimentos (Despesas de Capital): São despesas relativas ao planejamento e à execução de obras públicas, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e outras da mesma natureza.

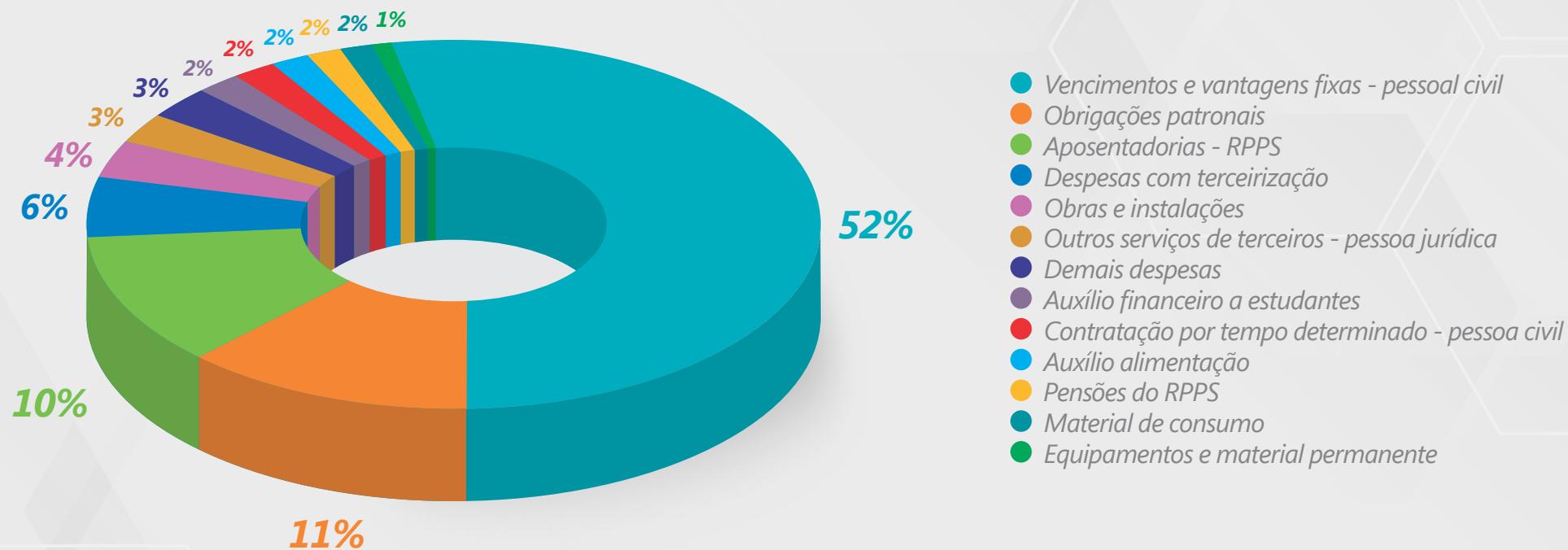
² Outras despesas correntes: Despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de serviços prestados por pessoa física sem vínculo empregatício ou pessoa jurídica, independentemente da forma contratual, e outras da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos grupos anteriores e;

³ Despesas com Pessoal e Encargos Sociais (Despesas correntes): Despesas de Natureza salarial decorrentes do efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento dos proventos de aposentadorias e outras da mesma natureza;

Gráfico 13 - Porcentagem dos valores empenhados por elemento de despesa em 2020

DESPESAS CLASSIFICADAS POR ELEMENTO DE DESPESA VALORES EMPENHADOS EM 2020

Valor total: R\$ 263.339.214,24



Além do orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual, de acordo com a programação das despesas fixadas para o exercício financeiro, a UNIFAL-MG também conta com descentralizações de créditos realizadas entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que auxiliam no financiamento de diversas ações da instituição. Tal descentralização de créditos configura delegação de competência para a unidade descentralizada (no caso, a UNIFAL-MG) promover a execução de programas, projetos ou atividades previstos no orçamento da unidade descentralizadora (CAPES, Secretaria de Educação Superior – SESU e outras). Essa transferência de recursos se dá por meio de celebração de termo de execução descentralizada – TED, instrumento que ajusta e baliza as descentralizações atendendo às normas subjacentes à matéria, previstas no Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

No ano de 2020 a UNIFAL-MG contou com o apoio, via descentralizações de crédito, de diversas ações de suma importância conforme o quadro a seguir:

Quadro 35. Detalhamento das descentralizações de crédito recebidas via TED em 2020

Descentralizações de crédito recebidas via TED em 2020		
Nº TED	Objeto da descentralização	Valores Empenhados
9779 - Ação de Apoio às Universidades Federais sem hospitais universitários.	<i>Apoio financeiro a fim de permitir que sejam realizadas aquisições de materiais, pactuações e/ou convênios com hospitais municipais, estaduais, filantrópicos e privados, e adequações das estruturas físicas para as atividades de ensino-serviço realizadas pelos estudantes dos cursos de graduação em medicina das Universidades Federais que não possuem hospitais no período do internato médico, conforme disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Medicina de 2014.</i>	R\$ 1.053.000,00
10088 - Apoio à manutenção predial	<i>Contratação de Pessoa Jurídica de serviços comuns de engenharia para manutenção e adequação predial e de infraestrutura com fornecimento de todos os materiais necessários à sua execução para os campus da UNIFAL-MG.</i>	R\$ 833.556,85
9590 - Ampliação de Capacidade de TIC	<i>1) Aquisição/assinatura de 2 plataformas de e-books (biblioteca virtual): a) plataforma “Minha Biblioteca” do consórcio formado pelas editoras de livros acadêmicos do Brasil – Grupo A, Grupo GEN-A, Manole e Saraiva; e b) “Biblioteca Virtual” da Pearson Education e outros editores. 2) Assinatura do sistema UpToDate: base de dados que publica revisões em diversas áreas da Medicina e atua na importante integração das pesquisas básicas, clínicas e transnacionais.</i>	R\$ 1.000.000,00

Nº TED	Objeto da descentralização	Valores Empenhados
10021 - Fase I Prédio da Faculdade de Odontologia	<i>Emenda de Bancada de Minas Gerais 202071140009 - Obra da Fase I de construção do Prédio da Faculdade de Odontologia na Unidade Educacional Santa Clara da UNIFAL-MG, com área construída de 12.038,00 m², contemplando Clínicas, laboratórios, salas de aulas.</i>	R\$ 4.167.007,10
9592 Apio ao Custeio	<i>Contratação de engenheiro e arquiteto para atender às demandas emergenciais relacionadas às obras da UNIFAL-MG (terceirização).</i>	R\$ 603.353,16
9027 - Residência Multi-Saúde da família e Residência enfermagem obstétrica	<i>Formar profissionais de saúde especialistas, qualificados nas áreas de concentração, em Saúde da Família e Enfermagem Obstétrica dentro dos princípios éticos e humanistas, com visão crítica e reflexiva, capazes de atuar com competência nos diferentes campos estratégicos da rede do Sistema Único de Saúde-SUS, por meio do processo ensino-serviço-trabalho e interdisciplinaridade.</i>	R\$ 1.010.964,23
9535 Equipamentos de TIC	<i>Aquisição de 40 (quarenta) unidades de Notebook – Processador Intel Core i7-10510U, 16GB de memória RAM, HD SSD 256GB, Tela de 14", com resolução mínima de 1920 x 1080 (Full HD), Windows 10 Pro, Garantia de 24 meses, com mochila e mouse sem fio, com intuito de mitigar as consequências da pandemia.</i>	R\$ 370.100,00
9571 - Fase II do Auditório do campus Poços de Caldas	<i>Execução da Fase II do Auditório do Campus de Poços de Caldas, com acabamento de revestimento acústicos, iluminação, ar condicionado e entorno.</i>	R\$ 1.856.935,00
9142 - Programa de Desenvolvimento da Preceptoria em Saúde PRODESP	<i>Financiamento de bolsas de tutoria acadêmica e preceptoria para supervisionar estudantes de medicina na etapa de internato médico em cursos de Medicina sem hospitais próprios nas Universidades Federais.</i>	R\$ 147.400,00
8348 Descentralização de crédito referente à implantação e desenvolvimento de cursos no âmbito do sistema PROAP.	<i>Constitui objeto do presente instrumento a cooperação entre a Universidade Federal de Alfenas e CAPES para execução do Programa de Apoio à Pós-Graduação - PROAP, segundo as normas contidas em seu regulamento vigente, para apoio aos cursos de pós-graduação stricto sensu.</i>	R\$ 196.382,85
TOTAL		R\$ 11.238.699,19

Detalhamento das despesas executadas com os recursos extraordinários para o enfrentamento da COVID-19

É importante destacar que, no ano de 2020, por meio das Medidas Provisórias nº 924, 941 e 942/2020, foram direcionados recursos, especificamente, com a finalidade de subsidiar as ações destinadas a mitigar os efeitos da crise da pandemia sobre a população e a economia. Recursos esses representados na ação orçamentária 21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Conforme dispõe o inciso II do artigo 5º da EC nº 106/2020, todas as despesas relacionadas ao enfrentamento devem ser apresentadas de forma separada na prestação de contas do Presidente da República. Sendo assim, com base nessa determinação, consta na tabela separadamente a execução orçamentária da UNIFAL-MG inerente a esses recursos extraordinários. Cumpre ressaltar que, inicialmente, em razão do desconhecimento da profundidade das consequências da pandemia, foram disponibilizados para a universidade recursos de capital (para aquisição de equipamentos, obras, instalações etc). Entretanto, no decorrer dos meses pandêmicos, detectou-se a necessidade maior de ações que priorizaram o uso do recurso de custeio (aquisição de EPI, insumos, testes e demais materiais de consumo necessários para o enfrentamento), conforme se observa na tabela abaixo.

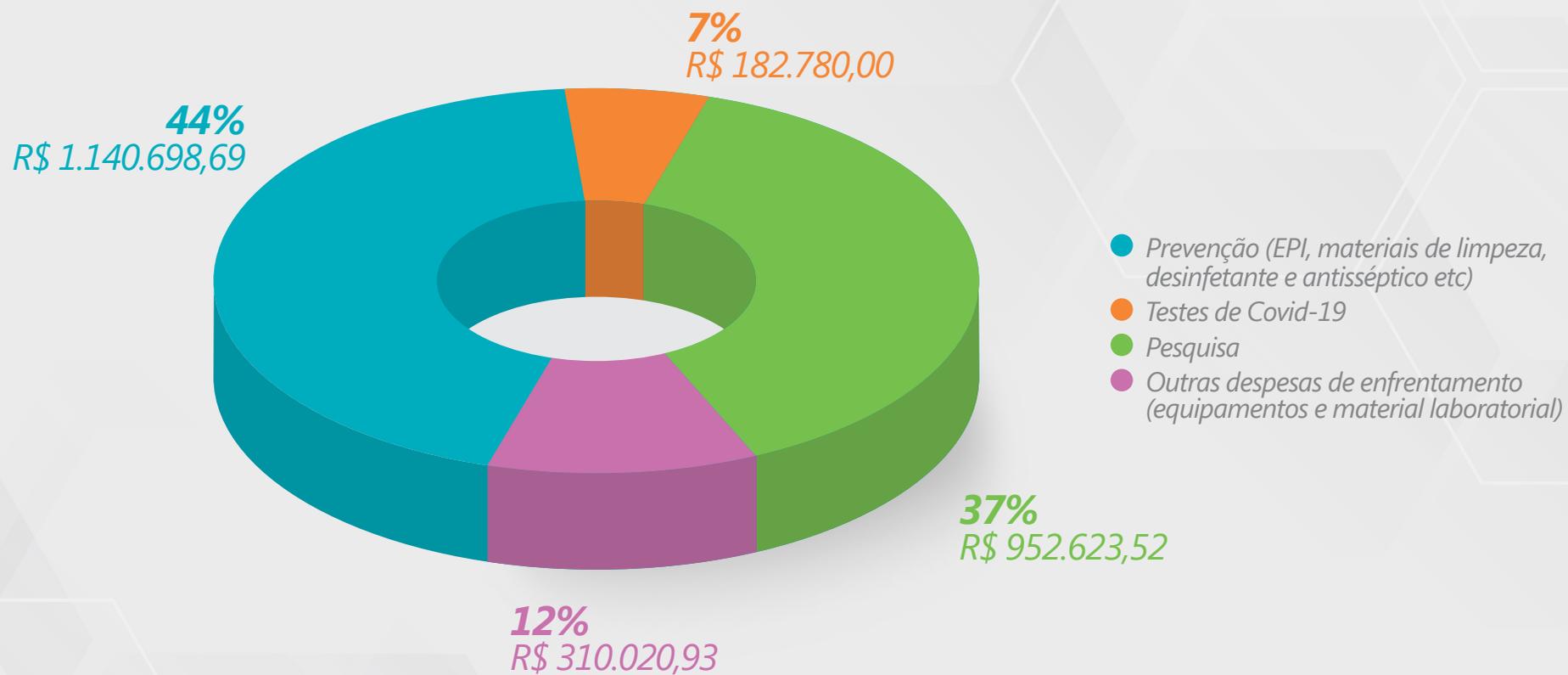
Quadro 36. Detalhamento das despesas executadas com os recursos extraordinários para o enfrentamento da COVID-19

Detalhamento das despesas executadas com os recursos extraordinários para o enfrentamento da COVID-19 - por Grupo e Elemento de Despesa (valores em R\$)								
Ação Governo		Grupo Despesa		Elemento Despesa		Despesas empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
21C0	Enfrentamento da emergência da saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus	4	Investimentos	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	99.472,65	18.461,70	18.461,70
		3	Outras despesas correntes	18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	21.600,00	18.000,00	18.000,00
				30	MATERIAL DE CONSUMO	1.528.776,97	1.101.825,18	1.101.825,18
				39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	936.273,52	887.524,52	887.524,52
TOTAL						2.586.123,14	2.025.811,40	2.025.811,40

Gráfico 14 - Despesas empenhadas com recursos para enfrentamento da COVID-19

DESPESAS EMPENHADAS COM RECURSOS PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID-19 POR FINALIDADE

Valor total: R\$ 2.586.123,14

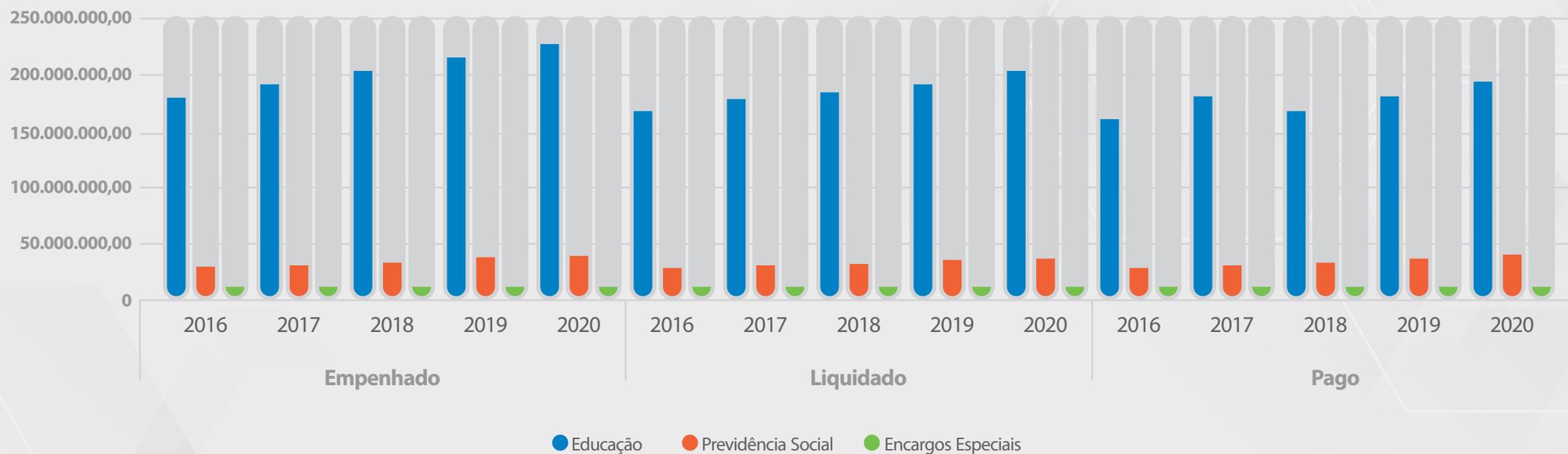


Quadro 37. Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa da UNIFAL-MG por função

Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa por função (empenhada, liquidada e paga)							
Execução Orçamentária	Ano	Educação	Encargos Especiais	Previdência Social	Ciência e Tecnologia	Cultura	Total
Empenhado	2020	231.011.038,93	52.991,92	32.275.183,39			263.339.214,24
	2019	214.988.278,64	49.718,70	31.461.361,25			246.499.358,59
	2018	202.054.927,11	53.759,80	29.052.656,36	408.051,76		231.569.395,03
	2017	190.591.502,18	40.000,00	26.770.228,70			217.401.730,88
	2016	178.721.005,13	40.000,00	24.291.266,86		99.998,40	203.152.270,39
Liquidado	2020	205.553.998,17	52.128,17	32.275.183,39			237.881.309,73
	2019	199.642.357,56	49.718,70	31.461.361,25			231.153.437,51
	2018	190.635.895,62	53.759,80	29.052.656,36			219.742.311,78
	2017	183.163.235,01	38.500,00	26.770.228,70			209.971.963,71
	2016	168.676.779,77	40.000,00	24.291.266,86			193.008.046,63
Pago	2020	205.553.998,17	52.128,17	29.802.686,33			235.408.812,67
	2019	183.611.329,78	49.718,70	31.461.361,25			215.122.409,73
	2018	176.269.778,61	53.759,80	29.052.656,36			205.376.194,77
	2017	182.860.556,90	38.500,00	26.770.228,70			209.669.285,60
	2016	167.605.667,18	40.000,00	24.291.266,86			191.936.934,04

Gráfico 15 – Evolução da execução orçamentária da despesa por função nos últimos anos

Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa por função



Discussão do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado

O planejamento orçamentário da UNIFAL-MG para 2020 se iniciou em meados de 2019 com a consulta às unidades sobre as demandas para aquele ano considerando os cenários: 1) o mesmo de 2019 e 2) desfavorável com redução de 20% em termos de orçamento, com base na indicação dos limites para 2020 por parte do Governo Federal. Foram observados dados históricos acerca da execução orçamentária da universidade, reajustes tarifários, diretrizes institucionais, além das informações coletadas junto às Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas e demais órgãos suplementares e apoio. Entretanto, em razão das consequências da pandemia, o desempenho inicialmente previsto se mostrou em desacordo com a atipicidade do novo quadro que se instaurava, levando em consideração principalmente a oscilação apresentada em termos comparativos com os dados históricos. Diante disso, com fundamento nessa análise de tendências realizada ao longo do ano, medidas de planejamento foram tomadas, por meio das quais foi possível realocar o orçamento previsto em razão da redução das despesas de funcionamento da instituição, para subsidiar outras ações de suma importância para a universidade. Nesse sentido, demandas como reformas e manutenção dos campi foram atendidas, foi realizada a inversão de recursos orçamentários para o aporte em obras em andamento e a complementação de recursos para o início da execução de novos projetos buscando a melhoria da infraestrutura da UNIFAL-MG. Foram realocados, também, recursos para viabilizar a acessibilidade digital aos alunos que não possuíam os equipamentos necessários para o ensino remoto. Ações essas que refletem diretamente no resultado das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Explicações e reflexões sobre variações do resultado

Em 2020, a Legislação Orçamentária dificultou a realização dos procedimentos administrativos, apresentando parte dos recursos condicionada à aprovação legislativa que, basicamente, condiciona a liberação desses recursos à aprovação de lei para contornar a chamada regra de ouro. A regra impede que o governo se endivide para pagar despesas correntes (como salários e custeio), o que só pode ocorrer depois de aprovação dos parlamentares. Em razão dessa medida, 41% dos recursos de custeio da UNIFAL-MG ficaram condicionados, tendo sido liberados por meio da aprovação da PLN8/2020-CN cuja publicação se deu em 03/06/2020. Até essa data, o planejamento, a execução orçamentária e financeira e a gestão de políticas educacionais (ensino, pesquisa e extensão) ficaram comprometidas em razão da incerteza quanto à aprovação e liberação do montante condicionado, pois, embora a liberação desses recursos costume ocorrer a partir do segundo semestre, não há uma garantia. Sendo assim, essa parcela do recurso condicionada à aprovação, somada ao cenário de pandemia, ensejou a necessidade de replanejamento das ações, buscando otimizar o uso dos recursos disponíveis no momento e, ao mesmo tempo, propiciar as condições para a execução da parte condicionada, quando do momento da aprovação da referida PLN8. Posto isso, haja vista os números da execução financeira e, especialmente, as ações realizadas em 2020 publicadas neste relato integrado, conclui-se que os resultados foram positivos.

Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações & perspectivas para os próximos exercícios

A respeito das principais metas estabelecidas, no que tange à matéria orçamentária, a fim de atingir uma compreensão mais clara, é oportuno observá-las separadamente de acordo com a origem: recursos ordinários advindos da lei orçamentária anual - LOA e os recursos oriundos das descentralizações de crédito - TED. As ações subsidiadas com os recursos advindos da LOA têm como base norteadora as metas físicas e financeiras informadas em momento específico da elaboração do projeto de lei orçamentária do Governo Federal. As descentralizações de crédito recebidas via TED têm como meta o estrito cumprimento do objeto dos planos de trabalho a que se referem.

Análise das metas inerentes ao orçamento oriundo da LOA: Quanto à meta física, observou-se um quantitativo de alunos matriculados abaixo do previsto para o ano de 2020, sendo esse número o produto principal da ação de funcionamento da instituição. Os recursos destinados a essa ação tem como escopo viabilizar o ensino por meio da garantia de condições essenciais para a manutenção dos alunos da universidade com o financiamento das despesas básicas: energia elétrica, água, vigilância, limpeza, dentre outras. Essa diminuição no número de alunos, bem como a suspensão das aulas presenciais ensejou, conseqüentemente, uma redução na execução financeira, propiciando economia de recursos que puderam ser realocados em outras demandas de suma importância para o funcionamento da universidade.

Desse modo, a execução financeira referente à ação de funcionamento, em virtude do replanejamento mencionado anteriormente diante do cenário instaurado, apresentou-se eficiente.

Em relação à assistência estudantil, com a suspensão das aulas presenciais, os benefícios indiretos, principalmente os ligados ao Restaurante Universitário, de menor custo e, conseqüentemente, maior abrangência, reduziram-se a cerca de 10% do ordinário. Entretanto, com a retomada das atividades mediadas por tecnologia, surgiu a necessidade de investimentos em auxílios de maior valor e, conseqüentemente, menor abrangência, especialmente no segundo semestre, a fim de minimizar as diferenças de acessibilidade à rede mundial de computadores. Diante disso, considerando que a meta física da ação de assistência é a quantidade de alunos assistidos, nota-se uma redução na quantidade. Todavia, pela perspectiva das metas financeiras, levando-se em conta a execução orçamentária e buscando as referidas ações de acessibilidade, depreende-se que o resultado foi positivo diante do cenário desafiador.

Com relação à ação de fomento relacionada ao Ensino, Pesquisa e Extensão, para 2020 foram indicados 4 objetos como meta: Ações de Pesquisa Universitária; de Pós-Graduação; de Extensão Universitária e Ações Culturais.

Com relação à pesquisa e pós-graduação, o recurso condicionado à aprovação legislativa já mencionado impôs a necessidade de cautela com relação à execução de despesas com os programas da universidade, diante da incerteza de poder contar com o recurso integral previsto. Quanto às ações de extensão, devido à pandemia, o cronograma de execução de programas e projetos contemplados com bolsas teve que ser readequado e, naquele momento, alguns deles ainda estavam em processo de seleção de bolsistas. Esse atraso para a execução de programas e projetos que estavam contemplados com bolsas gerou impacto no pagamento impossibilitando a execução do que estava inicialmente previsto.

Em relação à ação de reestruturação e modernização das instituições (investimentos), as metas físicas para 2020 se tratavam de 3 projetos a ser viabilizados: a contratação da fase II do biotério de criação, a complementação do valor para a construção de um elevador de acesso à parte baixa do Campus de Varginha e o processo de aquisição de equipamentos necessários à manutenção da estrutura da universidade, notadamente, com vistas à modernização e adequação da estrutura física e laboratórios. Em 2020, embora seja uma meta física da LOA de 2019, iniciaram-se também as instalações das usinas fotovoltaicas que irão proporcionar uma economia significativa para a instituição. Desse modo, conclui-se que tanto as metas físicas quanto as financeiras foram alcançadas. Maiores detalhes podem ser vistos no capítulo Principais Investimentos.

Pode-se mencionar, também, as ações relacionadas à capacitação dos servidores, uma vez que o número de servidores capacitados, objeto da meta física, ficou um pouco abaixo do previsto.

Medidas foram tomadas como a busca de cursos on-line para oferecer capacitação aos servidores ainda no cenário de pandemia, o que minimizou a inexecução financeira nessa ação a uma quantia não significativa em termos orçamentários.

Análise das metas inerentes aos recursos descentralizados via TED: No que tange às metas viabilizadas por descentralizações de crédito, foi empenhado em 2020 o montante de R\$ 11.238.699,19 referente a projetos, programas ou atividades de diversas áreas envolvendo recursos de investimento e apoio ao custeio. Ao todo, foram 10 ações viabilizadas por meio da execução física, que pode ser vista como o atendimento ao objeto do plano de trabalho, e da execução financeira. Diante disso, infere-se que as metas inerentes às descentralizações foram alcançadas. Maiores detalhes quanto a essas ações viabilizadas podem ser vistos no quadro 35.

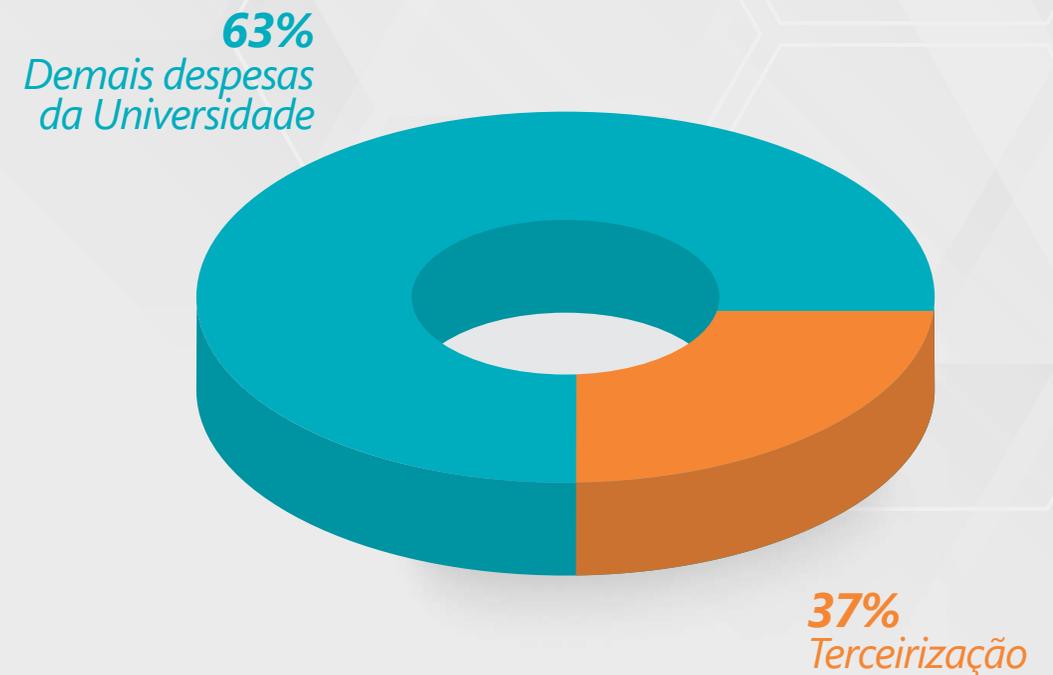
Para os anos seguintes, as perspectivas estão assentadas em incertezas e limitações o que, conseqüentemente, reflete nos desafios, uma vez que o regular funcionamento da universidade e o financiamento das principais áreas estratégicas da UNIFAL-MG - Ensino; Pesquisa; Extensão; Qualidade de Vida na Universidade; Gestão, Inovação e Internacionalização e Sustentabilidade (ambiental, financeira e social) - para o período de 2021 a 2025, correm sérios riscos com a restrição orçamentária. Para o ano de 2021, em relação ao orçamento de 2020, foi imposta uma redução de 23% do total discricionário previsto. Parte dessa redução foi um corte de aproximadamente 2 milhões de reais nos recursos de capital (investimentos). Além disso, sobre o montante previsto para 2021, foi aplicado um bloqueio na fração de 13%, sem previsão e/ou garantia de liberação.

Diante desse cenário, desenvolver ações que busquem ocupar vagas ociosas, iniciar ou dar continuidade em projetos de reestruturação e reformas da universidade e manter o regular funcionamento da instituição cumprindo com as despesas básicas serão desafios de difícil alcance. Considerando, ainda, que as restrições orçamentárias também afetam o Ministério da Educação - MEC, tendo em vista que as referidas descentralizações são quase todas oriundas das secretarias do MEC, torna-se incerto o deferimento de solicitações de recursos extraordinários àquele Ministério.

Outro grande desafio a ser enfrentado pela UNIFAL-MG, existente desde a época da expansão, é a deficiência no quadro de pessoal efetivo, que impacta diretamente no orçamento da instituição. A falta de pessoal efetivo é um problema estrutural e a cada ano tem se agravado sobremaneira, pois grande fatia do orçamento de custeio (discricionário) está comprometido com a terceirização, problema que se intensifica com o recorrente achatamento do orçamento discricionário em razão dos cortes de recursos e variações inflacionárias. Em 2020, os serviços terceirizados de natureza contínua consumiram o montante de R\$ 13.969.962,19 do total de R\$ 37.325.169 empenhado, ou seja, 37% do seu orçamento de custeio.

Gráfico 16 - Despesas com terceirização em relação ao total de recursos discricionários da UNIFAL-MG em 2020

DESPESAS COM TERCEIRIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE RECURSOS DISCRICIONÁRIOS DA UNIFAL-MG





Gestão de Pessoas

Na UNIFAL-MG, a Gestão de Pessoas é de responsabilidade da Pró-Reitoria Gestão de Pessoas – PROGEPE.

<https://www.unifal-mg.edu.br/progepe>

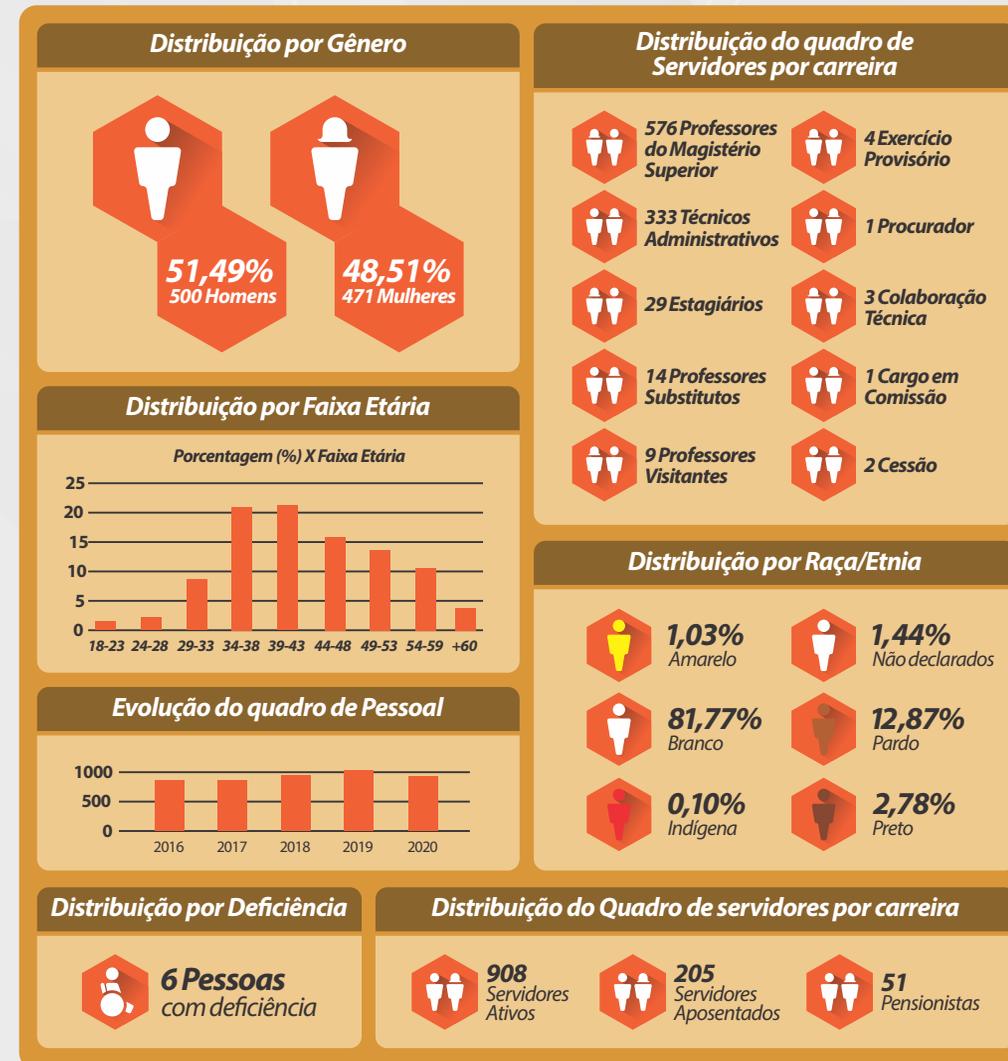
Conformidade legal

As principais normas internas utilizadas na Gestão de Pessoas da UNIFAL-MG são as resoluções emitidas pelo Conselho Universitário (Consuni), além do regimento interno e do estatuto da universidade.

São utilizados, ainda, os regimentos internos das Pró-Reitorias e das Unidades Acadêmicas, Portarias e Ofícios-Circulares emitidos pelo Reitor.

Avaliação da Força de Trabalho

Para demonstrar a situação da força de trabalho na UNIFAL-MG, apresentamos as informações pelas seguintes modalidades:



Quadro 37. Distribuição da força de trabalho por unidade de exercício

Distribuição do Quadro de servidores por unidade de exercício		
Unidade	Quantitativo	Porcentagem (%)
Agência de Inovação	2	0,21
Auditoria Interna	3	0,31
Biblioteca Central	4	0,41
Biblioteca da Unid. Educacional II	2	0,21
Biotério	2	0,21
Campus Poços de Caldas-MG	31	3,19
Campus Varginha-MG	28	2,88
CEAD	2	0,21
CEP	1	0,10
CPPD	1	0,10
DICOM	4	0,41
DIPS	3	0,31
DRGCA	4	0,41
DRI	2	0,21
NTI	22	2,27
Procuradoria	2	0,21
PRACE	11	1,13
PRPPG	5	0,51
PROAF	44	4,53

Unidade	Quantitativo	Porcentagem (%)
PROEX	6	0,62
PROGEPE*	25	2,57
PROGRAD	12	1,24
PROPLAN	16	1,65
Reitoria	2	0,21
Secretaria Geral	0	0,00
Escola de Enfermagem	31	3,19
Faculdade de Ciências Farmacêuticas	73	7,52
Faculdade de Medicina	64	6,59
Faculdade de Nutrição	22	2,27
Faculdade de Odontologia	55	5,66
Instituto de Ciência e Tecnologia	108	11,12
Instituto de Ciências Biomédicas	75	7,72
Instituto de Ciências da Motricidade	26	2,68
Instituto de Ciências da Natureza	40	4,12
Instituto de Ciências Exatas	51	5,25
Instituto de Ciências Humanas e Letras	80	8,24
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	78	8,03
Instituto de Química	33	3,40
Museu da Memória e Patrimônio	1	0,10
Total	971	100,00

Quadro 38. Quantitativo de servidores Docentes por Carga Horária

Carga Horária	Quantitativo
20 horas semanais	35
40 horas semanais	22
Dedicação Exclusiva	519
TOTAL	576

Quadro 39. Quantitativo de servidores Docentes por Qualificação/Titulação

Qualificação / Titulação	Quantitativo
Graduação	2
Especialização	41
Mestrado	38
Doutorado	495
TOTAL	576

Quadro 40. Quantitativo de servidores Técnico-Administrativos por Carga Horária

Carga Horária	Quantitativo
20 horas semanais	6
24 horas semanais	2
25 horas semanais	2
30 horas semanais	4
40 horas semanais	319
TOTAL	333

Quadro 41. Quantitativo de Professores Substitutos por Carga Horária

Carga Horária	Quantitativo
20 horas semanais	4
40 horas semanais	10
TOTAL	14

Quadro 42. Quantitativo de Professores Substitutos por Qualificação/Titulação

Qualificação / Titulação	Quantitativo
Graduação	3
Especialização	0
Mestrado	4
Doutorado	7
TOTAL	14

Quadro 43. Quantitativo de Professores Visitantes por Carga Horária e Titulação

Carga Horária	Titulação	Quantitativo
40 horas semanais com Dedicação Exclusiva	Doutorado	9
TOTAL	-	9

Quadro 44. Situação de Servidores com condições de aposentadoria, de acordo com relatório obtido junto ao Sistema Siapenet

Situação	Quantitativo
Número de servidores recebendo abono de permanência até dezembro de 2020	44

Quadro 45. Distribuição dos Servidores por faixa salarial

Faixa salarial	Porcentagem
Até R\$ 4.999,99	18,40%
De R\$ 5.000,00 até R\$ 9.999,99	25,50%
De R\$ 10.000,00 até R\$ 14.999,99	28,30%
De R\$ 15.000,00 ou mais	27,80%

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Embora o provimento de vagas de servidores efetivos numa instituição pública seja realizado exclusivamente por meio de concursos públicos, a PROGEPE, em parceria com a Diretoria de Processos Seletivos (DIPS), possui estratégias para a seleção de pessoas de acordo com o perfil desejado.

Primeiramente, verifica-se a alocação da vaga e se o provimento deverá ocorrer para a mesma lotação. Diante dessa informação, é solicitado ao gestor informar o perfil desejado e as possíveis habilidades correspondentes. A partir desse ponto, as provas do concurso são elaboradas, buscando-se selecionar candidatos cujas competências sejam compatíveis. Ao final do concurso, antes da posse, é solicitado ao candidato apresentação de currículo e participação em entrevista para análise subjetiva do perfil. Por fim, os candidatos são alocados considerando as compatibilidades entre as necessidades institucionais e competências individuais.

Para mais informações sobre o recrutamento de pessoal, consulte:
<https://www.unifal-mg.edu.br/dips/>

Detalhamento da Despesa de Pessoal

Para detalhamento da despesa de pessoal na UNIFAL-MG, apresentamos os seguintes quadros:

Quadro 46. Gastos com pessoal em 2020

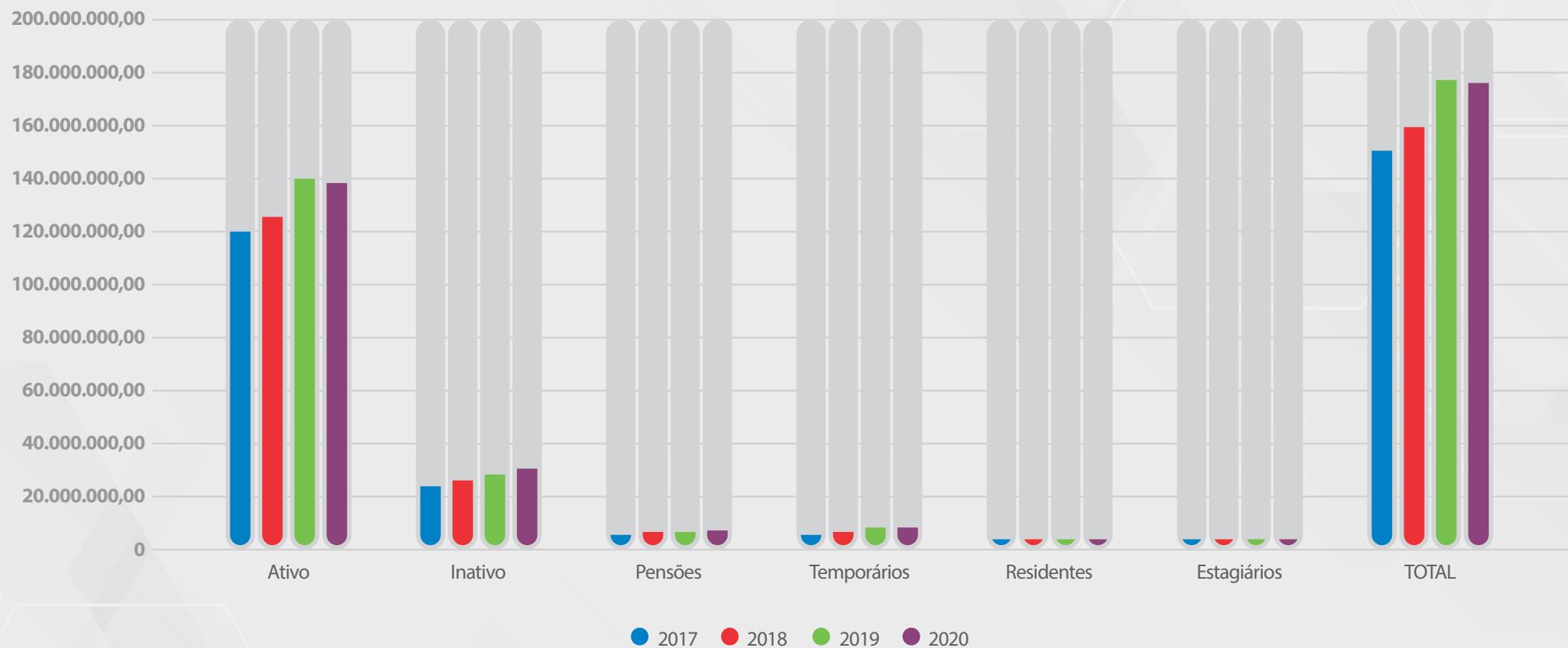
Categoria	Valor em R\$
Ativo	136.902.818,36
Inativo	27.820.693,40
Pensões	4.550.847,16
Estagiários	317.741,51
Residentes	773.436,85
Encargos - RGPS	1.003.353,88
Funpresp - contrapartida	836.714,63
Temporários (Substitutos e Visitantes)	4.864.020,68
Contribuição patronal - ativos	28.208.922,68
TOTAL	205.278.549,15

Quadro 47. Benefícios pagos aos servidores e temporários no ano de 2020 (Em R\$)

	Auxílio Alimentação	Auxílio Transporte	Assistência à saúde	Pré Escolar
Ativos	4.874.828,48	19.769,09	2.333.923,17	757.881,00
Temporários	191.808,78	415,20	0,00	14.107,95
Total	5.066.637,26	20.184,29	2.333.923,17	771.988,95
Total Geral				8.192.733,67

Gráfico 17 - Evolução de gastos com pessoal nos últimos anos

Evolução de gastos com pessoal nos últimos anos (em R\$)



Justificativa para o aumento e/ou diminuição da Despesa de Pessoal

Ativos: a variação excepcionalmente negativa de 2019 para 2020 está relacionada diretamente aos efeitos da pandemia do coronavírus, uma vez que, durante o trabalho remoto, não é realizado o pagamento devido pelos adicionais ocupacionais, como: insalubridade, periculosidade, gratificação de raio-x. Importante esclarecer que, para 2020, não houve qualquer aumento relacionado aos servidores das Instituições Federais de Ensino.

Inativos: a pequena variação positiva de 2019 para 2020 é devida ao aumento no número de servidores que se aposentaram na instituição em 2020 e, também, aos reajustes que ocorreram em janeiro de 2020 para aqueles aposentados, em que seus proventos são reajustados conforme o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), ou seja, somente para aqueles cuja aposentadoria se deu sem paridade (sem direito a reajuste, quando do mesmo aos servidores da ativa).

Pensões: a pequena diferença negativa refere-se a um caso de pensionista, falecido em 2020, que recebia valor consideravelmente alto. Mesmo com o aumento no número de concessões de pensões, em decorrência da EC nº 103/2019, os valores gradativamente são/serão menores.

Temporários: mesmo com o ensino a distância, denominado ERE (Ensino Remoto Emergencial), houve contratações de professores substitutos. Por esse motivo, a comparação com o ano anterior manteve-se estável. Contudo, cabe esclarecer que, no início do ano, houve um contingenciamento no número de contratações, sendo normalizada no segundo semestre.

Residentes: o gasto com residentes manteve-se praticamente o mesmo de 2019 para 2020, tendo em vista que o número de bolsistas é limitado e o valor permaneceu sem alteração de um ano para o outro.

Estagiários: a enorme diferença entre 2019 e 2020 percebida foi decorrente da Instrução Normativa nº 213/2019, em vigor a partir de 01/01/2020, que reajustou o valor das bolsas e do auxílio transporte. O quantitativo de estagiários se manteve estável durante todo ano.

Desempenho

A universidade possui um quantitativo de servidores técnicos administrativos (TAEs) e docentes muito qualificados, mas com limitação na execução de suas atividades, uma vez que as atribuições dos cargos já estão previstas em legislação específica. Considerando a evolução da administração e o que se espera hoje, em termos de desempenho do serviço público, essas limitações dadas pelas atribuições, ainda definidas nos moldes da década de 80, geram um desequilíbrio no gerenciamento das atividades e na valorização por desempenho, principalmente entre os TAEs.

Avaliação de Desempenho

O ciclo da avaliação de desempenho dos servidores da UNIFAL-MG é anual e considera, em sua abordagem, a avaliação das competências baseada em conhecimentos, habilidades, comportamentos e atitudes; como também as metas para o período, tendo em vista os processos de trabalho planejados para o servidor. Todos os servidores técnicos administrativos, com ou sem função de gestão, e docentes em função de gestão, participam desse processo, estando eles nas condições de chefia, pares ou de realizador da avaliação do próprio desempenho (autoavaliação). Em 2020, novos processos de aperfeiçoamento foram realizados, estabelecendo formas diferentes de avaliação para os grupos distintos de gestão, favorecendo a ampliação da participação dos gestores no processo avaliativo.

Dentro da mesma avaliação, também é realizada a avaliação do ambiente e das condições de trabalho, em que o servidor respondente avalia seu local de trabalho e informa sobre possíveis melhorias no ambiente, sejam elas: ergonômicas, físicas ou de equipamentos, para a melhor e mais adequada realização de seu trabalho.

Cabe destacar que o desempenho do servidor nas avaliações é valorizado dentro da UNIFAL-MG, por meio dos editais para a concessão de afastamento total (melhor desempenho = maior pontuação no edital) e nos processos de análise como ministrante de cursos internos de capacitação.

Progressão Funcional

Na UNIFAL-MG, as carreiras previstas e regulamentadas são as do magistério federal e do técnico administrativo em educação (TAE). A primeira é disciplinada pela Lei nº 12.772/2012, incluindo a carreira do magistério superior e os cargos isolados de professor titular livre. Já a carreira de servidor técnico administrativo é regulamentada pela Lei nº 11.091/2005, que prevê diversos cargos de níveis fundamental, médio e superior, divididos em cinco níveis de classificação, A, B, C, D e E.

O desenvolvimento nas carreiras de servidor docente e TAE obedecem a regras distintas, definidas nas respectivas leis estruturantes. Não há previsão de gratificação de desempenho, especificamente, em seus planos de carreira. Em ambos os casos, porém, há previsão de um interstício mínimo para a mudança de classe, nível ou padrão de vencimento, a qual, obrigatoriamente, deve ser precedida de avaliação de desempenho.

Excepcionalmente, as leis das carreiras preveem mudanças especiais de nível ou classe, a partir da obtenção de título formal, no caso do docente, ou do cumprimento de determinado quantitativo de horas em atividades de capacitação e obtenção de título formal, no caso do TAE.

Capacitação: Estratégia e Números

Destaca-se que, em agosto de 2019, foi divulgado o Decreto nº 9.991/2019, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), com o objetivo de estabelecer uma cultura de planejamento de ações de desenvolvimento entre todas as instituições da Administração Pública Federal, baseado no alinhamento das necessidades de cada órgão e entidade. Nesse sentido, o decreto estabelece alterações quanto às regras de concessão de licenças e aos afastamentos e determina novas orientações aos gestores para elaboração de ações de desenvolvimento. A PNDP possui o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) como o instrumento de implementação das ações de desenvolvimento e capacitação.

De acordo com a lei, o planejamento das atividades de capacitação de 2020 foi fundamentado e definido, levando-se em consideração: as análises das respostas do instrumento de Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC), ainda em 2019; as demandas dos programas específicos; as competências institucionais e gerenciais mapeadas; a análise do PDI da UNIFAL-MG; os resultados de avaliações institucionais; os resultados de auditorias internas e externas; os relatórios de órgãos de controle e as legislações externas e internas que determinem e/ou demandem ações de capacitação ou qualificação.

No exercício de 2020, foram oferecidas, para os servidores da instituição, condições de participação em eventos internos e externos, promovidos por outras instituições, como órgãos públicos e empresas privadas, tais como congressos, encontros, fóruns e outros congêneres e cursos de capacitação oferecidos nos três *campi* da UNIFAL-MG, dentro do PDP. Foram ofertados pelo PDP **11 cursos de capacitação internos**.

Foram capacitados com recursos da Ação Orçamentária 4.572, “Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação”, um total de **432 servidores** no exercício de 2020, dentre TAEs e docentes.

Justificamos o total de servidores capacitados em relação ao número de ações devido ao fato de diversos servidores terem feito mais de uma ação de capacitação. A qualificação dos servidores TAEs recebeu o apoio do Programa **PROQUALITAE**, no qual foram oferecidos reembolsos de mensalidades para servidores estudantes de instituições pagas nas modalidades de graduação, ensino técnico, técnico profissionalizante e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, atendendo a um total de **11 servidores TAEs**.

Cabe destacar que na maioria dos editais dos programas da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, vêm sendo oferecidas vagas específicas para os servidores se qualificarem na própria UNIFAL-MG, sendo de fundamental importância nesse sentido. Por meio deles, foi dada continuidade à oferta de vagas para servidores nos diversos programas de pós-graduação, destacando os mestrados profissionais que puderam contemplar um maior número de servidores da instituição por turma.

Quadro 48. Servidores capacitados no exercício de 2020

Descrição	Quantidade
META	435
Reprogramado (para o exercício)	300
Realizado (no período)	292 ²
	432 ³

Apesar de todo esforço institucional, a execução da ação de capacitação restou prejudicada, em 2020, devido à pandemia, em que cerca de 80% das ações previstas e planejadas com o pagamento de diárias, passagens aéreas e inscrições em cursos presenciais e reembolsos de mensalidades em cursos de pós-graduação deixaram de ser efetuadas.

² Considerando apenas uma matrícula SIAPE, em quaisquer ações.

³ Considerando apenas uma matrícula SIAPE, em quaisquer ações.

Sistemas e Ferramentas de apoio/Trabalho remoto/Valorização do Ambiente e das Condições de Trabalho

Com a chegada da pandemia pelo coronavírus no ano de 2020, a instituição tem enfrentado diversos desafios, em especial na área de gestão de pessoas. A adoção do trabalho remoto para o enfrentamento da pandemia trouxe uma série de exigências e necessidade de controles internos, relativas à força de trabalho da instituição. Além da necessidade de adoção de medidas urgentes para possibilitar o trabalho remoto e não prejudicar o andamento dos trabalhos e a entrega destes para a sociedade, que também perpassa pela área de pessoal.

Para viabilizar a execução das tarefas de forma remota, foi necessária a adaptação dos diversos sistemas informatizados, tais como o Sistema Gestão de Pessoas e o Sistema Eletrônico de Informações, permitindo, inclusive, assinatura eletrônica de atos internos. Além da adaptação do controle de frequência, que passou a ser realizado por meio do SEI.

Foi necessária a implantação de controles e registros de servidores que estão executando as atividades de forma remota, especialmente para atender às exigências de órgãos superiores, entre outros diversos tipos de controle.

Toda essa adaptação do trabalho e aumento de demandas ocasionou sobrecarga de trabalho para os servidores de alguns setores da instituição, embora as medidas adotadas nos sistemas informatizados tenham, por outro lado, agilizado a execução dos trabalhos.

Além disso, a necessidade de realização de diversas reuniões de trabalho, webconferências e o uso constante de aparelhos celulares e aplicativos de mensagens, para comunicação, como forma também de adaptação ao trabalho remoto, contribuíram para a sobrecarga de trabalho dos servidores, gerando, inclusive, situações de estresse e descontentamento, somado ao sentimento de angústia por incertezas diante do cenário de pandemia.

Tudo isso exigiu, também, a inovação nos atendimentos de saúde e das atividades do **Programa de Qualidade de Vida no Trabalho**, que também passaram a ser realizadas remotamente, como forma de continuar dando suporte aos servidores nesse momento atípico na tentativa de valorização do ambiente e das condições de trabalho.

Principais Desafios e Ações Futuras

Em virtude da pandemia do coronavírus, o desenvolvimento de diversas ações ficou comprometido no exercício de 2020, prejudicando o alcance das metas, dentre elas estão algumas ações de capacitação dos servidores, em que diversos eventos foram cancelados; ações de qualificação em que muitos programas de pós-graduação tiveram seus cronogramas alterados ou cancelamento de atividades, o que impactou na qualificação da força de trabalho; atualização e modernização da página eletrônica da Área de Gestão de Pessoas, que depende de auxílio de estagiários, cuja contratação ficou comprometida diante das diversas e novas demandas de controle necessários; continuidade dos trabalhos de digitalização do acervo de arquivos funcionais dos servidores; manutenção ou ampliação dos contratos temporários de professores substitutos e visitantes, que ficou prejudicada diante das diversas incertezas e limitações orçamentárias sofridas durante o ano; entre outros.

Os principais desafios a serem enfrentados pela Gestão de Pessoas seguem a mesma linha das metas não alcançadas, em que os esforços deverão ser concentrados para mitigação dos impactos causados pelas ações não efetivadas.

Segue também o desafio de manter e desenvolver ainda mais a transparência ativa da área, com melhoria das informações prestadas nos canais de comunicação e página eletrônica.

Outro desafio a ser enfrentado é a implementação do controle eletrônico de frequência dos servidores, cuja implantação já foi solicitada pelo Ministério da Economia e está com cronograma em andamento.

Além disso, há também a implementação do Programa de Gestão, que consiste na realização do teletrabalho (que é diferente das condições do trabalho remoto realizado durante o período da pandemia) no âmbito da UNIFAL-MG, o que demanda o desenvolvimento de uma série de estudos, normas, adequações e controles internos, sendo necessário emprego de força de trabalho específica.

Por fim, encontra-se em andamento, e fazem parte dos desafios a serem enfrentados, estudos e trabalhos para a implementação de dimensionamento e alocação de pessoal e gestão por competência, que são ferramentas importantíssimas para a gestão, que sofre com um déficit de pessoal, além de contribuir para uma melhor distribuição da força de trabalho, contribui para a qualidade de vida no trabalho, o que traz resultados positivos para a instituição e para o alcance das metas do PDI.



Gestão de Custos

Na UNIFAL-MG, a Gestão de Custos é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Administração e Finanças – PROAF.

<https://www.unifal-mg.edu.br/proaf>

Conformidade legal

O Art. 50, § 3 da Lei Complementar 101/2000 prega que a Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Tendo em vista a dificuldade dos órgãos na instituição de um sistema de custos, o Ministério do Planejamento desenvolveu o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS) para utilização de todos os órgãos da Administração Pública, conforme consta na Portaria Nº 385, de 28/11/2018 do Ministério do Planejamento. De acordo com a Portaria, as Autarquias têm um prazo de 2 (dois) anos para sua implantação do sistema. No entanto, devido às dificuldades na implantação de um sistema desse porte e também as adaptações junto aos sistemas internos das instituições, foi emitida a Portaria Nº 232, de 02 de junho de 2020, pelo Ministério da Economia, que prorrogou o prazo para autarquias até o dia 1º de dezembro de 2021.

Estimativa de custos por área de atuação, demonstrando a distribuição dos recursos consumidos entre as áreas finalísticas e de suporte.

Ainda que a universidade não possua um sistema integrado de custos, dentro dos sistemas orçamentários como SIAFI, Tesouro Gerencial, Sistema de Orçamento, Patrimônio, Almoxarifado, é possível a identificação de custos por áreas, por finalidade, por unidade acadêmica e administrativa, dentre outras formas. Além disso, há alguns instrumentos, principalmente orçamentários que contribuem para a identificação desses custos, inclusive a Proposta Orçamentária da instituição já define orçamentos para cada área da instituição, sendo: ensino, pesquisa, extensão, departamentos de áreas específicas. Tudo isso é possível por meio da aplicação do Plano Interno (PI) no qual é possível identificar a finalidade do gasto; a subação a que está vinculada; o nível de ensino (ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil, dentre outras), conforme informações a seguir:

Quadro 49. Despesas por categoria de apropriação

Despesas por Categoria de Apropriação (valores em R\$)			
	Empenhado	Liquidado	Pago
Gestão Administrativa da Unidade	65.864.875,55	55.634.301,05	52.438.865,11
Emendas	737.000,00	426.549,98	422.349,98
Ensino	175.976.470,06	173.169.987,41	161.105.543,23
Pesquisa	3.903.575,14	1.070.163,94	1.070.163,94
Extensão	405.927,32	381.626,68	381.626,68
Assistência Estudantil	5.856.305,82	4.981.866,71	4.981.866,71
Tecnologia, Inovação e Recursos Digitais	1.000.000,00	-	-
Obras - Construção	6.974.141,10	134.886,10	134.886,10
Aquisição de materiais, mobiliário e equipamentos	370.100,00	309.840,00	309.840,00
Fomento à Pós-Graduação	1.044.660,32	697.733,00	697.733,00
Acervo Bibliográfico	193.594,70	61.883,20	61.883,20
Outras despesas (Indenizações, restituições; residência em saúde e residência profissional)	1.012.564,23	1.012.471,66	942.532,63
TOTAL	263.339.214,24	237.881.309,73	222.547.290,58

* As despesas obrigatórias com ativos civis da União (pessoal e encargos sociais) foram consideradas na Categoria Ensino

Principais desafios e ações futuras para alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos públicos

Para implantação do SIADS de forma integrada entre orçamento, patrimônio, almoxarifado e dados contábeis, diversas ações estão sendo realizadas, como: algumas baixas de bens inservíveis; levantamento de bens desaparecidos, encaminhamento para o terceiro processo de baixa patrimonial por desaparecimento; saneamento do sistema de controle evitando assim cadastramento de bens inexistentes no SIADS. Encontra-se em andamento um levantamento de bens bibliográficos que é considerado material permanente. Neste caso, todos os livros recebidos em doação, livros com valor depreciado residual e ainda os livros com valores de R\$ 1,00, ou menos, serão reavaliados por uma comissão montada com os integrantes das bibliotecas, patrimônio, NTI e Contabilidade. Aproximadamente seis mil bens devem ser reavaliados.

Cumprе salientar que, em diversas ocasiões, a finalidade é conjunta, e que, não é possível a separação entre níveis de ensino, ou se é finalística ou atividade meio, ou mesmo para unidades administrativas. Essas situações ocorrem também tendo em vista os conceitos de compartilhamento de espaços físicos, de servidores, de serviços terceirizados que atendem ao mesmo tempo áreas finalísticas e áreas fins, bem como diversas unidades distintas.



Gestão de Licitações e Contratos

Na UNIFAL-MG, a Gestão de Licitações e Contratos é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Administração e Finanças – PROAF.

<https://www.unifal-mg.edu.br/proaf>

Conformidade legal

Os processos licitatórios e contratos realizados pela UNIFAL-MG estão em conformidade com as legislações vigentes que versam sobre o tema.

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

Quadro 50. Relação de despesas empenhadas e liquidadas, separadas por modalidade (valores em R\$)

Item Informação	Despesas Liquidadas (Controle Empenho)	Despesas Pagas (Controle Empenho)
Modalidade Licitação	Saldo - R\$ (Item Informação)	Saldo - R\$ (Item Informação)
Pregão	14.103.210,51	14.103.210,51
Inexigibilidade	585.975,78	585.975,78
Dispensa de Licitação	3.319.946,10	3.319.946,10
Suprimento de Fundos	329,17	329,17
Regime diferenciado de Contratação Pública	195.696,77	195.696,77

Contratações mais relevantes

Das contratações mais relevantes no ano de 2020, destacam-se:

- **Biblioteca Digital:** “Biblioteca Digital Minha Biblioteca” e “Biblioteca Virtual” da Pearson, que juntas somam **R\$ 1.083.804,00 (um milhão oitenta e três mil oitocentos e quatro reais)**;
- **Manutenção Predial:** **R\$ 3.414.536,80 (três milhões quatrocentos e quatorze mil quinhentos e trinta e seis reais e oitenta centavos)**;
- **Elevador e escada de acessibilidade Campus Varginha** - **R\$ 619.000,00 (seiscentos e dezenove mil reais)**;
- **Auditório Campus Poços de Caldas - Fase 2** - **R\$ 1.856.935,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta e seis mil novecentos e trinta e cinco reais)**;
- **Prédio da FO - Fase I** - **R\$ 7.190.000,00 (sete milhões cento e noventa mil reais)**.

Contratações Diretas

A gestão participa assiduamente dos processos de contratações diretas, sendo que os principais tipos são: cotação eletrônica, dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação, cujas justificativas são, na maioria dos casos, valor abaixo do limite legal previsto no inciso II do art.24 da Lei nº 8.666/93 e inviabilidade de competição, conforme art. 25 da mesma Lei.

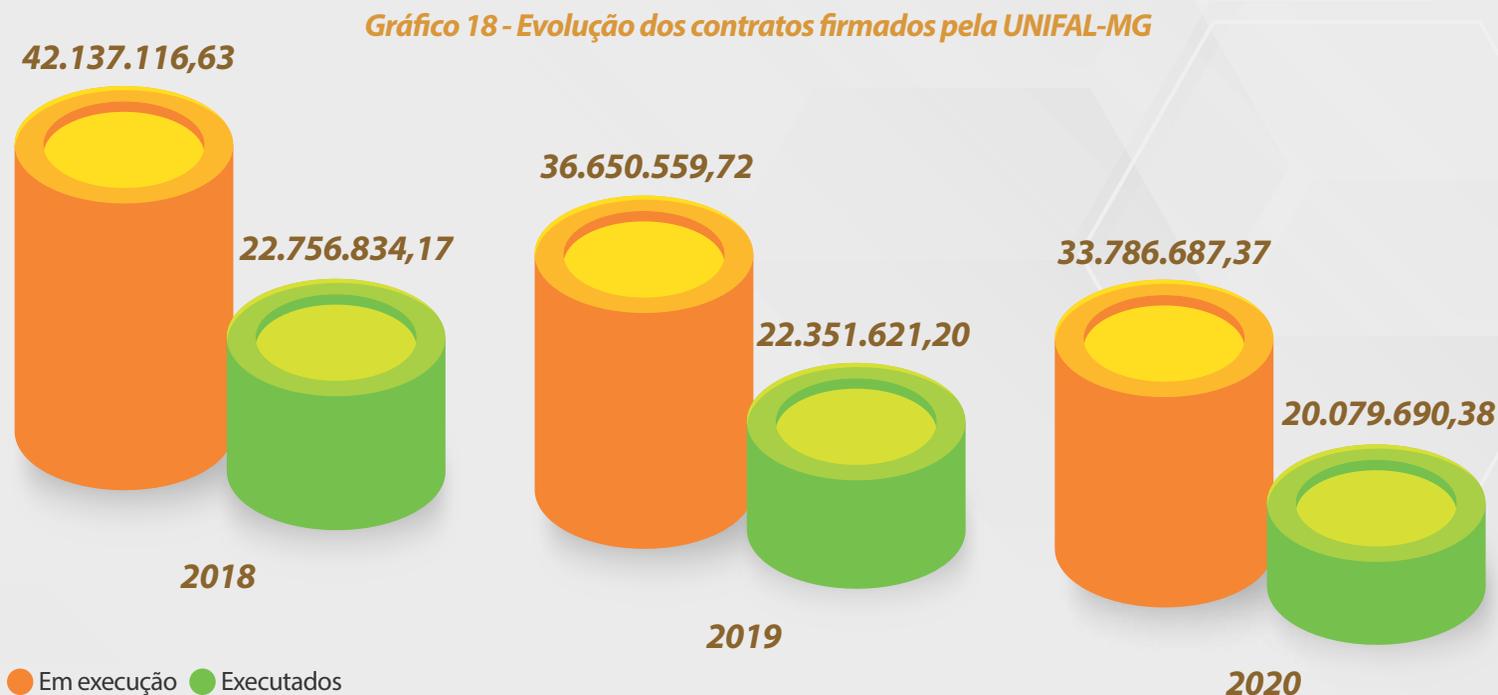
Estão disponíveis, na página da PROAF, todos os processos licitatórios em andamento e encerrados, separados por modalidade de licitação – pregão, regime diferenciado de contratações públicas – RDC, dispensa de licitação, inexigibilidade de licitação, etc. – bem como a relação de serviços licitados e as adesões à Ata de Registro de Preços efetuados pela UNIFAL-MG.

Acesse essas informações pelo link:
<https://www.unifal-mg.edu.br/proaf/licitacao>

Neste link há um passo a passo de como encontrar as informações pretendidas. Para saber sobre os processos licitatórios realizados no exercício de 2020, basta escolher a modalidade de licitação e digitar “2020” no campo “busca”.

Evolução dos Contratos Firmados

Os contratos firmados pela UNIFAL-MG são contabilizados em contas de controle que, direta ou indiretamente, possam vir a afetar seu patrimônio. Em 2020 a UNIFAL-MG apresentou uma redução de 19,82% nos contratos firmados, conforme gráfico abaixo.



Principais desafios e Ações Futuras

Os principais desafios e ações futuras são criar novos mecanismos de gestão de riscos, implantar o Estudo Técnico Preliminar (ETP) digital, bem como aperfeiçoar as ferramentas de controle, com vistas à otimização dos procedimentos de aquisições de bens e contratações de serviços da UNIFAL-MG.



Gestão Patrimonial e de Infraestrutura

Na UNIFAL-MG, a Gestão Patrimonial e de Infraestrutura é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Administração e Finanças – PROAF.

<https://www.unifal-mg.edu.br/proaf>

Conformidade legal

A Divisão de Patrimônio atende às legislações concernentes ao assunto e possui normas internas por meio de portarias emitidas pela reitoria.

Desfazimento de Ativos

Observou-se que inexistiu o desfazimento de ativos quanto aos bens imóveis. Quanto aos bens móveis, existiu através da baixa patrimonial de R\$ 505.209,44 (valor de entrada) e R\$ 475.689,98 (valor depreciado), pelos diversos motivos constantes nos autos individuais de baixa, com justificativa e motivo próprio, a saber:

- **Doação:** Foi baixado o valor de R\$ 216.888,00, referente à doação de 28 notebooks ao MEC/Sesu.
- **Desaparecidos e extraviados:** Foi baixado o valor total de R\$ 8.446,04 (valor de entrada), sendo de R\$ 1.066,58 o valor depreciado. Do valor acima, R\$ 5.239,12 (valor de entrada), sendo R\$ 519,91 (valor depreciado) referentes ao levantamento

realizado na biblioteca do campus Poços de Caldas, onde não foram localizados 95 livros em diversos levantamentos anteriores. O valor de R\$ 1.827,28 (valor de entrada), sendo R\$ 182,73 (valor depreciado) referentes à baixa de 72 persianas (incorporadas ao patrimônio há mais de 35 anos em média) e não encontradas em levantamentos anteriores. Foi baixado o valor de R\$ 1.308,59 (valor de entrada), sendo R\$ 329,02 (valor depreciado) referentes a dois equipamentos fotográficos extraviados. Foi baixado o valor de R\$ 67,99 (valor de entrada), sendo R\$ 34,67 (valor depreciado), mediante recolhimento de indenização através de GRU pelo responsável.

- **Indenização pela Seguradora:** Foi baixado o valor de R\$ 54.000,00 (valor de entrada), sendo R\$ 31.860,00 (valor depreciado) de um veículo NISSAN Grand Livina, placa GMF-7595 sinistrado, com recebimento de seguro/indenização da seguradora.
- **Lançamento indevido:** Foi baixado o valor de R\$ 88.887,83 de bens advindos da Capes e que foram cadastrados equivocadamente. O correto seria que esses bens fossem cadastrados na forma de ingresso por DOAÇÃO, considerando que o termo de entrega do equipamento já efetiva a doação no ato da entrega, diferentemente do termo de depósito, que não efetiva a doação, condicionando-a em ações futuras. Assim, foi necessário realizar a baixa de 8 bens permanentes, pelo motivo de cadastramento equivocado na forma de ingresso. Todos os bens foram reincorporados ao patrimônio, com a forma de ingresso correta, doação, e um bem específico teve seu valor corrigido, como solicitado pela CAPES.
- **Outros motivos:** Foi realizada a baixa de todos os bens cadastrados na conta contábil 12.311.99.02, totalizando R\$ 136.987,57, conforme mensagem 2020/0066702 – comunica siafi 2020.

Locações de imóveis e equipamentos & Mudanças e desmobilizações relevantes

A instituição não loca nenhum imóvel ou equipamento, e inexistiram mudanças ou desmobilizações. Das ações previstas como futuras no Relato de 2019, diversas foram efetivadas ao passo que outras se encontram em andamento.

Principais Desafios e Ações Futuras

Considerando a Pandemia da COVID-19, quase a totalidade dos trabalhos de campo foram prejudicados. Por esse motivo, foram implementadas novas rotinas, todas na forma digital, como as ferramentas digitais de empréstimo de bens (trabalho remoto), emissão de termos de responsabilidade via SEI, "Nada Consta" via SEI. Praticamente quase todas as rotinas estão na forma digital, exceto o recebimento físico, aceitação, verificação, entrega e movimentação de bens.

A Divisão de Patrimônio, com o apoio da PROAF, pretende reavaliar boa parte de seus bens, seja por já terem chegado ao fim da vida útil e continuam em uso, seja por terem sido recadastrados, à época da conversão da URV em reais, com valores irrisórios (de R\$ 0,01 a R\$ 1,00). Para tanto, é necessário capacitar a equipe de trabalho visando à reavaliação dos bens móveis da instituição. Ações essas iniciadas no ano de 2020, devido à pandemia. Além disso, pretende-se também:

- *A migração do sistema de Controle Patrimonial para o SIADS do Governo Federal;*
- *A mudança da Divisão de Transporte para a UESC;*
- *A mudança de oficinas de manutenção para a UESC;*
- *A melhoria da rede Elétrica da UESC;*
- *A resolução de problemas críticos de Infraestrutura com contrato de manutenção predial;*
- *A migração do sistema de Controle Patrimonial para o SIADS do Governo Federal;*
- *A capacitação da Equipe de Patrimônio e de Infraestrutura.*



Demonstrações Contábeis



Demonstrações contábeis & Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Na UNIFAL-MG, as Demonstrações Contábeis são de responsabilidade da Pró-Reitoria de Administração e Finanças – PROAF.

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do ano de 2020 da UNIFAL-MG encontram-se disponíveis por meio do link:

<https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/transparencia>



Declaração do Contador

Declaração sem Restrição

Declaração do Contador afirmativa da fidedignidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UPC)			Código da UG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS			153028
<p>Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do Ministério da Economia.</p> <p>Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.</p> <p>As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	ALFENAS-MG	Data	18/01/21
Contador Responsável	MAURO SETSUO KIRA	CRC nº	064.346/0-7



Mauro Setsuo Kira
Contador da Universidade Federal de Alfenas

Declaração de Integridade do Relato Integrado

Na condição de Reitor da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG e de presidente do Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade – CGRCI, instituído pela portaria nº 2.139, de 01 de outubro de 2019;

Na condição de Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional e de responsável pela coordenação da elaboração do Relatório de Gestão, conforme consta no Regimento Geral (Resolução nº 004, de 09 de abril de 2010) em seu art. 80;

Declaramos, Reitor e Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional, sermos responsáveis pela integridade do Relato Integrado, sendo que este foi concebido e executado por um coletivo de pessoas e órgãos da universidade.



Lucas Cezar Mendonça

Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional



Sandro Amadeu Cerveira

Reitor da Universidade Federal de Alfenas

Créditos

O presente Relatório de Gestão, elaborado pela Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional junto à Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional, teve como objetivo apresentar à sociedade – principal financiadora e, por isso, maior interessada pela prestação de contas desta UPC² – as principais ações realizadas pela UNIFAL-MG durante o ano de 2020.

Considerando o dever e a responsabilidade da Administração Pública em prestar contas para os órgãos de controle externo e, em especial, ao controle social, a escolha das principais ações aqui abordadas teve como norte a geração de valor público para a sociedade. Para tanto, buscou-se a utilização de uma linguagem clara e acessível, optando-se pelo abundante uso de imagens que demonstrassem todo o trabalho e dedicação da comunidade interna à comunidade externa.

Projeto Gráfico e Diagramação:
Lourenção Design Ltda

Revisão de Redação e Português:
Fabício José da Silva
Milena Favalli Simão
Rosângela Rodrigues Borges

Coordenação da elaboração do Relatório de Gestão:
Larissa Araújo dos Santos
Coordenadora de Desenvolvimento Institucional
Lucas Cezar Mendonça
Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional

² Unidade Prestadora de Contas.

**SEDE - ALFENAS**

R. Gabriel Monteiro da Silva, 700
 Centro - Alfenas/MG
 Telefone: (35) 3701-9000
 Portaria 1: (35) 3701-9140
 Portaria 2: (35) 3701-9141

**UNIDADE EDUCACIONAL
SANTA CLARA - ALFENAS**

Av. Jovino Fernandes Sales, 2600
 Bairro Santa Clara - Alfenas/MG
 Telefone: (35) 3701-1805
 Portaria: (35) 3701-1802

CAMPUS POÇOS DE CALDAS

Rodovia José Aurélio Vilela, 11999
 (BR 267 Km 533) . Cidade Universitária
 Poços de Caldas/MG
 Telefone: (35) 3697-4600

CAMPUS VARGINHA

Av. Celina Ferreira Ottoni, 4000
 Padre Vitor . Varginha/MG
 Telefone: (35) 3219-864

